



Demonstrações Contábeis Regulatórias

31 de dezembro de 2024

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO REGULATÓRIO 2024

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	2
MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO.....	2
1. A NEOENERGIA ELEKTRO.....	3
1.1. Área de Atuação.....	3
1.2. Estrutura Societária.....	3
2. DESEMPENHO OPERACIONAL.....	4
2.1. Número de Consumidores Ativos.....	4
2.2. Energia Distribuída.....	4
2.3. Balanço Energético.....	5
2.4. Perdas.....	6
2.5. DEC e FEC.....	7
3. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO.....	7
3.1. Receita Operacional Bruta.....	8
3.2. Resultado Econômico-Financeiro.....	9
4. PLANO DE INVESTIMENTOS.....	10
4.2. Investimentos e Modernização na área de concessão da Neoenergia Elektro.....	10
5. ESTRUTURA DE CAPITAL.....	10
5.1. Perfil da Dívida.....	10
6. PRÁTICAS DE GESTÃO.....	11
6.1. Direito dos Acionistas e Política de Dividendos.....	11
7. MEIO AMBIENTE.....	11
8. PROGRAMAS DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA E P&D.....	11
9. RECURSOS HUMANOS.....	12
10. ESG.....	12
11. GESTÃO DA QUALIDADE.....	14
12. TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO.....	14
13. RELAÇÕES COM INVESTIDORES.....	16
14. A OUTORGADA EM NÚMEROS.....	16

INTRODUÇÃO

Senhoras e Senhores Acionistas,

Apresentamos a seguir o Relatório das principais atividades no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, em conjunto com as Demonstrações Contábeis Regulatórias elaboradas de acordo com as práticas contábeis brasileiras e com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE.

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

O ano de 2024 foi marcado pela consolidação da estratégia da Neoenergia Elektro, na busca da inovação e melhoria contínua de todos os processos, colocando nossos clientes no centro de nossas ações. Acreditar na força de nosso time de colaboradores, sobretudo valorizando a família e o nosso ambiente de trabalho, promovendo a diversidade de pensamentos, resultou em um ano de superação e muitas conquistas.

Neste ano, realizamos 127.960 mil novas ligações, superando a destacada marca de 3,0 milhões de clientes, distribuídos em 228 municípios em nossa área de concessão, sendo 223 municípios no Estado de São Paulo e outros 5 no Estado do Mato Grosso do Sul. Em 2024, o ano com maior investimento em expansão de nossa história, foram construídos 1.018 quilômetros de rede, atendendo os pedidos de nossos clientes.

As mudanças climáticas que trouxeram eventos extremos para a região sudeste nos anos de 2023 e 2024, exigiram a rápida resposta de toda a nossa organização, que inovou e promoveu mudanças de processos, para melhorar os níveis de qualidade para os nossos clientes. Desta forma, concluímos o ano de 2024 com os melhores indicadores de qualidade de fornecimento de nossa história, mesmo em situações tão adversas, o indicador de continuidade de energia DEC atingiu o valor de 6,45 horas, melhorando em 12% (em 2023 o valor foi de 7,33), e o indicador de frequência FEC atingiu o valor de 3,49, melhorando em 6% (em 2023 o valor foi de 3,73).

Evoluímos na qualidade e mantivemos nosso compromisso com a eficiência, mantendo nossas ações no combate às perdas de energia elétrica. Estas ações, geraram a recuperação de 60 GWh de energia, que representa uma quantidade suficiente para garantir o consumo de uma cidade como a de Votuporanga, com 100 mil habitantes, por 3 meses.

Os investimentos totais, também foram o maior de nossa história, com aproximadamente R\$ 1.018 milhões, para expansão, melhoria e manutenção dos nossos sistemas elétricos, garantindo o atendimento para 100% de nosso mercado.

De acordo com a nossa estratégia, além dos relevantes investimentos históricos, mantivemos o controle das despesas, atingindo um lucro líquido de R\$ 640 milhões e EBITDA de R\$ 2.016 milhões.

Não foram somente o atingimento de resultados históricos que marcaram o ano de 2024, também fomos reconhecidos na pesquisa GPTW (Great Place to Work) como o melhor lugar para se trabalhar no interior do Estado de São Paulo, obtendo o primeiro lugar na classificação paulista. Esta conquista é fruto do reforço do nosso propósito de valorizar as pessoas, melhorando a vida das famílias e dos nossos colaboradores.

Nossa dedicação e paixão pelo que fazemos levou a Neoenergia Elektro a também ser reconhecida pelo prêmio Abradee (Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica) como a melhor distribuidora em Qualidade da Gestão e umas das melhores empresas de distribuição do setor elétrico reconhecida no Prêmio de Inovação.

Mais uma vez, faço um agradecimento especial para todos os nossos colaboradores e suas famílias, pela dedicação, luta e paixão pelo seu trabalho durante o ano de 2024, com novos resultados históricos. Renovamos nossas forças e manteremos nosso propósito em 2025 de continuar a construir uma empresa mais humana e diversa, com o compromisso de melhoria dos resultados com segurança, qualidade e eficiência.

Antonio Sergio Casanova

Diretor-presidente da Neoenergia Elektro

1. A NEOENERGIA ELEKTRO

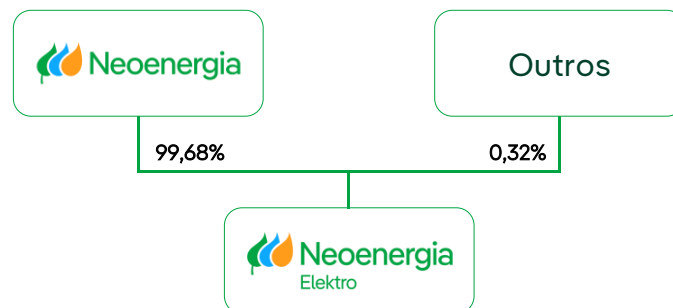
A Elektro Redes S.A. (“Neoenergia Elektro” ou “Companhia”) é uma sociedade anônima de capital aberto, registrada na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e listada na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (nova razão social da BM&F Bovespa – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros) sob os códigos EKTR3 (ações ordinárias) e EKTR4 (ações preferenciais). Do total de ações emitidas e em circulação, 0,32% são negociadas no mercado.

1.1. Área de Atuação

A Neoenergia Elektro distribui energia para cerca de 3 milhões de consumidores, numa área de concessão de 121 mil km², distribuídos em 228 municípios, sendo 223 no estado de São Paulo e 5 no Mato Grosso do Sul.

1.2. Estrutura Societária

Em 31 de dezembro de 2024, a estrutura societária da Neoenergia Elektro era a seguinte:



2. DESEMPENHO OPERACIONAL

2.1. Número de Consumidores Ativos

Em 2024, a Neoenergia Elektro alcançou o número de 2.979.146 consumidores ativos, registrando crescimento de 1,7% e apresentando incremento de 50.962 novos clientes em relação ao ano anterior.

Descrição	Número de Consumidores					Variação Vertical %		Variação Horizontal %	
	2024	2023	2022	2021	2020	2024	2023	2024 / 2023	
Residencial	2.589.298	2.540.626	2.494.482	2.449.980	2.390.289	86,91%	86,76%	48.672	1,9%
Industrial	19.447	19.579	19.682	19.709	19.749	0,65%	0,67%	(132)	(0,7%)
Comercial	211.039	209.343	207.507	203.591	198.883	7,08%	7,15%	1.696	0,8%
Rural	125.610	126.137	126.442	129.001	131.455	4,22%	4,31%	(527)	(0,4%)
Outros	33.463	32.232	30.977	30.357	29.834	1,12%	1,10%	1.231	3,8%
<i>Poder Público</i>	22.576	21.721	20.522	19.913	19.672	0,76%	0,74%	855	3,9%
<i>Iluminação Pública</i>	6.492	6.271	6.311	6.386	6.213	0,22%	0,21%	221	3,5%
<i>Serviço Público</i>	4.395	4.240	4.144	4.058	3.949	0,15%	0,14%	155	3,7%
Subtotal	2.978.857	2.927.917	2.879.090	2.832.638	2.770.210	100,0%	100,0%	50.940	1,7%
Consumo Próprio	289	267	267	259	255	0,01%	0,01%	22	8,2%
Total	2.979.146	2.928.184	2.879.357	2.832.897	2.770.465	100,0%	100,0%	50.962	1,7%
Variação	1,74%	1,70%	1,64%	2,25%	2,20%				

2.2. Energia Distribuída

No ano, a energia distribuída (cativo + livre) foi de 19.889 GWh, aumento de 6,5% em relação a 2023, influenciada pelo aumento da base de clientes (+1,7%) e impulsionada por maiores temperaturas no primeiro semestre do ano. Vale destacar que Neoenergia Elektro teve seu mercado de referência ajustado na revisão tarifária de 2023, de modo a compensar as migrações para geração distribuída.

O consumo residencial apresentou crescimento de 5,5% em 2024 vs. 2023, também influenciado pelo crescimento da base de clientes, além das maiores temperaturas e no 1S24.

O segmento cativo da classe industrial apresentou uma redução de 25,6% no ano.

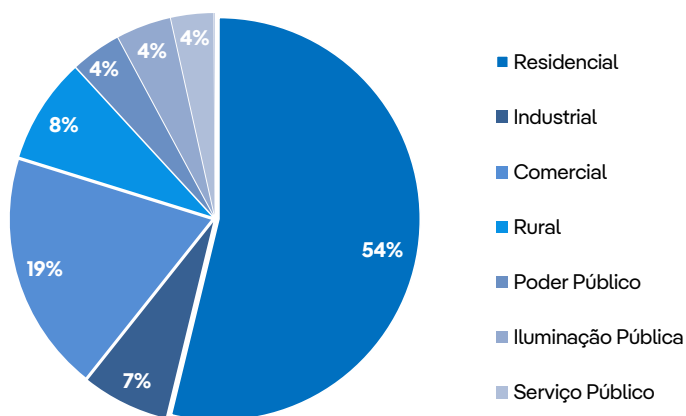
A classe comercial cativa apresentou redução de 3,8% em 2024 vs. 2023, principalmente por menores temperaturas no 2S24.

A classe rural cativa registrou crescimento de 6,5% em 2024 vs. 2023, explicado pela maior demanda por irrigação.

As outras classes apresentaram decréscimo de 3,4% no ano.

O mercado livre apresentou crescimento de 14,9% em 2024 vs. 2023, dado a maior migração de clientes, o que influenciou na queda das classes cativas ao longo do ano.

Consumo por classe de consumidores



Mercado Atendido - GWh	2024	2023	2022	2021	2020	2024 x 2023	%
Energia Faturada (Cativo + Livre)	19.889	18.673	18.696	18.715	17.602	1.216	6,5%
Fornecimento	10.343	10.368	10.411	10.883	10.875	(25)	(0,2%)
Residencial	5.564	5.276	5.021	5.159	5.099	289	5,5%
Industrial	714	960	1.125	1.222	1.219	(247)	(25,6%)
Comercial	1.975	2.052	2.097	2.078	2.074	(77)	(3,8%)
Rural	865	812	889	1.133	1.115	53	6,5%
Poder Público	413	364	330	286	279	49	13,4%
Iluminação Pública	452	464	498	518	529	(13)	(2,7%)
Serviço Público	351	431	443	480	554	(80)	(18,5%)
Consumo Próprio	9	8	8	8	8	1	7,5%
Uso da Rede de Distribuição	9.546	8.305	8.285	7.832	6.727	1.241	14,9%
Consumidores Livres/Dist./Ger.	9.546	8.305	8.285	7.832	6.727	1.241	14,9%
Total (Cativo + Livre + Suprimento)	19.889	18.673	18.696	18.715	17.602	1.216	6,5%
Variação	6,5%	0,0%	(0,1%)	6,3%	(0,3%)		

2.3. Balanço Energético

A energia injetada (energia fornecida aos clientes próprios + concessionárias de fronteira + clientes livres + perdas) atingiu o patamar de 21.333.824 MWh em 2024 (+5,2% vs. 2023), por maior base de consumidores e temperaturas superiores no início do ano.

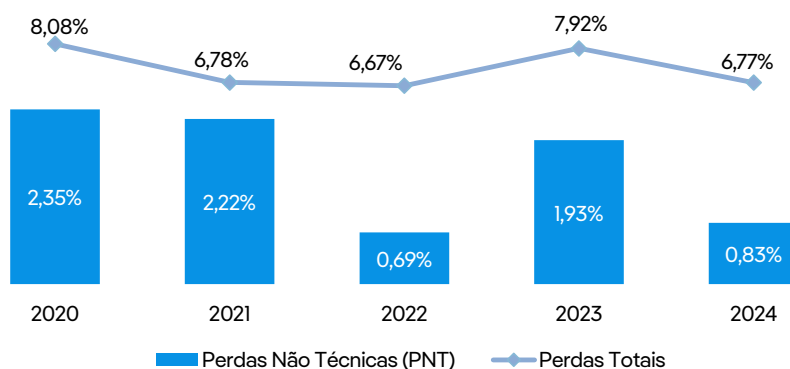
As perdas totais atingiram o patamar de 1.445.185 MWh, -10% em relação ao registrado em 2023, de 1.607.154.

BALANÇO ENERGÉTICO (MWh)					
Energia Requerida	2024	2023	2022	2021	2020
Venda de energia	10.342.716	10.368.110	10.411.077	10.883.310	10.875.456
Fornecimento ⁽¹⁾	10.342.716	10.368.110	10.411.077	10.883.310	10.875.456
Consumidores Livres/Dist./Ger.	9.545.923	8.305.133	8.285.386	7.831.999	6.726.875
Mercado Atendido	19.888.639	18.673.242	18.696.464	18.715.309	17.602.331
Perdas na Distribuição	1.445.185	1.607.154	1.336.079	1.360.691	1.546.269
Perdas Técnicas	1.269.005	1.214.739	1.196.956	1.195.304	1.096.470
Perdas Não Técnicas (PNT)	176.180	392.415	139.123	165.387	449.799
PNT/Energia Requerida (%)	0,8%	1,9%	0,7%	2,2%	2,3%
Perdas Totais	1.445.185	1.607.154	1.336.079	1.360.691	1.546.269
PT/ Energia Requerida %	6,77%	7,92%	6,67%	6,78%	8,08%
Total	21.333.824	20.280.396	20.032.543	20.076.000	19.148.600

⁽¹⁾ A Companhia reavaliou a métrica utilizada e passou a apresentar o volume de energia faturada, pois entende representar melhor o valor faturado

2.4. Perdas

As perdas de energia são acompanhadas através do índice percentual que calcula a razão entre a energia fornecida/faturada, e a energia requerida/comprada, acumuladas no período de 12 meses. Com base nessa metodologia, apresentamos abaixo a evolução desse indicador.



A Neoenergia Elektro apresentou perdas totais 12 meses de 6,77% no 4T24, seguindo sua trajetória de queda e performando abaixo do seu limite regulatório, de 7,72%.

Em 2024 foram adotadas as seguintes ações de combate às perdas:

- (i) Realização de mais de 18 mil inspeções, recuperando mais de 53 GWh;
- (ii) Substituição de mais de 10 mil medidores obsoletos;
- (iii) Regularização em mais de 18 mil clandestinos, recuperando mais de 7 GWh;
- (iv) Realização ações de combate ao furto de energia com apoio policial.

2.5. DEC e FEC

A qualidade do fornecimento de energia é verificada principalmente pelos indicadores de qualidade DEC - Duração Equivalente de Interrupção por Consumidor e FEC - Frequência Equivalente de Interrupção por Consumidor, que aferem respectivamente a duração média das interrupções e a quantidade média de interrupções por consumidor.

O indicador DEC (Duração Equivalente de Interrupção por Consumidor) anualizado em dezembro de 2024 foi de 6,45 horas, abaixo do limite regulatório da Aneel (7,73 horas).

O indicador FEC (Frequência Equivalente de Interrupção por Consumidor), anualizado em dezembro de 2024 foi de 3,49 interrupções, também abaixo do limite da Aneel (5,68 vezes).

O indicador TMAE (Tempo Médio de Atendimento a Emergências) é o valor médio correspondente aos tempos de atendimento a ocorrências emergenciais (TAE) das equipes de emergência, para o atendimento às ocorrências emergenciais verificadas em um determinado conjunto de unidades consumidoras, no período de apuração considerado.

As melhorias nos resultados do DEC e FEC, que permitiram à Neoenergia Elektro superar os parâmetros regulatórios de qualidade, refletem diversas ações implementadas pela empresa, tanto na gestão com revisão de processos como em investimentos no sistema de automação de suas subestações e equipamentos da rede de distribuição.

A evolução desses indicadores é apresentada no quadro a seguir:

Ano	DEC (horas)	FEC (interrupções)	TMAE (horas)
2020	7,57	4,50	528,96
2021	7,27	3,98	557,82
2022	6,97	3,84	422,62
2023	7,33	3,73	525,90
2024	6,45	3,49	404,04

3. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

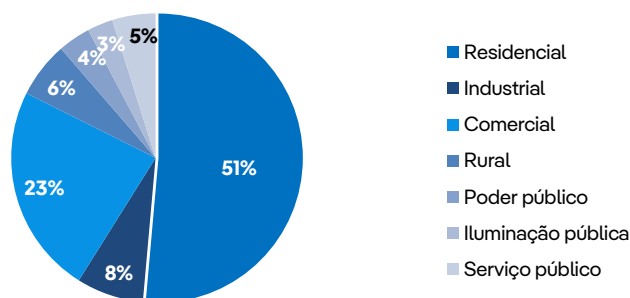
Os comentários da Administração sobre o desempenho econômico-financeiro e o resultado das operações devem ser lidos em conjunto com as demonstrações financeiras regulatórias e notas explicativas.

3.1. Receita Operacional Bruta

RECEITA BRUTA EM R\$ MIL				
Classe	2024	2023	Variação	%
Residencial	2.535.305	2.197.798	337.507	15,4%
Industrial	284.159	321.312	(37.153)	(11,6%)
Comercial	1.057.932	1.002.477	55.455	5,5%
Rural	321.690	267.845	53.845	20,1%
Poder público	195.541	155.530	40.011	25,7%
Iluminação pública	134.507	122.714	11.793	9,6%
Serviço público	203.157	207.511	(4.354)	(2,1%)
Fornecimento faturado do mercado cativo	4.732.291	4.275.187	457.104	10,7%
Uso da Rede Elétrica de Distribuição Faturado	7.092.987	6.591.449	501.538	7,6%
Fornecimento/Suprimento/Rede Elétrica - Não faturado	(109.384)	92.273	(201.657)	(218,5%)
Outras Receitas	751.219	891.375	(140.156)	(15,7%)
Total	12.467.113	11.850.284	616.829	5,2%

A Receita decorrente do fornecimento de energia elétrica a clientes cativos da Neoenergia Elektro no exercício de 2024 registrou R\$ 4.732.291 mil, aumento de 10,7% quando comparada com 2023 (R\$4.275.187 mil), em virtude dos maiores volumes e da variação positiva da parcela B de +0,69% no reajuste de agosto/24, que compensaram a variação negativa da parcela B de -3,9% da revisão tarifária de agosto/23.

Fornecimento Faturado - mercado cativo (R\$ mil)



Calculada com base na receita sobre o fornecimento de energia a clientes cativos (em GWh), a tarifa média de fornecimento de energia elétrica em 2024 foi de R\$ 444,4/MWh, um incremento de 13,4% em relação ao ano anterior (R\$391,7/MWh).

Tarifa Média de fornecimento em R\$/MWh			
Classe	2024	2023	%
Residencial	455,6	416,6	9,4%
Industrial	398,2	334,5	19,0%
Comercial	535,7	488,6	9,6%
Rural	371,8	329,7	12,8%
Poder público	473,4	427,0	10,9%
Iluminação pública	297,7	264,2	12,7%
Serviço público	578,5	481,6	20,1%
Tarifa Média	444,4	391,7	13,4%

3.2. Resultado Econômico-Financeiro

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS (em R\$ mil)	2024	2023	2024 X 2023	
			R\$	%
Receita Bruta	12.467.113	11.850.284	616.829	5,2%
Deduções da Receita Bruta	(4.637.268)	(4.393.261)	(244.007)	5,6%
Receita Operacional Líquida	7.829.845	7.457.023	372.822	5,0%
Custos Não Gerenciáveis (Parcela A)	(4.946.553)	(4.587.799)	(358.754)	7,8%
Margem Operacional Líquida	2.883.292	2.869.224	14.068	0,5%
Custos Gerenciáveis (Parcela B)	(1.345.533)	(1.222.588)	(122.945)	10,1%
Resultado do Serviço	1.537.759	1.646.636	(108.877)	(6,6%)
Amortização / Depreciação	477.800	392.457	85.343	21,7%
EBITDA	2.015.559	2.039.093	(23.534)	(1,2%)
Resultado Financeiro	(626.680)	(558.742)	(67.938)	12,2%
Resultado Operacional	911.079	1.087.894	(176.815)	(16,3%)
IR e CSLL	(270.718)	(293.636)	22.918	(7,8%)
Lucro (Prejuízo) do Período	640.361	794.258	(153.897)	(19,4%)

A Neoenergia Elektro encerrou o exercício de 2024 apresentando Receita Operacional Líquida de R\$ 7.829.845 mil, aumento de 5,0% vs. 2023, em virtude do maior volume e Reajuste Tarifário de 2024, sendo parcialmente compensada por maior constituição de passivos financeiros setoriais.

Os custos e despesas operacionais (Parcela A+B) em 2024 totalizaram R\$ 6.292.086 mil, aumento de 8,3% em relação ao ano de 2023, quando a Companhia registrou R\$ 5.810.387 mil.

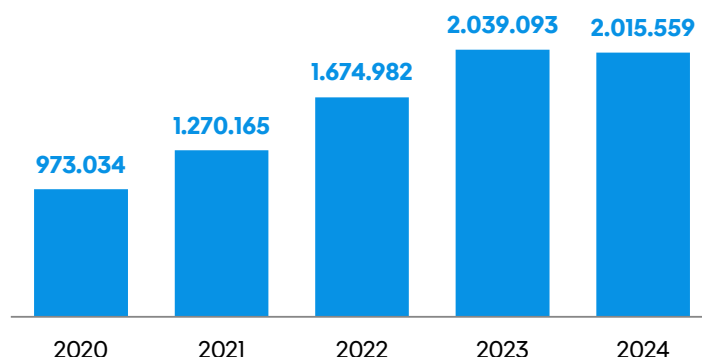
Considerando os fatores acima mencionados, a Neoenergia Elektro registrou EBITDA de R\$2.015.559 mil, queda de 1,2% quando comparado a 2023.

O Resultado Financeiro foi de -R\$ 626.680 mil em 2024 (vs. -R\$ 558.742 mil em 2023), em virtude do aumento nos encargos da dívida, devido ao maior saldo médio e maior inflação.

Com esses efeitos, a Companhia registrou lucro líquido de R\$ 640.361 mil em 2024, -19,4% vs. 2023.

Apresentamos abaixo a evolução do EBITDA da Neoenergia Elektro nos últimos 5 anos:

EBITDA



4. PLANO DE INVESTIMENTOS

4.1. Investimentos e Modernização na área de concessão da Neoenergia Elektro

Em 2024, a Neoenergia Elektro investiu R\$1.065.106 mil, dos quais R\$42.346 mil foram investimentos subvencionados.

Estão abaixo discriminados os investimentos gerenciais segregados por natureza de investimento:

INVESTIMENTOS REALIZADOS		Neoenergia Elektro	
Natureza Investimento (Preço corrente - valores em R\$ Mil)	2023	2024	
Expansão de Rede	(502.345)	(626.605)	
Novas Ligações	(329.004)	(397.319)	
Novas SE's e RD's	(173.341)	(229.286)	
Renovação de Ativos	(197.660)	(187.325)	
Melhoria da Rede	(99.906)	(114.494)	
Perdas e Inadimplência	(18.246)	(11.383)	
Outros	(108.213)	(120.212)	
Movimentação Material (Estoque x Obra)	(67.590)	(5.086)	
(=) Investimento Bruto	(993.960)	(1.065.106)	
SUBVENÇÕES	65.989	42.346	
(=) Investimento Líquido	(927.971)	(1.022.760)	
Movimentação Material (Estoque x Obra)	67.590	5.086	
(=) CAPEX	(860.381)	(1.017.675)	
Base de Anuidade Regulatória	(108.213)	(120.212)	
Base de Remuneração Regulatória	(818.156)	(939.808)	

Os investimentos realizados foram aderentes ao necessário para o período, refletindo a política da Companhia para garantir a constante melhoria da qualidade de seus serviços prestados, bem como a geração de valor do negócio, mantendo seu compromisso com os clientes, a sociedade e a concessão.

5. ESTRUTURA DE CAPITAL

5.1. Perfil da Dívida

Em dezembro de 2024, a dívida líquida da Neoenergia Elektro, incluindo caixa, equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários atingiu R\$ 6.279 milhões (dívida bruta de R\$ 7.044 milhões), apresentando um crescimento de 33% (R\$ 1.559 milhões) em relação a dezembro de 2023. Em relação a segregação do saldo devedor, 82% da dívida está contabilizada no longo prazo e 18% no curto prazo.

6. PRÁTICAS DE GESTÃO

6.1. Direito dos Acionistas e Política de Dividendos

A Neoenergia Elektro possui definido em seu Estatuto o pagamento de dividendo mínimo de 25% do lucro líquido, conforme Política de Distribuição de Dividendos, disponível no site da Companhia (<https://www.neoenergia.com/politicas-governanca-corporativa>).

Em 2024, a Companhia deliberou os seguintes proventos:

- (i) Dividendos de R\$ 419.265 mil, deliberados em Assembleia Geral Ordinária de 12/04/2024 e pagos em 22/05/2024;
- (ii) Dividendos relativos à reserva de lucros de exercícios anteriores de R\$ 500.000 mil, deliberados Assembleia Geral Ordinária de 12/04/2024 e pagos em 22/05/2024;
- (iii) Juros sobre Capital Próprio de R\$ 37.771 mil, deliberados na Reunião do Conselho de Administração em 20/03/2024 e pagos em 26/08/2024;
- (iv) Dividendos de R\$ 270.376 mil, deliberados na Reunião do Conselho de Administração em 24/04/2024 e pagos em 26/08/2024;
- (v) Juros sobre Capital Próprio de R\$ 22.657 mil, deliberados na Reunião do Conselho de Administração em 20/06/2024 e pagos em 26/08/2024;
- (vi) Dividendos Intermediários de R\$ 430.000 mil, deliberados na Reunião do Conselho de Administração em 22/07/2024 e pagos em 26/08/2024;
- (vii) Juros sobre Capital Próprio de R\$ 19.416 mil, deliberados na Reunião do Conselho de Administração em 25/09/2024 e pagos em 20/12/2024;
- (viii) Dividendos Intermediários de R\$ 209.000 mil, deliberados na Reunião do Conselho de Administração em 21/10/2024 e pagos em 20/12/2024;
- (ix) Juros sobre Capital Próprio de R\$ 20.890 mil, deliberados na Reunião do Conselho de Administração em 18/12/2024 e com previsão de pagamento até 31/12/2025.

A Companhia informa que a destinação completa dos resultados de 2024 será aprovada na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 2025.

7. MEIO AMBIENTE

No desempenho das atividades operacionais, a Neoenergia Elektro contempla a preservação e minimização dos impactos ambientais. Em 2024, destinou R\$ 3.837 mil em iniciativas que promoveram atividades relacionadas à responsabilidade ambiental e favoreceram o desenvolvimento e propagação de tecnologias que respeitam o meio ambiente.

8. PROGRAMAS DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA E P&D

A lei nº 9.991/2000 estabelece a obrigação de aplicar, anualmente, no montante de 1% da receita operacional líquida em ações que tenham como objetivo o combate ao desperdício de energia elétrica e o desenvolvimento tecnológico do setor elétrico. Esse montante é destinado aos Programas de Eficiência energética e Pesquisa e Desenvolvimento. Todos os gastos relacionados a

esses projetos e pesquisas, realizados em parceria com empresas e universidades, são justificados à Aneel mediante a fiscalização.

9. RECURSOS HUMANOS

Em 2024, a Neoenergia Elektro mantinha 3.916 colaboradores próprios em seu quadro funcional, além de 1.247 colaboradores terceirizados. O valor total bruto aplicado na folha de pagamentos foi R\$ 341.214.176.

10. ESG

A estratégia e o modelo de negócio da Neoenergia foram desenhados antecipando o papel que o setor elétrico pode desempenhar no combate às mudanças climáticas e na criação de valor para todos os seus públicos de relacionamento, gerando dividendo social e oportunidades de desenvolvimento econômico, social e ambiental.

O compromisso do grupo com a agenda ESG está formalizado em seu Sistema de Governança Corporativa e Sustentabilidade, alinhado aos 10 Princípios do Pacto Global e aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), da Organização das Nações Unidas (ONU).

A empresa concentra esforços nos ODS mais relevantes para o seu modelo de negócio: fornecimento de energia limpa e acessível (objetivo 7) e ação global contra as mudanças climáticas (objetivo 13). E mantém, ainda, compromisso com outros ODS relacionados a temas estratégicos e que contribuem diretamente à gestão sustentável: água potável e saneamento (ODS 6), indústria, inovação e infraestrutura (ODS 9), vida terrestre (ODS 15) e parcerias e meios de implementação (ODS 17).

Esse compromisso é materializado com a publicação de 30 Metas ESG a serem alcançadas em 2025 e 2030, e que são acompanhadas e divulgadas trimestralmente. Na tabela abaixo, apresentamos os resultados alcançados em 2024:

Metas ESG	Parâmetros	2024 Real	2025 Meta	2030 Meta	
E	Emissões	Emissões de gCO ₂ /kWh na geração (escopo 1)	4	36	20
	Digitalização de redes	% redes de Alta Tensão e Média Tensão digitalizadas	80%	83%	90%
	Eletrificação da frota	% de veículos leves próprios eletrificados na frota Neoenergia	14%	13%	50%
	Frota de veículos leves sustentável	% sobre a frota total de veículos leves (flex, híbrido ou elétrico)	99%	99%	100%
	Capacidade instalada de água de reuso	Milhões de litros	8,3	7,5	10
	Avaliação de Biodiversidade	% ativos com avaliação de biodiversidade e plano de impacto positivo	0%	20%	100%
S	Mulheres em posições relevantes	% de mulheres nas posições de Diretoria e Superintendência	33%	31%	35%
	Mulheres em postos de liderança	% de mulheres em postos de liderança nas posições de Diretoria, Superintendência e Gerência	32%	33%	40%
	Mulheres formadas eletricistas	% de mulheres formadas nas escolas de eletricistas	50%	30%	35%
	Mulheres em postos de eletricista	% de mulheres em postos de eletricistas	10%	9%	12%
	Diversidade racial	% de pretos e pardos nas posições de Diretoria, Superintendência, Gerência e Supervisão	30%	35%	40%
	Voluntariado corporativo	Nº de voluntários (colaboradores e acompanhantes)	4.208	3.700	4.700
	Segurança (ISO 45001)	% colaboradores próprios lotados em sites certificados pela ISO 45001	58%	50%	60%
	Segurança	Número de acidentes de trabalho com e sem afastamento (equipe própria)	0,28	<0,43	<0,39
	Formação	Média de horas para formação de colaboradores e de profissionais das comunidades onde atuamos	96	67	70
	Clientes digitais	% de transações digitais / (Transações humanas + Transações digitais)	94,2%	95,1%	95,1%
	Inclusão e diversidade para atendimento ao cliente	Número de soluções implementadas	15	22	NA
	Beneficiários do Instituto Neoenergia	Beneficiários anuais dos programas (mil)	649	280	412
	Qualidade de fornecimento	Duração Equivalente das Interrupções por unidade consumidora	9,18	9,29	8,44
	G	Compras de fornecedores locais	% do volume faturado de compras com fornecedores locais	100%	>90%
Compras de fornecedores sustentáveis		% de fornecedores relevantes classificados como sustentáveis	90%	>80%	>85%
Procedimento de Due Diligence de Direitos Humanos		Revisão contínua	✓	✓	✓
Processo formal de engajamento das Partes Interessadas		Ampliar o engajamento das partes interessadas por meio de mecanismos e canais diversos	✓	✓	✓
Avaliações de cibersegurança		Número de avaliações anuais ou verificações externas	522	316	316
Treinamentos em cibersegurança		Número de horas anuais de treinamento em cibersegurança e proteção das informações	13.152	11.500	13.100
Remuneração variável ESG		% da remuneração variável para incentivo de longo prazo atrelada a ESG	30%	30%	33%
Práticas de Governança Corporativa		Manter as melhores práticas de governança	✓	✓	✓
Certificação externa independente ou validação do sistema de Compliance		Obter/manter (anualmente)	✓	✓	✓
F		Framework de financiamento verde	Revisão anual e atualização (se aplicável)	✓	✓
	Financiamento ESG	% novos contratos financeiros no triênio de 2023/2025 e 2026/2030 com classificação ESG/verde (com taxonomia europeia)	85%	>60%	>75%

Durante o ano, a Neoenergia manteve seu compromisso com a geração de energia limpa e sustentável. A empresa anunciou a criação de uma joint venture com a espanhola Carbon2Nature para desenvolver projetos de geração e comercialização de créditos de carbono, que focará em projetos de reflorestamento de áreas desmatadas, manejo florestal e reabilitação de manguezais, com o objetivo de capturar mais de 10 milhões de toneladas de CO₂ nos próximos anos, por meio da criação da Carbon2Nature Brasil.

No arquipélago de Fernando de Noronha, foi concluída a terceira usina solar na Ilha, com um sistema de armazenamento de energia de 100 kW/215 kWh. A ilha também recebeu 14 veículos elétricos, incluindo o primeiro buggy 100% elétrico fabricado no Brasil. A energia gerada nas usinas será utilizada para abastecimento dos veículos e, o excedente, será injetado na rede de distribuição, ampliando o uso de fontes renováveis pelos consumidores locais. As ações fazem parte do projeto Trilha Verde, que compõe o Programa Energia Sustentável Noronha.

Buscando desenvolver soluções para geração de energia limpa e sustentável foi instalado, no litoral norte do Rio de Janeiro, o sistema flutuante LiDAR, pioneiro no Brasil, para estudos de medição eólica offshore. O sensor, certificado internacionalmente, mede características do vento e do mar com alta precisão e confiabilidade.

No âmbito social, um dos destaques é o programa Potencialize para desenvolver talentos negros no setor elétrico. Inicialmente implementado na Neoenergia Coelba, o programa será expandido para todas as distribuidoras em 2025, com o objetivo de aumentar a diversidade e inclusão, promovendo a ascensão de profissionais negros a cargos de liderança.

Em 2024, também foi comemorada a marca de mais de mil mulheres formadas na Escola de Eletricistas da Neoenergia. A iniciativa estimula a geração de emprego e renda, além de contribuir para a equidade de gênero em uma carreira majoritariamente masculina. A Escola é pioneira no setor e reconhecida como exemplo global de um dos Princípios de Empoderamento das Mulheres pelo WeEmpower, programa da ONU Mulheres junto à Organização Internacional do Trabalho e à União Europeia. A Neoenergia também aderiu ao Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça, uma iniciativa do Governo Federal por meio do Ministério das Mulheres, com o objetivo de transformar a cultura organizacional do país.

Em 2024 a Neoenergia recebeu o prêmio “Boas práticas” do Pacto Global-Rede Brasil da ONU pelo programa de apoio a colaboradoras vítimas de violência, destacando-se no Movimento Elas Lideram 2030. O CEO, Eduardo Capelastegui também foi reconhecido com o prêmio de “CEO Elas lideram 2030” mais engajado com a temática, refletindo o compromisso com a igualdade de gênero e a inclusão social.

Pelo quinto ano consecutivo, a empresa manteve-se na carteira do FTSE4 Good Index Series e no Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE), da B3. Também permaneceu no The Sustainability Yearbook, da S&P e no CDP, com score A em Mudanças Climáticas e B em Segurança Hídrica.

11. GESTÃO DA QUALIDADE

O alto desempenho e sustentabilidade dos resultados são alcançados com a combinação de pessoas engajadas e processos maduros. Ter processos maduros significa padronizar e controlar as atividades, identificar e medir o desempenho e melhorar a eficiência. Em 2024 avaliamos a maturidade dos processos, estabelecemos planos de melhoria e aumentamos a nossa eficiência.

12. TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Em 2024, os principais projetos e sistemas desenvolvidos pelo Grupo Neoenergia na Diretoria de Transformação Digital foram:

Projeto Plano Comercial Liberalizados

Consiste na implementação de projetos que apoiarão no alcance dos objetivos de negócios no Brasil, com foco na venda de energia para clientes elegíveis e soluções inteligentes (Smart Solutions). Os projetos prioritários permitirão modificar o modelo operacional por processos nos próximos anos.

Módulos do sistema Kaffa

Refere-se à implementação da plataforma de monitoramento das equipes de Construção para registro do avanço da obra. Além disso, o projeto engloba a identificação dos colaboradores alocados no canteiro e tempo de conclusão das atividades, bem como o controle dos recursos aplicados como equipamentos, cabos e outros materiais relevantes. Estão previstas também etapas de inserção de formulários para registro de fiscalizações e relatórios de segurança, além de desenhos e planejamento da obra de modo offline, visando erradicar os problemas de performance no GSE pelo GSE Projetos Online.

Projeto Solução Comercial na Neoenergia Brasília

O projeto visa a uniformização de processos comerciais operativos entre Brasília e as Distribuidoras do nordeste, aumentando a sinergia e a eficiência das equipes. Através da replicação prevista será possível padronizar o sistema comercial versão 6.03 e o sistema de atendimento, aumentando a eficiência e sinergia, criando procedimentos únicos para processos operacionais das distribuidoras e eliminando alguns sistemas complementares.

Projeto REN 1000

Projeto de implementação dos anexos IV e transição do anexo III da Resolução 414 para atender os artigos da Resolução 1000/2021, a qual estabelece as condições gerais de fornecimento de energia elétrica, definindo de maneira mais clara e objetiva as responsabilidades dos agentes e os procedimentos a serem seguidos pelos consumidores. Ela visa facilitar o acesso universal ao serviço de energia elétrica com qualidade e eficiência.

Projeto REN 1059

Projeto de implementação de medida regulatória para alteração dos sistemas comerciais, nos módulos de Atendimento ao Cliente, Notas de Serviço, Medição, Faturamento, Processos Financeiros e Relatórios Analíticos para contemplar as novas regras da Geração Distribuída, conforme Resolução Normativa 1059, com o intuito de melhorar as regras de ligação e faturamento de clientes de micro e minigeração (distribuída em sistemas de distribuição de energia elétrica), bem como as regras do Sistema de Compensação de Energia Elétrica.

Resolução 482 - Regulação para Mini e Microgeradores

Projeto para implementar o fluxo sistêmico, integrado e automatizado do processo de micro e minigeração, permitindo a geração da demanda e acompanhamento online de status pelo cliente. O projeto permite também o atendimento, gestão da demanda de MMGD e comunicação com os

clientes, atendendo às regras regulatórias (abertura eletrônica, acompanhamento de status na web e prazos de atendimento). Esse projeto permitirá o aprimoramento de um processo com interface ou interferência em outros processos da companhia, porém sem alteração no modelo de negócio, além de contribuir para o fortalecimento das partes interessadas e mitigar alguns riscos de impacto financeiro e reputacional.

13. RELAÇÕES COM INVESTIDORES

No intuito de disponibilizar informações com elevado padrão de qualidade, transparência e confiabilidade, com base na legislação pertinente e das regras que regulam o setor elétrico, o Grupo Neoenergia adota uma política de comunicação consistente, clara e confiável com o mercado de capitais. O Grupo Neoenergia disponibiliza informações no site de Relações com Investidores (<http://ri.neoenergia.com>) e por meio dos relatórios e informes trimestrais e anuais, disponíveis na B3 e CVM bem como no site de RI.

14. A OUTORGADA EM NÚMEROS

NEOENERGIA ELEKTRO				
Grandes Números da Companhia	2024	2023	Variação	Variação (%)
Atendimento				
Número de Consumidores	2.979.146	2.928.184	50.962	1,74%
Número de empregados	3.916	3.919	(3)	(0,08%)
Número de consumidores por empregado	760,76	747,18	14	1,82%
Número de localidades atendidas	228	228	-	0,00%
Número de agências	228	229	(1)	(0,44%)
Mercado				
Área de Concessão (km²)	120.948	120.948	0	0,00%
Demanda Máxima (MW)	3.299,97	3.258,78	41	1,26%
Distribuição direta (GWh)	19.889,00	18.673,00	1.216	6,51%
Consumo residencial médio (KWh/ano)	180,54	174,42	6	3,51%
Tarifas médias de fornecimento (R\$ por MWh)	444,44	391,75	53	13,45%
Residencial	455,64	416,60	39	9,37%
Industrial	398,18	334,53	64	19,03%
Comercial	535,71	488,57	47	9,65%
Rural	371,83	329,72	42	12,77%
Poder Público	473,45	426,99	46	10,88%
DEC (horas)	6,45	7,33	(0,88)	(12,01%)
População atendida - Urbana (em milhares de habitantes)	2.853.536	2.802.047	51.489	1,84%
População atendida - Rural (em milhares de habitante)	125.610	126.137	(527)	(0,42%)
FEC (vezes)	3,49	3,73	(0,24)	(6,43%)
Indicador de reclamações por 1.000 consumidores ⁽¹⁾	2,77	2,97	(0,20)	(6,73%)
Operacionais				
Número de Subestações	162	160	2	1,25%
Linhas de transmissão (Km) ²	2.579	2.558	21	0,81%
Linhas de distribuição (Km)	118.692	117.675	1.017	0,86%
Financeiros				
Receita Operacional Bruta (R\$ mil)	12.467.113	11.850.284	616.829	5,21%
Receita Operacional Líquida (R\$ mil)	7.829.845	7.457.023	372.822	5,00%
EBITDA (R\$ mil)	2.015.559	2.039.093	(23.534)	(1,15%)
Lucro (Prejuízo) Líquido (R\$ mil)	640.361	794.258	(153.897)	(19,38%)
Lucro líquido por lote de mil ações	3,30	4,10	(0,79)	(19,38%)
Patrimônio Líquido	1.810.529	3.070.823	(1.260.294)	(41,04%)
Valor patrimonial do lote de mil ações	9,34	15,85	(6,50)	(41,04%)
Margem Operacional Líquida (%)	0,08	0,11	(0,02)	(23,22%)
Rentabilidade do Patrimônio Líquido (%)	0,35	0,26	0,10	36,75%
Dívida Bruta	7.042.991	5.397.842	1.645.149	30,48%
Dívida Líquida	6.278.819	4.718.967	1.559.852	33,05%
Indicadores de Performance				
Energia Comprada em MW / Número de Funcionários	3,417	3,577	(159)	(4,45%)
Energia Comprada em MW / Número de Consumidores	4,49	4,79	(0,29)	(6,16%)
Resultado Líquido Operacional / Total de Ativos	0,57	0,57	(0,00)	(0,25%)

⁽¹⁾ indicador regulatório de reclamações apurado e acompanhado considera as reclamações procedentes a cada 1000 clientes (FER – Frequência Equivalente de Reclamações) e não considera as reclamações de Falta de Energia, Tensão de Fornecimento e Ressarcimento de Danos

⁽²⁾ Considera linhas de subtransmissão (linhas com até 138 KV de tensão)



DISCLAIMER

Esse documento foi preparado pela ELEKTRO REDES S.A. ("Neoenergia Elektro" e/ou "Companhia"), visando indicar a situação geral e o andamento dos negócios da Companhia. O documento é propriedade da Neoenergia Elektro e não deverá ser utilizado para qualquer outro propósito sem a prévia autorização escrita da Neoenergia Elektro.

A informação contida neste documento reflete as atuais condições e nosso ponto de vista até esta data, estando sujeitas a alterações. O documento contém declarações que apresentam expectativas e projeções da Neoenergia Elektro sobre eventos futuros. Estas expectativas envolvem vários riscos e incertezas, podendo, desta forma, haver resultados ou consequências diferentes daqueles aqui discutidos e antecipados, não podendo a Companhia garantir a sua realização.

Todas as informações relevantes, ocorridas no período e utilizadas pela Administração na gestão da Companhia, estão evidenciadas neste documento e na Informação Demonstrações Financeiras.

Demais informações sobre a empresa podem ser obtidas no Formulário de Referência, disponível no site da CVM e no site de Relações com Investidores do Grupo Neoenergia (ri.neoenergia.com).

BALANÇO PATRIMONIAL
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)



	Notas	2024	2023
Ativo			
Ativo Circulante		4.117.260	4.009.972
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	744.562	657.463
Consumidores	5	1.089.846	1.098.157
Concessionárias e Permissionárias	5	1.048.515	958.625
Serviços em Curso	6	208.895	215.418
Tributos Compensáveis	7	67.512	58.653
Almoxarifado Operacional		13.326	12.864
Investimentos Temporários		19.580	21.385
Ativos Financeiros Setoriais	8	541.074	672.736
Despesas Pagas Antecipadamente		61.690	50.149
Instrumentos Financeiros Derivativos	12	127.646	87.000
Benefício pós-emprego			
Outros Ativos Circulantes		194.614	177.522
Ativo Não Circulante		9.436.196	9.240.554
Consumidores	5	15.393	13.407
Concessionárias e Permissionárias	5	17.966	17.966
Tributos Compensáveis	7	92.349	90.110
Depósitos Judiciais e Cauções	14	35.345	42.212
Investimentos Temporários		30	27
Tributos Diferidos	9	-	214.481
Ativos Financeiros Setoriais	8	194.691	232.005
Instrumentos Financeiros Derivativos	12	102.181	88.156
Bens e Atividades Não Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica		4.228	4.228
Direito de uso		4.949	-
Imobilizado	10	8.497.535	8.064.384
Intangível	10	435.359	437.565
Outros Ativos Não Circulantes		36.170	36.013
Total do Ativo		13.553.456	13.250.526

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

BALANÇO PATRIMONIALExercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	2024	2023
Passivo			
Passivo Circulante		4.248.265	3.477.824
Fornecedores	11	814.304	834.753
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	12	1.361.749	913.619
Passivo de arrendamento	12	4.828	-
Obrigações Sociais e Trabalhistas	27	140.268	132.919
Benefício Pós-Emprego	27	11.278	6.397
Tributos	13	242.913	227.940
Provisão para Litígios	14	35.998	28.000
Dividendos Declarados e Juros sobre Capital Próprio	18	17.849	76.653
Encargos Setoriais		212.394	276.573
Passivos Financeiros Setoriais	8	1.127.084	838.823
Instrumentos Financeiros Derivativos	12	6.877	14.559
Outros Passivos Circulantes	17	272.723	127.588
Passivo Não Circulante		7.494.662	6.701.879
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	12	5.904.192	4.591.429
Passivo de arrendamento	12	942	-
Benefício Pós-Emprego	27	59.700	116.295
Tributos	13	2.118	2.118
Provisão para Litígios	14	150.638	142.116
Encargos Setoriais		39.785	664
Tributos Diferidos	9	79.740	307.367
Passivos Financeiros Setoriais	8	233.406	442.398
Instrumentos Financeiros Derivativos	12	-	53.391
Ressarcimento a consumidores – Tributos federais	16	12.074	11.274
Obrigações Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica	15	974.795	1.001.588
Outros Passivos Não Circulantes	17	37.272	33.239
Total do Passivo		11.742.927	10.179.703
Patrimônio Líquido	18		
Capital Social		952.492	952.492
Reservas de Capital		765.882	765.882
Outros Resultados Abrangentes		846.430	913.062
Reservas de Lucros		171.421	441.797
Lucros ou Prejuízos Acumulados		(1.101.347)	(921.675)
Proposta para Distribuição de Dividendos Adicionais		175.651	919.265
Total do Patrimônio Líquido		1.810.529	3.070.823
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		13.553.456	13.250.526

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais)



	Notas	2024	2023
Operações em Continuidade			
Receita			
		12.467.113	11.850.284
Fornecimento de energia elétrica	19	4.635.571	4.367.238
Suprimento de energia elétrica	20	96.294	104.608
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição	19	7.092.987	6.591.449
Ativos e Passivos Financeiros Setoriais	19 (b)	(327.335)	3.544
Serviços cobráveis	19	3.399	3.076
Doações, contribuições e subvenções vinculadas ao serviço concedido	19	966.197	780.369
Tributos			
		(2.913.918)	(2.662.720)
ICMS		(1.952.434)	(1.733.492)
PIS-PASEP		(171.336)	(165.627)
COFINS		(789.262)	(762.889)
ISS		(886)	(712)
Encargos - Parcela "A"			
		(1.723.350)	(1.730.541)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		(39.356)	(37.541)
Programa de Eficiência Energética - PEE		(39.356)	(37.541)
Conta de Desenvolvimento Econômico - CDE		(1.547.705)	(1.552.187)
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE		(13.382)	(11.999)
Outros encargos		(83.551)	(91.273)
Receita líquida		7.829.845	7.457.023
Custos Não Gerenciáveis - Parcela "A"			
	21 (a)	(4.946.553)	(4.587.799)
Energia elétrica comprada para revenda		(3.113.175)	(2.761.477)
Encargo de transmissão, conexão e distribuição		(1.833.378)	(1.826.322)
Resultado Antes dos Custos Gerenciáveis		2.883.292	2.869.224
Custos Gerenciáveis - Parcela "B"			
	21 (b)	(1.345.533)	(1.222.588)
Pessoal e administradores		(467.351)	(442.619)
Material		(69.051)	(67.405)
Serviços de terceiros		(236.548)	(212.778)
Arrendamento e aluguéis		(11.521)	(17.311)
Seguros		(4.487)	(4.886)
Doações, contribuições e subvenções		(1.111)	(1.307)
Provisões		(150.618)	(135.699)
Perdas na alienação de bens e direitos		(81.236)	(96.309)
(-) Recuperação de despesas		8.092	8.581
Tributos		(10.020)	(9.451)
Depreciação e amortização	21 (c)	(477.800)	(392.457)
Gastos diversos		(59.624)	(55.706)
Outras Receitas Operacionais		221.579	209.103
Outras Despesas Operacionais		(5.837)	(4.344)
Resultado da Atividade		1.537.759	1.646.636
Resultado Financeiro			
	22	(626.680)	(558.742)
Despesas financeiras		(1.467.945)	(1.261.998)
Receitas financeiras		841.265	703.256
Resultado Antes dos Impostos sobre o Lucro		911.079	1.087.894
Despesa com impostos sobre o lucro	28	(270.718)	(293.636)
Resultado Líquido do Exercício		640.361	794.258
Lucro por Ação			
Ordinária		3,30	3,89
Preferencial A		3,30	4,28

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais)



	2024	2023
Resultado do Exercício	640.361	794.258
Outros Resultados Abrangentes		
Reserva de reavaliação	-	1.096.827
Efeito de imposto de renda sobre reserva de reavaliação	-	(372.921)
Ganho líquido sobre instrumentos financeiros	(7.957)	15.741
Efeito de imposto de renda sobre ganho líquido de instrumentos financeiros	2.705	(5.352)
Previdência Privada – Superávit (Déficit) Atuarial	51.473	(94.349)
Efeito de imposto de renda sobre previdência privada	(17.501)	32.079
Outros resultados abrangentes do exercício, líquidos de impostos	28.720	672.025
Total de Resultados abrangentes do exercício, líquidos de impostos	669.081	1.466.283

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais)



	2024	2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Resultado do Exercício	640.361	794.258
Despesas (Receitas) que não afetam Caixa e Equivalentes de Caixa	2.100.508	2.124.909
Amortização	(43.705)	(35.429)
Depreciação	527.408	434.407
Imposto de Renda e Contribuição Social	270.718	293.636
Obrigações Pós-Emprego	(807)	-
Valor Residual do Ativo Intangível / Imobilizado Baixado	79.853	79.296
Resultado financeiro, líquido	626.680	558.741
Redução (Aumento) de Ativos	380.642	86.683
Consumidores	163.390	34.865
Concessionários	(89.931)	(193.841)
Depósitos Vinculados a Litígios	7.975	3.532
Imposto de Renda e Contribuição Social	(1.663)	35.402
Tributos Compensáveis	(8.635)	13.597
Ativos Financeiros Setoriais	320.833	274.788
Despesas pagas antecipadamente	(11.541)	6.586
Outros	214	(88.246)
Aumento (Redução) de Passivos	(431.822)	(529.711)
Encargos Setoriais	(33.421)	14.085
Fornecedores Setoriais	(50.104)	109.131
Fornecedores Demais	27.318	(32.017)
Obrigações Pós-Emprego	(9.373)	(1.581)
Salários e Encargos Sociais	7.349	18.238
Tributos e Contribuição Social	(312.605)	(331.957)
Passivos Financeiros Setoriais	(102.628)	(217.627)
Indenizações/Contingências pagas	(5.002)	(11.321)
Pagamento de Juros - Arrendamentos	(1.635)	(5.478)
Outros	48.279	(71.184)
Caixa consumido pelas atividades operacionais	(475.252)	(359.161)
Encargos de Dívidas Pagos	(519.914)	(423.495)
Instrumentos derivativos pagos, líquidos	(51.020)	(17.989)
Rendimento de aplicação financeira	95.682	82.323
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	1.574.076	1.322.720
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Imobilizado	(999.051)	(870.718)
Intangível	(42.034)	(46.863)
Participação Financeira do Consumidor	-	10.336
Aplicação de Títulos e Valores Mobiliários	(91.692)	(88.022)
Resgate de Títulos e Valores Mobiliários	93.497	89.142
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	(1.039.280)	(906.125)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Empréstimos e Financiamentos Obtidos	2.300.000	1.000.000
Empréstimos e Financiamentos Pagos	(914.056)	(579.286)
Instrumentos derivativos pagos, líquidos	120.760	-
Pagamentos de custos de captação	(15.452)	(8.727)
Obrigações vinculadas as concessões	38.777	36.574
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos Pagos	(1.973.078)	(722.683)
Pagamento de principal - Arrendamentos	(4.648)	(11.900)
Caixa líquido consumido pelas atividades de financiamento	(447.697)	(286.022)
Variação líquida do caixa e equivalentes de caixa	87.099	130.573
Demonstração da variação do caixa e equivalentes de caixa	87.099	130.573
No início do exercício	657.463	526.890
No fim do exercício	744.562	657.463
Transações que não envolveram caixa:		
Juros e encargos financeiros capitalizados ao imobilizado e intangível	13.503	10.400
Adição e atualização de provisões capitalizadas	6.524	(11.812)
Adições de obrigações especiais	10.515	22.148
Contratos de arrendamento - IFRS 16	10.418	(20.762)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais)



	Nota	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Lucros	Outros Resultados Abrangentes		Lucros (Prejuízos) Acumulados	Proposta para Distribuição de Dividendos Adicionais	Total
					Reserva de Reavaliação	Outros			
Saldo em 31 de Dezembro de 2022		952.492	765.882	941.797	324.620	(29.013)	(799.379)	234.340	2.390.739
Ganhos e perdas atuariais, líquidos	27.(c)	-	-	-	-	(62.270)	-	-	(62.270)
Realização da Reserva de Reavaliação Regulatória, líquida		-	-	-	(54.570)	-	54.570	-	-
Constituição da Reserva de Reavaliação Regulatória, líquida de impostos		-	-	-	723.906	-	-	-	723.906
Aprovação dos Dividendos Adicionais Propostos		-	-	-	-	-	-	(234.340)	(234.340)
Ajustes de Instrumentos Financeiros		-	-	-	-	10.389	-	-	10.389
Lucro Líquido (Prejuízo) do Exercício		-	-	-	-	-	794.258	-	794.258
Destinações:	18								-
Reserva Legal		-	-	-	-	-	(191.859)	-	(191.859)
Juros sobre o Capital Próprio		-	-	-	-	-	(360.000)	-	(360.000)
Dividendos Mínimos Obrigatórios		-	-	(500.000)	-	-	(419.265)	919.265	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2023		952.492	765.882	441.797	993.956	(80.894)	(921.675)	919.265	3.070.823
Ganhos e perdas atuariais, líquidos	27.(c)	-	-	-	-	33.972	-	-	33.972
Realização da Reserva de Reavaliação Regulatória, líquida		-	-	-	(95.352)	-	95.352	-	-
Aprovação dos Dividendos Adicionais Propostos		-	-	-	-	-	-	(919.265)	(919.265)
Ajustes de Instrumentos Financeiros		-	-	-	-	(5.252)	-	-	(5.252)
Lucro Líquido (Prejuízo) do Exercício		-	-	-	-	-	640.361	-	640.361
Destinações:	18								-
Juros sobre o Capital Próprio		-	-	-	-	-	(100.734)	-	(100.734)
Dividendos Intermediários		-	-	-	-	-	(639.000)	-	(639.000)
Dividendos - Distribuição de Reserva		-	-	(270.376)	-	-	-	-	(270.376)
Dividendos Adicionais Propostos		-	-	-	-	-	(175.651)	175.651	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2024		952.492	765.882	171.421	898.604	(52.174)	(1.101.347)	175.651	1.810.529

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

1. CONTEXTO OPERACIONAL E SETOR ELÉTRICO NO BRASIL

A Elektro Redes S.A. – Neoenergia Elektro (Companhia), concessionária de serviço público de energia elétrica com sede em Campinas - São Paulo - Brasil, é sociedade anônima de capital aberto, listada na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão e controlada pela Neoenergia S.A. (NEOENERGIA). Suas atividades são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, e compreendem projetar, construir e explorar os sistemas de subtransmissão, transformação, distribuição e comercialização de energia, e atividades associadas ao serviço de energia elétrica, podendo ainda realizar operações de exportação e importação.

A Companhia detém a concessão para distribuição de energia elétrica em 228 municípios, dos quais 223 estão localizados no estado de São Paulo, e os outros 5 no estado de Mato Grosso do Sul, abrangendo uma área de concessão de 121 mil km², a qual é regulada pelo contrato de concessão nº 187/98, com vencimento em 2028.

Adicionalmente a Companhia vem atendendo consumidores livres no estado de São Paulo e Mato Grosso do Sul, desde 2002.

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia (MME), o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

O fornecimento de energia elétrica a varejo pela Companhia é efetuado de acordo com o previsto nas cláusulas de seu contrato de concessão de longo prazo de venda de energia.

De acordo com o contrato de Concessão de Distribuição, essa Outorgada está autorizada a cobrar de seus consumidores uma taxa pelo fornecimento de energia consistindo em dois componentes: (1) uma parcela referente aos custos de distribuição de energia não gerenciáveis (Custos da Parcela A); e (2) uma parcela de custos operacionais (Custos da Parcela B). Ambas as parcelas são estabelecidas como parte da concessão original para determinados períodos iniciais. Subsequentemente aos períodos iniciais, e em intervalos regulares, a ANEEL tem a autoridade de rever os custos da Companhia, a fim de determinar o ajuste da inflação (ou outro fator de ajuste similar), caso existente, aos Custos da Parcela B (Ajuste Escalar) para o período subsequente. Esta revisão, de quatro em quatro anos, poderá resultar num ajuste escalar com valor positivo, nulo ou negativo.

Adicionalmente aos ajustes referentes aos Custos da Parcela A e Parcela B mencionados acima, as concessões para fornecimento de energia elétrica têm um ajuste tarifário anual, baseado em uma série de fatores, incluindo a inflação. Adicionalmente, como resultado das mudanças regulatórias ocorridas em dezembro de 2001, a Outorgada pode agora requisitar reajustes tarifários resultantes de eventos significativos que abalem o equilíbrio econômico-financeiro dos seus negócios. Outros eventos normais ou recorrentes (como altas no custo da energia comprada, impostos sobre a receita ou ainda a inflação local) também têm permissão para serem absorvidos por meio de aumentos tarifários específicos. Quando a Outorgada solicita um reajuste tarifário, se faz necessário comprovar o impacto financeiro resultante destes eventos nas operações.

Consumidores livres são aqueles cuja demanda é igual ou excede 0,5 MW e tensão igual ou superior a 13,8 kV. Clientes que possuem demanda igual ou superior a 0,5 MW e inferior a 1 MW, são considerados especiais pois apenas podem adquirir energia de fontes incentivadas, já os clientes com carga igual ou superior a 1 MW, são considerados livres tradicionais pois podem adquirir energias de fontes convencionais ou incentivadas. Uma vez que um consumidor tenha optado pelo mercado livre, só poderá voltar ao sistema regulado se comunicar à distribuidora de sua região com cinco anos de antecedência, anterior a este período, é facultativo à distribuidora aceitar o cliente, isto vai depender de estudos de mercado. Este período de aviso prévio procura assegurar que, se necessário, a distribuidora poderá comprar energia adicional para suprir a reentrada de Consumidores Livres no mercado regulado.

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada Rede Básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta Rede Básica, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado Livre Acesso, assegurado em Lei e garantido pela ANEEL.

A operação e administração da Rede Básica é atribuição do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, pessoa jurídica de direito privado, autorizado do Poder Concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição e também pelos consumidores com conexão direta à Rede Básica. O ONS tem a responsabilidade de gerenciar o despacho de energia elétrica das usinas em condições otimizadas, envolvendo o uso dos reservatórios das hidrelétricas e o combustível das termelétricas do sistema interligado nacional.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

2.1. Base de preparação

As demonstrações contábeis para fins regulatórios foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo Órgão Regulador e conforme as políticas contábeis estabelecidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), aprovado pela ANEEL através da Resolução Normativa nº 933, de 18 de maio de 2021, que consolidou em um único ato as Resoluções Normativas nº 396/2010, nº 605/2014 e nº 814/2018. O Despacho nº 1.690, de 28 de junho de 2022, aprovou os ajustes de natureza procedimental face a revisão do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, versão 2022, aprovada por meio do Despacho nº 2.904/2021, de 17 de setembro de 2021.

As demonstrações contábeis para fins regulatórios são separadas das demonstrações financeiras societárias da concessionária. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil, as IFRS *Accounting Standards* e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos.

Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS *Accounting Standards*.

As informações financeiras distintas das informações preparadas totalmente em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS *Accounting Standards*, podem levar a interpretações diferentes sobre o desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial, com diferenças de valores, ou agrupamentos de valores, como resultado da aplicação diferenciada de algumas normas contábeis societárias e regulatórias. Para melhor entendimento do leitor, as diferenças entre as demonstrações contábeis regulatórias e societárias, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS *Accounting Standards*, estão demonstradas nas notas explicativas nº 30.1 e 30.2.

A Administração da Companhia autorizou a conclusão da elaboração destas demonstrações contábeis regulatórias em 16 de abril de 2025, as quais estão expressas em milhares de reais, exceto quando indicado o contrário.

As demonstrações contábeis regulatórias estarão disponíveis no site da ANEEL (“www.aneel.gov.br”) e da Companhia (“https://ri.neoenergia.com”) a partir do dia 16 de abril de 2025.

2.2. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis regulatórias estão apresentadas em milhões de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

Transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio em vigor na data da transação e convertidas pela taxa de câmbio vigente na data do balanço. Ganhos e perdas cambiais pela atualização de ativos e passivos são reconhecidos no resultado financeiro.

2.3 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis regulatórias requer o uso de estimativas e julgamentos para determinadas operações que refletem no reconhecimento e mensuração de ativos, passivos, receitas e despesas. As premissas utilizadas são baseadas no histórico e outros fatores considerados relevantes, sendo revisadas periodicamente pela Administração. Os resultados reais podem divergir dos valores estimados.

As estimativas e julgamentos significativos aplicados pela Companhia na preparação destas demonstrações contábeis regulatórias estão apresentadas nas seguintes notas:

Notas	Estimativas e julgamentos significativos
5	Perdas de créditos esperadas
8	Ativos e passivos financeiros setoriais
8.1	Tributos diferidos
10	Ativo imobilizado e ativo intangível
12	Empréstimos e financiamentos, debêntures e instrumentos financeiros derivativos
14	Provisão para litígios e depósitos judiciais
15	Obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica
19	Receita de fornecimento de energia não faturada
27	Benefícios pós-emprego

2.4 Novas normas e interpretações não vigentes

Não foram identificadas normas publicadas em 2024, com início de vigência para os anos seguintes.

3. PRÁTICAS CONTÁBEIS REGULATÓRIAS MATERIAIS

As práticas contábeis utilizadas são as mesmas adotadas nas Demonstrações Financeiras societárias apresentadas nas notas explicativas de “Política Contábil e Julgamentos Críticos”, exceto quanto ao que se estabelece abaixo:

Ativos e passivos financeiros setoriais: O mecanismo de determinação das tarifas no Brasil garante a recuperação de determinados custos relacionados à compra de energia e encargos regulatórios por meio de repasse anual. Seguindo orientação do Órgão Regulador, a empresa contabiliza as variações destes custos como ativos e passivos financeiros setoriais, quando existe uma expectativa provável de que a receita futura, equivalente aos custos incorridos, será faturada e cobrada, como resultado direto do repasse dos custos em uma tarifa ajustada de acordo com a fórmula paramétrica definida no contrato de concessão. O Ativo e Passivo Financeiro Setorial serão realizados quando o poder concedente autorizar o repasse na base tarifária da empresa, ajustada anualmente na data de aniversário do seu contrato de concessão.

De acordo com o OCPC 08, os ativos e passivos financeiros setoriais são apresentados pelo líquido na contabilidade societária, enquanto para fins regulatórios, são apresentados segregados em ativo e passivo, receita e despesa financeira.

Imobilizado em serviço: Registrado ao custo de aquisição ou construção, acrescidos do valor de reavaliação registrado em 31 de outubro de 2023. A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas tabelas anexas à Resolução nº 674/2015 emitida pelo Órgão Regulador.

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação regulatória e o prazo de vigência da outorga (concessão, permissão e/ou autorização). O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas de depreciação regulatória.

O resultado na alienação de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

Imobilizado em curso: Os gastos de administração central capitalizáveis são apropriados, mensalmente, às imobilizações em bases proporcionais. A alocação dos dispêndios diretos com pessoal mais os serviços de terceiros é prevista no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Estes custos são recuperados por meio do mecanismo de tarifas e preços.

A Outorgada agrega mensalmente ao custo de aquisição do imobilizado em curso os juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros incorridos sobre empréstimos e financiamentos diretamente atribuídos à aquisição ou constituição de ativo qualificável considerando os seguintes critérios para capitalização: (a) período de capitalização correspondente à fase de construção do ativo imobilizado, sendo encerrado quando o item do imobilizado encontra-se disponível para utilização;

(b) utilização do *Weighted Average Cost of Capital* (WACC) regulatório considerando o prazo médio de construção e desembolso financeiro; (c) o montante dos juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros capitalizados mensalmente não excedem o valor das despesas de juros apuradas no período de capitalização; e (d) os juros, as variações monetárias e cambiais e demais encargos financeiros capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinada para o item do imobilizado ao qual foram incorporados.

No reconhecimento do custo do ativo imobilizado, as empresas de distribuição de energia têm incluído parte dos custos da administração central, o qual por sua vez é incluído no processo de revisão tarifária, ou seja, gerando benefícios econômicos futuros.

Intangível: Registrado ao custo de aquisição. A amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear. Os encargos financeiros, juros e atualizações monetárias incorridos, relativos a financiamentos obtidos de terceiros vinculados ao intangível em andamento, são apropriados às imobilizações intangíveis em curso durante o período de construção do intangível.

Obrigações especiais vinculadas à concessão: Registrado pelos valores nominais ou bens recebidos de consumidores das concessionárias para realização de empreendimentos necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia elétrica, acrescidos do valor de reavaliação registrado em 31 de outubro de 2023. Esta conta é amortizada pela taxa média de depreciação dos ativos correspondentes a essas obrigações, conforme legislação vigente.

Reserva de reavaliação: Para fins da contabilidade societária, a Lei 11.638/2007 permitiu a manutenção dos saldos de reservas de reavaliação existentes em 31 de dezembro de 2007 até a sua efetiva realização. A reavaliação compulsória foi estabelecida pela ANEEL. É realizada proporcionalmente à depreciação, baixa ou alienação dos respectivos bens reavaliados, mediante a transferência da parcela realizada para lucros acumulados, líquida dos efeitos de imposto de renda e contribuição social. A reavaliação compulsória foi estabelecida pela ANEEL através da Resolução Normativa 396/2010.

A reavaliação foi registrada em 31 de outubro de 2023, com base em Laudo de Reavaliação e está de acordo com os montantes homologados pela ANEEL no processo de revisão tarifária da data-base de 28 de fevereiro de 2023, sendo que os registros contábeis poderiam ser realizados até o próximo período de divulgação.

Reconhecimento de receita: A receita operacional do curso normal das atividades da Outorgada é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. A receita de distribuição de energia elétrica é reconhecida no momento em que a energia é faturada. A receita não faturada, relativa ao ciclo de faturamento mensal, é apropriada considerando-se como base a carga real de energia disponibilizada no mês e o índice de perda anualizado. Historicamente, a diferença entre a receita não faturada estimada e o consumo real, a qual é reconhecida no mês subsequente, não tem sido relevante. Não existe consumidor que isoladamente represente 10% ou mais do total do faturamento. A receita referente à prestação de serviços é registrada no momento em que o serviço foi efetivamente prestado, regido por contrato de prestação de serviços entre as partes.

Os ajustes são decorrentes do CPC 47 / IFRS 15, a partir de 1º de janeiro de 2018.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2024	2023
Caixa e depósitos bancários à vista	68.817	73.693
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	114.725	341.724
Fundos de Investimentos	561.020	242.046
Total	744.562	657.463

As carteiras de instrumentos financeiros classificados como caixa e equivalentes de caixa são constituídas visando melhor rentabilidade e o menor nível de risco. A remuneração média dessas carteiras em 31 de dezembro de 2024 é de 99,91% (100,49% em 31 de dezembro de 2023) do CDI.

A carteira de aplicações financeiras, em 31 de dezembro de 2024 e 2023, é constituída, principalmente por fundos de investimentos exclusivos do Grupo Neoenergia, compostos por diversos ativos, conforme abaixo:

Carteira	2023	2022
Fundos exclusivos		
Operações compromissadas	561.020	242.046
Total	561.020	242.046

Os fundos de investimentos exclusivos do Grupo Neoenergia representam apenas veículos de propósito específico controlados pela Neoenergia S.A.. Os fundos estão sujeitos a obrigações restritas ao pagamento de serviços prestados pela administração dos ativos, atribuída à operação dos investimentos, como taxas de custódia, auditoria e outras despesas, inexistindo obrigações financeiras relevantes ou demandas judiciais ou extrajudiciais, bem como ativos dos cotistas para garantir essas obrigações.

5. CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS

DESCRIÇÃO	VALORES CORRENTES					PERDAS DE CRÉDITOS ESPERADAS	VALORES RENEGOCIADOS			TOTAL 2024	TOTAL 2023		
	CORRENTE A VENCER	CORRENTE VENCIDA					RENEGOCIA DA A VENCER	RENEGOCIADA VENCIDA				PERDAS DE CRÉDITOS ESPERADAS	
	Até 60 dias	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Mais de 360 dias		Até 60 dias	Até 60 dias	Mais de 60 dias				
Fornecimento de Energia	692.475	180.505	34.928	58.542	150.700	(198.291)	117.972	21.324	112.181	(63.684)	1.106.652	1.115.961	
- Residencial	159.870	116.256	17.601	30.473	7.188	(54.767)	52.303	13.635	25.912	(23.140)	345.331	346.002	
- Industrial	42.309	8.184	4.062	5.226	82.882	(69.129)	17.453	3.256	43.352	(29.462)	108.133	110.901	
- Comercial	61.909	24.092	3.318	12.158	34.846	(41.498)	19.699	2.521	11.765	(9.356)	119.454	84.975	
- Rural	20.697	8.925	2.001	2.259	4.124	(6.199)	5.420	964	2.305	(1.622)	38.874	38.858	
- Poderes Públicos	17.832	7.947	2.928	2.024	640	(494)	18.726	915	9.931	(104)	60.345	44.050	
- Iluminação Pública	16.232	1.866	1.105	1.073	506	-	6	1	56	-	20.845	20.583	
- Serviço Público	21.668	1.708	898	1.581	6.765	-	4.365	32	18.860	-	55.877	56.592	
- Serviço Taxado	308	521	228	274	419	(449)	-	-	-	-	1.301	1.307	
- Outros	17.755	11.006	2.787	3.474	13.330	(18.445)	-	-	-	-	29.907	(12.865)	
- Fornecimento Não Faturado	333.895	-	-	-	-	(7.310)	-	-	-	-	326.585	425.558	
Suprimento Energia-Moeda Nacional (*)	64.312										64.312	31.700	
Encargos de Uso da Rede Elétrica	430.510	161.876	18.554	63.347	80.810	-					755.097	940.494	
Suprimento \ Encargo Rede Não Faturado	246.071	-	-	-	-	(412)					245.659	-	
Total	1.433.368	342.381	53.482	121.889	231.510	(198.703)	117.972	21.324	112.181	(63.684)	2.171.720	2.088.155	
											Circulante Consumidores	1.089.846	1.098.157
											Não Circulante Consumidores	15.393	13.407
											Circulante Concessionárias e Permissionárias	1.048.515	958.625
											Não Circulante Concessionárias e Permissionárias	17.966	17.966

(*) Do total a receber junto a CCEE, o montante de R\$ 17.996 (R\$ 17.996 em 2023), compreendem as operações realizadas no período de racionamento de energia elétrica, de setembro de 2000 a dezembro de 2002, vinculadas a processos judiciais em andamento movido por agentes do setor que contestam a contabilização da CCEE para o período. Não existe provisão sobre esse valor por entender que não há risco de não recebimento.

Engloba as contas a receber com fornecimento, suprimento de energia e uso da rede, faturado e não faturado, este por estimativa, serviços prestados, acréscimos moratórios, líquidos das Perdas de Créditos Esperadas - PCE, até o encerramento do balanço, contabilizado com base no regime de competência.

Também estão incluídos valores resultantes da consolidação de parcelamentos de débitos de contas de fornecimento de energia vencidos de consumidores inadimplentes.

Em 2024, foi baixado do saldo de contas a receber o montante de R\$ 100.810 (R\$ 79.185 em 2023) decorrente de saldos em atraso, cujos esforços para recebimento foram substancialmente aplicados e a Companhia não obteve sucesso.

Perdas de Créditos Esperadas - PCE

A PCE foi constituída considerando como premissa o agrupamento de clientes com características similares de risco de crédito, baseada no histórico de comportamento de pagamento dentro de cada faixa de atraso do débito e classe de consumo.

No critério geral é aplicada uma matriz de risco de inadimplência com percentuais que refletem a experiência de perda de crédito histórica, idade de vencimento das faturas, inclusive faturas a vencer, segregados por parâmetros de: (i) classe de consumo, (ii) créditos parcelados, e (iii) não faturados e os saldos vencidos há mais de 12 meses, foi considerada a expectativa de perda integral.

Além do critério geral, é realizada uma análise individualizada devido ao comportamento específico de determinados clientes em função do risco de crédito de clientes que estão em trâmite judicial e clientes com faturamentos relevantes.

6. SERVIÇOS EM CURSO

	2024	2023
Serviço próprio	180.156	186.343
Serviços prestados a terceiros	28.739	29.075
Total	208.895	215.418

As ordens de serviços em curso representam um processo de registro, acompanhamento e controle de valores, que será utilizado para apuração de custos referentes aos serviços executados para terceiros ou para a própria concessionária.

7. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS

	2024	2023
Imposto de Renda – IR	6.473	5.322
Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido- CSLL	1.644	1.132
Imposto sobre Circulação de Mercadorias - ICMS	139.953	132.011
Programa de Integração Social - PIS	2.108	1.864
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS	9.402	8.274
Outros	281	160
Total	159.861	256.727
Circulante	67.512	58.653
Não circulante	92.349	90.110

8. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS SETORIAIS

O Acordo Geral do Setor Elétrico, assinado em 2001, e a nova regulamentação do setor de energia elétrica implicaram na constituição de diversos ativos e passivos financeiros setoriais, bem como no diferimento dos impostos federais incidentes sobre parte desses ativos e passivos (são quitados à medida que os ativos e passivos são recebidos e/ou pagos).

a) Conta de compensação de variação de custos da “Parcela A”

Os itens da Parcela “A” são definidos como sendo o somatório das diferenças, positivas ou negativas, apurados nos processos tarifários, entre os valores dos custos não gerenciáveis apresentados na base de cálculo para a determinação da última revisão tarifária anual e os desembolsos efetivamente ocorridos no período.

Os créditos da Parcela “A” são atualizados pela variação da SELIC até o mês efetivo da sua compensação, não havendo limite de prazo para sua realização. À medida que os valores da Parcela “A” são recebidos na tarifa, a Companhia transfere o valor correspondente registrado no ativo para o resultado.

b) Demais ativos e passivos financeiros setoriais

i) Quota parte de energia nuclear

Em 9 de dezembro de 2009, a Lei nº 12.111/2009 alterou a regulamentação referente à comercialização da energia proveniente da Eletronuclear, estabelecendo que, a partir de 1º de janeiro de 2013, o pagamento à Eletronuclear da receita decorrente da geração da energia de Angra 1 e 2 será rateado entre todas as Outorgadas de serviço público de distribuição no Sistema Interligado Nacional – SIN, sendo a tarifa dessa energia proveniente da Eletronuclear calculada e homologada anualmente pela ANEEL.

Adicionalmente, o art. 12 da Lei nº 12.111/2009 autoriza a Eletronuclear a repassar para Furnas, entre 2013 e 2015, o diferencial verificado, entre 2010 e 2012, entre a variação da tarifa praticada pela Eletronuclear e a tarifa de referência.

ii) [Neutralidade da Parcela A](#)

Trata-se do valor referente a uma característica da metodologia de cálculo da revisão tarifária em anos anteriores conforme contratos de concessão vigentes, que pode gerar uma cobertura tarifária diferente da devida em função da variação do mercado em relação ao do período de referência.

iii) [Sobrecontratação](#)

O Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, em seu art. 38, alterado pelo Decreto nº 7.945 de 07 de março de 2013, determina que no repasse dos custos de aquisição de energia elétrica às tarifas dos consumidores finais, a ANEEL deverá considerar até 105% do montante total de energia elétrica contratada em relação à carga anual de fornecimento do agente de distribuição. Este repasse foi regulamentado pela Resolução ANEEL nº 255, de 6 de março de 2007, revogada pela Resolução ANEEL nº 703, de 15 de março de 2016, sendo atualmente tratado conforme disposições da Resolução Normativa ANEEL nº 1.003, de 1º de fevereiro de 2022.

iv) [Revisão Tarifária](#)

A diretoria da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) homologou em 27 de agosto de 2024, o Reajuste Tarifário Anual da Elektro Redes S.A – NEOENERGIA ELEKTRO, com vigência a partir de 27 de agosto de 2024, conforme a Resolução Homologatória ANEEL nº 3.377/2024. O reajuste tarifário da Companhia trouxe um efeito médio para os consumidores de -5,64%, sendo que para os consumidores da alta tensão, o reajuste ficou em -5,72%, enquanto para os da baixa tensão, ficou em -5,60 %.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)



A movimentação das contas de Ativos Financeiros Setoriais, bem como a abertura do saldo é a seguinte:

Ativos Financeiros Setoriais - R\$ Mil	Saldos em 31/12/2023	Adição	Amortização	Remuneração	Transferências	Saldos em 31/12/2024	Valores em Amortização	Valores em Constituição	Circulante	Não Circulante
CVA Ativa	393.354	285.357	(367.204)	28.309	26.763	366.579	192.267	174.312	264.896	101.683
Aquisição de Energia (CVA energia)	137.079	130.141	(152.793)	10.695	(3.906)	121.216	-	121.216	50.506	70.710
Custo da Energia de Itaipu	-	1.105	-	(9.856)	45.406	36.655	35.169	1.486	35.788	867
Proinfa	-	-	2.331	(53)	(1.942)	336	-	336	140	196
Transporte Rede Básica	191.731	92.501	(168.742)	17.479	(8.351)	124.618	97.114	27.504	108.574	16.044
Transporte de Energia Itaipu	17.962	6.846	(13.774)	1.622	(2.416)	10.240	10.240	-	10.240	-
ESS	45.180	54.523	(30.604)	6.228	(11.632)	63.695	39.925	23.770	49.829	13.866
CDE	1.402	241	(3.622)	2.194	9.604	9.819	9.819	-	9.819	-
Demais Ativos Financeiros Setoriais	511.387	136.155	(369.432)	48.422	42.654	369.186	270.764	98.422	276.178	93.008
Neutralidade da Parcela A	40.047	(14.265)	(4.862)	85	(14.442)	6.563	-	6.563	2.735	3.828
Sobrecontratação de Energia	245.664	119.801	(281.996)	2.835	15.279	101.583	101.583	-	101.583	-
Crédito PIS/Cofins sobre ICMS (Ativo)	-	-	10	26.523	(26.533)	-	-	-	-	-
MMGD	-	5.658	-	-	-	5.658	-	5.658	2.358	3.300
Outros	225.676	24.961	(82.584)	18.979	68.350	255.382	169.181	86.201	169.502	85.880
Total Ativos Financeiros Setoriais	904.741	421.512	(736.636)	76.731	69.417	735.765	463.031	272.734	541.074	194.691

A movimentação das contas de Passivos Financeiros Setoriais, bem como a abertura do saldo é a seguinte:

Passivos Financeiros Setoriais - R\$ Mil	Saldos em 31/12/2023	Adição	Amortização	Remuneração	Transferências	Saldos em 31/12/2024	Valores em Amortização	Valores em Constituição	Circulante	Não Circulante
CVA Passiva	(501.836)	(198.358)	477.418	(35.416)	(26.764)	(284.956)	(224.831)	(60.125)	(247.613)	(37.343)
Aquisição de Energia (CVA energia)	(151.237)	(130.497)	92.748	(29.916)	3.906	(214.996)	(214.996)	-	(214.996)	-
Custo da Energia de Itaipu	(334.054)	17.418	362.156	(113)	(45.407)	-	-	-	-	-
Proinfa	(15.434)	(15.579)	21.074	(1.838)	1.942	(9.835)	(9.835)	-	(9.835)	-
Transporte Rede Básica	-	(7.700)	-	(651)	8.351	-	-	-	-	-
Transporte de Energia Itaipu	-	(3.045)	-	(70)	2.416	(699)	-	(699)	(291)	(408)
ESS	-	(10.495)	-	(1.137)	11.632	-	-	-	-	-
CDE	(1.111)	(48.460)	1.440	(1.691)	(9.604)	(59.426)	-	(59.426)	(22.491)	(36.935)
Demais Passivos Financeiros Setoriais	(779.385)	(634.876)	343.605	(71.355)	66.477	(1.075.534)	(529.684)	(545.850)	(879.471)	(196.063)
Neutralidade da Parcela A	(58.456)	(102.647)	34.049	(7.086)	13.196	(120.944)	(115.132)	(5.812)	(117.554)	(3.390)
Sobrecontratação de Energia	-	(93.318)	-	(2.101)	(15.279)	(110.698)	-	(110.698)	(46.124)	(64.574)
Ultrapassagem de demanda	(123.893)	(134.174)	17.663	(13.996)	(76.631)	(331.031)	(46.365)	(284.666)	(302.052)	(28.979)
TUSD G	(35.347)	-	-	-	-	(35.347)	-	(35.347)	-	(35.347)
Crédito PIS/Cofins sobre ICMS (Passivo)	(32.347)	-	5.710	(9)	26.570	(76)	-	(76)	(32)	(44)
Outros	(529.342)	(304.737)	286.183	(48.163)	118.621	(477.438)	(368.187)	(109.251)	(413.709)	(63.729)
Total Passivos Financeiros Setoriais	(1.281.221)	(833.234)	821.023	(106.771)	39.713	(1.360.490)	(754.515)	(605.975)	(1.127.084)	(233.406)

A movimentação dos saldos de ativos e passivos líquidos está demonstrada a seguir:

	Efeito líquido
Saldo em 31 de Dezembro de 2023	(376.480)
Constituição (1)	(411.722)
Amortização (Índice de Reposicionamento Tarifário) (2)	84.387
Atualização monetária	(30.040)
Transferências (3)	109.130
Saldo em 31 de Dezembro de 2024	(624.725)
Saldo em 31 de Dezembro de 2022	(285.945)
Constituição (1)	90.052
Amortização (Índice de Reposicionamento Tarifário) (2)	(86.508)
Atualização monetária	(33.374)
Transferências (3)	(60.705)
Saldo em 31 de Dezembro de 2023	(376.480)

- (1) Em 2024, a Companhia constituiu o saldo no montante de R\$(411.722), com destaque para CVA de sobrecontratação, em função da constituição destinada a anular os efeitos sobre o resultado obtido com a compra e venda do excedente de energia no mercado de curto prazo e da amortização dos saldos homologados entre os processos de reajuste tarifário.
- (2) Em 2024, a Companhia amortizou o montante de R\$ 84.387, decorrente dos saldos reconhecidos pela ANEEL no processo tarifário da Companhia em 2023 e 2024.
- (3) O efeito líquido, refere-se, principalmente, à devolução do diferimento Itaipu, que passou a vigorar a partir Agosto de 2024.

9. TRIBUTOS DIFERIDOS

A composição dos tributos e contribuições diferidos é a seguinte:

	Ref.	2024	2023
Imposto de Renda e Contribuição Social	(a)	(247.987)	(307.367)
Diferido Ativo		214.930	204.670
Diferido Passivo		(462.917)	(512.037)
Benefício fiscal da mais-valia e reversão da Provisão da Manutenção da Integridade do Patrimônio Líquido (PMIPL*)	(b)	168.247	214.481
Total		(79.740)	(92.886)

O IRPJ e a CSLL diferidos são calculados sobre as diferenças entre os saldos dos ativos e passivos das Demonstrações Contábeis Regulatórias e as correspondentes bases fiscais utilizadas no cálculo do IRPJ e da CSLL correntes.

A probabilidade de recuperação destes saldos é revisada no fim de cada exercício e, quando não for mais provável que bases tributáveis futuras estejam disponíveis e permitam a recuperação total ou parcial destes impostos, o saldo do ativo é reduzido ao montante que se espera recuperar.

a) Imposto de renda e contribuição social diferido

A Companhia registrou o IRPJ e a CSLL diferidos sobre as diferenças temporárias, cujos efeitos financeiros ocorrerão no momento da realização dos valores que deram origem as bases de cálculos. O IR é calculado à alíquota de 25% e a CSLL está constituída a alíquota de 9%.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias são demonstrados como segue:

Ativo	2024		2023	
	IR	CSLL	IR	CSLL
Perdas de Créditos Esperadas	65.598	23.615	61.639	22.190
Provisão para Contingências	39.989	14.396	39.256	14.132
Provisão PLR	20.182	7.265	2.891	1.041
Valor Justo de Derivativos				
Financeiros	5.653	2.035	3.348	1.205
Déficit Plano Previdenciário	18.986	6.835	30.673	11.042
Outros	7.629	2.747	12.686	4.567
Total ativo	158.037	56.893	150.493	54.177
Passivo (-)				
Reavaliação Regulatória	(340.380)	(122.537)	(376.498)	(135.539)
Total passivo	(340.380)	(122.537)	(376.498)	(135.539)
Total líquido	(182.343)	(65.644)	(226.005)	(81.362)

A Administração considera que os créditos fiscais diferidos ativos serão realizados na proporção da realização das provisões e da resolução final dos eventos futuros, ambos baseados nas projeções fundamentadas no planejamento estratégico.

b) Benefício fiscal - Mais-valia e PMIPL

O benefício fiscal da Mais-valia incorporada refere-se ao crédito fiscal calculado sobre a Mais-valia de aquisição de empresa incorporada. Com o objetivo de evitar que a amortização da Mais-valia afete de forma negativa o fluxo de dividendos aos acionistas, foi constituída a Provisão para Manutenção da Integridade do Patrimônio Líquido - PMIPL, cujos saldos são como seguem:

	2024	2023
Saldo inicial do exercício	214.481	261.711
Amortização	(46.234)	(47.230)
Saldo final do exercício	168.247	214.481

A amortização da Mais-valia, líquida da reversão da provisão e do crédito fiscal correspondente, resulta em efeito nulo no resultado do exercício e, conseqüentemente, na base de cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios. A Mais-valia está sendo amortizada mensalmente pelo período remanescente de exploração da concessão/autorização, conforme impactos monetários abaixo:

2025	2026	2027	2028
46.113	46.034	45.530	30.569

c) Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia não possui montante reconhecido na linha de tributos sobre o lucro a recolher, referente ao impacto das posições tributárias incertas.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possui o montante de R\$ 1.234.074 (R\$ 903.705 em 31 de dezembro de 2023), referente a tratamentos fiscais adotados e que estão suscetíveis aos questionamentos das autoridades tributárias, cujo prognóstico da Companhia, suportada pelos assessores jurídicos, é que tais tratamentos fiscais adotados sejam acolhidos pelas autoridades nas esferas administrativas e/ou judiciais, quando necessário.

As principais naturezas estão relacionadas abaixo, como seguem:

- (i) Não adição da despesa de amortização do ágio nas bases de cálculo do IRPJ e CSLL, no montante de R\$ 1.189.917 (R\$ 862.828 em 31 de dezembro de 2023). Em 02 de julho de 2024, a Companhia recebeu o Auto de Infração nº 17459-720019/2024-76, lavrado pela Receita Federal do Brasil, no montante de R\$ 328 em 31 de dezembro de 2024, relativo a amortizações de ágio, ocorridas no exercício de 2019 e 2020; e
- (ii) Processos administrativos oriundos da não homologação de pedido de compensações realizados através de direitos creditórios de IRPJ e CSLL, totalizando o montante de R\$ 2.020 (R\$ 1.872 em 31 de dezembro de 2023).

10. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

A composição do imobilizado é como segue:

Ativo Imobilizado em Serviço - R\$ Mil	Valor em 31/12/2023	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Valor Bruto em 31/12/2024	Adições Líquidas = (A)+(B)+(C)	Depreciação Acum.	Valor Líquido em 31/12/2024	Valor Líquido em 31/12/2023	Obrigações Especiais Brutas	Amortização Acum.	Obrigações Especiais Líquidas
Distribuição	16.378.347	17	(304.443)	908.809	16.982.730	604.383	(9.305.220)	7.677.510	7.350.156	(1.802.844)	941.555	(861.289)
Terrenos	100.541	-	-	2.220	102.761	2.220	-	102.761	100.541	-	-	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	223.623	17	(1.666)	18.278	240.252	16.629	(101.716)	138.536	126.957	-	-	-
Máquinas e equipamentos	15.875.221	-	(279.475)	879.429	16.475.175	599.954	(9.086.326)	7.388.849	7.075.424	(1.802.844)	941.555	(861.289)
Veículos	125.189	-	(23.259)	8.715	110.645	(14.544)	(75.731)	34.914	33.803	-	-	-
Móveis e utensílios	53.773	-	(43)	167	53.897	124	(41.447)	12.450	13.431	-	-	-
Administração	315.372		(8.041)	55.163	362.494	47.122	(219.631)	142.863	108.019			
Edificações, obras civis e benfeitorias	45.629	-	-	15.351	60.980	15.351	(7.699)	53.281	40.178	-	-	-
Máquinas e equipamentos	209.853	-	(2.999)	37.368	244.222	34.369	(168.734)	75.488	51.303	-	-	-
Veículos	19.940	-	(4.977)	2.343	17.306	(2.634)	(10.394)	6.912	8.759	-	-	-
Móveis e utensílios	39.950	-	(65)	101	39.986	36	(32.804)	7.182	7.779	-	-	-
Subtotal	16.693.719	17	(312.484)	963.972	17.345.224	651.505	(9.524.851)	7.820.373	7.458.175	(1.802.844)	941.555	(861.289)
Ativo Imobilizado em Curso - R\$ Mil	Valor em 31/12/2023	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Valor Bruto em 31/12/2024	Adições Líquidas = (A)+(B)+(C)	Depreciação Acum.	Valor Líquido em 31/12/2024	Valor Líquido em 31/12/2023	Obrigações Especiais Brutas	Amortização Acum.	Obrigações Especiais Líquidas
Distribuição	574.004	974.694		(907.997)	640.701	66.697		640.701	574.002	(113.505)		(113.505)
Máquinas e equipamentos	422.673	925.310	-	(881.878)	466.105	43.432	-	466.105	422.669	(113.505)	-	(113.505)
Outros	151.331	49.384	-	(26.119)	174.596	23.265	-	174.596	151.333	-	-	-
Administração	32.203	48.375		(44.117)	36.461	4.258		36.461	32.207			
Máquinas e equipamentos	16.635	13.896	-	(11.810)	18.721	2.086	-	18.721	16.636	-	-	-
Outros	15.568	34.478	-	(32.306)	17.740	2.172	-	17.740	15.571	-	-	-
Subtotal	606.207	1.023.069		(952.114)	677.162	70.955		677.162	606.209	(113.505)		(113.505)
Total do Ativo Imobilizado	17.299.926	1.023.085	(312.484)	11.859	18.022.386	722.460	(9.524.851)	8.497.535	8.064.384	(1.916.349)	941.555	(974.794)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)



A composição do intangível é como segue:

Intangível - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2023	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Valor Bruto em 31/12/2024	Adições Líquidas = (A)+(B)+(C)	Amortização Acum.	Valor Líquido em 31/12/2024	Valor Líquido em 31/12/2023
Ativo Intangível em Serviço									
Distribuição	275.312	-	-	3.992	279.304	3.992	-	279.304	275.312
Servidões	275.312	-	-	3.992	279.304	3.992	-	279.304	275.312
Administração	532.852	-	(1.010)	41.931	573.773	40.921	(481.096)	92.677	83.128
Softwares	481.922	-	(1.010)	41.931	522.843	40.921	(481.096)	41.747	32.198
Outros	50.930	-	-	-	50.930	-	-	50.930	50.930
Subtotal	808.164	-	(1.010)	45.923	853.077	44.913	(481.096)	371.981	358.440
Ativo Intangível em Curso									
Distribuição	12.661	2.662	-	(2.905)	12.418	(243)	-	12.418	12.661
Servidões	12.661	2.662	-	(2.905)	12.418	(243)	-	12.418	12.661
Administração	66.464	39.373	-	(54.877)	50.960	(15.504)	-	50.960	66.464
Softwares	-	-	-	-	-	-	-	-	66.464
Outros	66.464	39.373	-	(54.877)	50.960	(15.504)	-	50.960	-
Subtotal	79.125	42.035	-	(57.782)	63.378	(15.747)	-	63.378	79.125
Total do Ativo Intangível	887.289	42.035	(1.010)	(1.859)	916.455	29.166	(481.096)	435.359	437.565

Por atividade, o imobilizado e o intangível estão constituídos da seguinte forma:

				2024	2023
		Taxas anuais médias de depreciação (%)	Bruto	Depreciação e Amortização Acumulada	Valor Líquido
Em serviço					
Distribuição		3,96%	17.262.034	(9.305.220)	7.956.813
	Custo histórico		9.747.351	(3.532.162)	6.215.189
	Reavaliação		7.514.683	(5.773.058)	1.741.625
Administração		5,30%	936.267	(700.727)	235.540
	Custo histórico		613.046	(388.248)	224.798
	Reavaliação		323.221	(312.479)	10.742
			18.198.301	(10.005.947)	8.192.354
Em curso					
	Distribuição		653.119	-	653.119
	Administração		87.421	-	87.421
			740.540	-	740.540
			18.938.841	(10.005.947)	8.932.894

O ativo imobilizado da Companhia está registrado pelo Valor Novo de Reposição (VNR) homologado pela ANEEL em agosto de 2023 e é composto pelo Valor Original Contábil (VOC) dos ativos, acrescido das Reavaliações Regulatórias Compulsórias (RRC), conforme definido nos artigos 3º e 6º da Resolução Normativa ANEEL nº 396 de 23 de fevereiro de 2010, tendo a RRC contrapartida na reserva de avaliação patrimonial.

A composição das adições do exercício, por tipo de gastos capitalizados, é como segue:

Adições do Ativo Imobilizado em Curso - R\$ Mil	Material / Equipamentos	Serviços de Terceiros	Mão de obra Própria	Juros Capitalizados	Outros Gastos	Total
Terrenos	18.761	338	134	-	743	19.976
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	36.568	5.051	25	-	-	41.644
Máquinas e Equipamentos	543.498	203.991	167.136	13.440	11.141	939.206
Transformação, Fabricação e Reparo de Materiais	(2.391)	-	-	-	-	(2.391)
Material em Depósito	(4.430)	-	-	-	-	(4.430)
Depósitos Judiciais	10.000	-	-	-	-	10.000
Outros	19.047	34	-	-	-	19.081
Total das Adições	621.053	209.414	167.295	13.440	11.884	1.023.086

As principais taxas anuais de depreciação por atividade, de acordo com a Resolução ANEEL nº 674 de 11 de agosto de 2015, são as seguintes:

	Taxas anuais de depreciação
	%
Distribuição	
Barra de capacitores	
Classe de Tensão Igual ou Superior a 69kV	5,00%
Classe de Tensão Inferior a 69kV	6,67%
Chave de distribuição	
Classe de Tensão Igual ou Superior a 69kV	3,33%
Classe de Tensão Inferior a 69kV	6,67%
Condutor do sistema	
Classe de Tensão Igual ou Superior a 69kV	2,70%
Classe de Tensão Inferior a 69kV	3,57%
Estrutura do sistema	
Poste	3,57%
Torre	2,70%
Regulador de tensão	
Regulador de Tensão, Igual ou Superior a 69kV	3,45%
Regulador de Tensão, Inferior a 69kV	4,35%
Transformador	
De Distribuição Aéreo, Pedestal	4,00%
De Distribuição Subterrâneo	3,70%
De Força	2,86%
De Medida - Transformador de Corrente, Tensão Inferior a 69kV	4,35%
De Medida - Transformador de Potencial, Tensão Inferior a 69kV	4,35%
De Medida - Conjunto de Medição (TP e TC)	4,35%
De Serviços Auxiliares	3,33%
Administração central	
Edificação - Outras	3,33%
Equipamento Geral - Móveis e Utensílios	6,25%
Equipamento Geral de Informática	16,67%
Software	20,00%

As dez principais adições (pelo critério de valor) ao imobilizado em serviço no exercício foram:

Descrição do bem	R\$ mil
1. SERVIDOR CENTRAL CORE DMR TIER 3	8.009
2. IMPLANTAÇÃO SISTEMA SALESFORCE CRM	7.182
3. SERVIDOR POWER SYSTEM E950	5.968
4. LICENÇA EA e AZURE	5.530
5. LICENÇA EA AZURE	5.416
6. TRAFOTRANSFORMADOR 25/33,3MVA 138/13,8KV DYN1 OM	5.250
7. TRAFOTRANSFORMADOR 25/33,3MVA 138/13,8KV DYN1 OM	4.996
8. TRAFOTRANSFORMADOR 25/33,3MVA 138/13,8KV DYN1 OM	4.770
9. TRAFOTRANSFORMADOR 25/33,3MVA 138/13,8KV DYN1 OM	4.770
10. TRAFOTRANSFORMADOR 25/33,3MVA 138/13,8KV DYN1 OM	4.681

As dez principais baixas (pelo critério de valor) do imobilizado em serviço no exercício foram:

Descrição do bem	R\$ mil
1. MEDINTERRUPTOR 120 BIF 3F PLC RC	(2.883)
2. MEDINTERRUPTOR 120V15A BIF 3F2E	(2.318)
3. MEDINTERRUPTOR 120 BIF 3F PLC RC	(2.297)
4. MEDINTERRUPTOR 120V15A BIF 3F2E	(1.999)
5. MEDINTERRUPTOR 120V15A BIF 3F2E	(1.442)
6. MEDINTERRUPTOR 120V15A BIF 3F2E	(1.190)
7. MEDINTERRUPTOR 120V15A BIF 3F2E	(970)
8. TRANSFORMADOR 15/20MVA 138/13,8KV TF	(891)
9. TRANSFORMADOR 15/18,75MVA 138/13,8KV TF	(807)
10. MEDINTERRUPTOR 120 BIF 3F PLC RC	(675)

II. FORNECEDORES

	2024	2023
Energia elétrica	417.053	449.249
Encargos de uso da rede	194.471	210.042
Materiais e serviços	202.780	175.462
Total	814.304	834.753
Circulante	814.304	834.753

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)



A composição dos ativos financeiros, em 31 de dezembro de 2024, é como segue:

INSTITUIÇÃO / LINHA DEVEDORA	Principal Curto Prazo	Principal Juros LP	Saldo Total	Adimplente?	Indexador ou Juros	Spread % a.a	Data Próximo Pcto Juros	Freqüência	Data Próxima Amortização	Vencimento	Freqüência	Sistemática Amortização
Ativos Financeiros	1.495.278	19.276	1.514.554	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Caixa e Aplicações Financeiras	747.639	9.638	757.277	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Caixa e Equivalentes de Caixa (01)	744.562	-	744.562	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aplic. Financ. CDB	3.047	-	3.047	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aplic. Financ. Outros Fundos de invest.	30	-	30	-	-	-	-	-	-	-	-	-
EKT_SWAP_SANTANDER_2024.09	-	9.638	9.638	Sim	PRÉ	4,25%	11/03/2026	Semestral	13/09/2027	13/09/2027	Outro, especificar em obs.	Bullet (final)
EKT_SWAP_SANTANDER_2023.04	41.266	-	41.266	Sim	PRÉ	4,96%	24/10/2025	Semestral	05/05/2025	05/05/2025	Outro, especificar em obs.	Bullet (final)
EKT_SWAP_SANTANDER_2024.06	-	22.427	22.427	Sim	PRÉ	4,94%	17/12/2025	Semestral	21/06/2027	21/06/2027	Outro, especificar em obs.	Bullet (final)
EKT_SWAP_SANTANDER_2013.10	24.955	-	24.955	Sim	PRÉ	3,40%	29/04/2026	Semestral	31/10/2025	31/10/2025	Annual	Annual
EKT_SWAP_HSBC_2013.10	24.962	-	24.962	Sim	PRÉ	3,40%	29/04/2026	Semestral	31/10/2025	31/10/2025	Annual	Annual
EKT_SWAP_GOLDMAN_2016.07	19.900	38.711	58.611	Sim	SOFR	1,29%	28/12/2025	Semestral	01/07/2027	01/07/2027	Annual	Annual
EKT_SWAP_GOLDMAN_2017.07	15.193	29.246	44.439	Sim	PRÉ	2,97%	01/01/2026	Semestral	05/07/2027	05/07/2027	Annual	Annual
EKT_SWAP_MUFG_2022.01	-	1.985	1.985	Sim	PRÉ	2,29%	03/07/2025	Semestral	04/01/2027	04/01/2027	Annual	SAC
NDF	1.370	174	1.544	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Os instrumentos financeiros derivativos, em 31 de dezembro de 2024, estão apresentados a seguir:

INSTRUMENTOS DERIVATIVOS	Instituição / Contraparte	Data Início	Vencimento	Custo Ponta Ativa	Custo Ponta Passiva	Valor Contratado	Fair Value
TOTAL DERIVATIVOS						1.410.287	(6.877)
EKT_SWAP_SANTANDER_2024.09	Santander	12/09/2024	13/09/2027	Dólar + 5,05% a.a.	CDI + 1,20%	200.000	(3.649)
EKT_SWAP_SANTANDER_2023.04	Santander	27/04/2023	05/05/2025	Dólar + 5,89% a.a.	CDI + 1,20%	200.000	-
EKT_SWAP_SANTANDER_2024.06	Santander	20/06/2024	21/06/2027	Dólar + 5,91% a.a.	CDI + 1,1%	200.000	(187)
EKT_SWAP_SANTANDER_2013.10	European Investment Bank	31/10/2013	31/10/2025	Dólar + 3,4020% a.a.	CDI -0,30%	140.634	-
EKT_SWAP_HSBC_2013.10	European Investment Bank	31/10/2013	31/10/2025	Dólar + 3,4020% a.a.	CDI -0,30%	140.634	-
EKT_SWAP_GOLDMAN_2016.07	European Investment Bank	01/07/2016	01/07/2027	Dólar + 0,8620% a.a.	76,50% CDI	180.150	-
EKT_SWAP_GOLDMAN_2017.07	European Investment Bank	05/07/2017	05/07/2027	Dólar + 2,9730% a.a.	88,35% CDI	148.869	-
EKT_SWAP_MUFG_2022.01	MUFG	04/01/2022	04/01/2027	Dólar + 2,62% a.a.	CDI -1,56%	200.000	(2.951)
NDF	-	N/A	N/A	N/A	N/A	-	(90)

A composição do endividamento e dívida líquida está apresentada a seguir:

RESUMO	Juros de Curto Prazo	Principal Curto Prazo	Principal + Juros LP	Saldo Total
(+) Dívida Bruta	229.800	704.775	4.761.115	5.695.690
Financ. / Emprést. Moeda Estrangeira	13.580	470.066	734.376	1.218.022
Financ. / Emprést. Moeda Nacional	282.844	595.259	5.169.816	6.047.919
Fundo de Pensão	-	11.278	59.700	70.978
Diversos	-	4.828	942	5.770
Derivativos a pagar	-	6.877	-	6.877
(-) Ativos Financeiros	-	(875.285)	(118.714)	(993.999)
Alta Liquidez	-	(744.562)	-	(744.562)
Demais Aplicações Financeiras	-	(3.077)	(16.533)	(19.610)
Derivativos a Receber	-	(127.646)	(102.181)	(229.827)
(+) Dívida Líquida	296.424	213.023	5.846.120	6.355.567

As informações referentes a gestão de riscos financeiros estão demonstradas na nota 24.

Condições restritivas financeiras (covenants)

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possuía 80% dos contratos de dívidas que contêm cláusulas de *covenants* que são apurados na controladora e na Companhia. Os principais *covenants* da Companhia obrigam a manter certos índices, como a dívida líquida sobre o EBITDA (LAJIDA – Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização) e EBITDA sobre resultado financeiro. A Companhia não identificou nenhum evento de não conformidade em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

Abaixo seguem os principais parâmetros e as medições estimadas em geral:

	Limite contratual inferior (1)	Medição em 2024 (2)	Medição em 2023 (2)
Consolidado Neoenergia (3)			
Dívida líquida ÷ EBITDA	≤ 4,0	3,45	3,17
EBITDA ÷ Resultado financeiro	≥ 2,0	2,51	Não Aplicável
Companhia			
Dívida líquida ÷ EBITDA	≤ 4,0	2,60	2,01
EBITDA ÷ Resultado financeiro	≥ 2,0	3,45	3,75

- (1) Cada contrato de dívida prevê cláusulas específicas com a composição dos indicadores que serão medidos e o respectivo período de apuração, podendo ser trimestralmente ou anual. Os índices apresentados são referentes ao menor nível de cada indicador observado entre todos os contratos de dívidas;
- (2) Índices gerais alcançados pelas informações apresentadas nessa demonstração financeira e nas demonstrações financeiras consolidadas da Neoenergia S.A.; e
- (3) A Neoenergia S.A. é avalista e garantidora das dívidas de suas subsidiárias.

A Companhia possui *covenants* não financeiros, que devem ser cumpridos e atestados na mesma periodicidade dos *covenants* financeiros. Não foram identificados nenhum descumprimento de *covenants* não financeiros que ensejasse vencimento antecipado de suas operações financeiras.

13. TRIBUTOS

	2024	2023
Imposto de Renda – IR	21.739	-
Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido- CSLL	14.078	1.570
Imposto sobre Circulação de Mercadorias - ICMS	156.341	165.426
Programa de Integração Social – PIS	7.486	7.683
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	34.143	35.110
Impostos e contribuições retidos na fonte	5.666	4.406
Outros	5.578	15.863
Total	245.031	230.058
Circulante	242.913	227.940
Não circulante	2.118	2.118

14. PROVISÃO PARA LITÍGIOS E DEPÓSITOS JUDICIAIS

a) Provisão para litígios

A Companhia é parte envolvida em ações cíveis, trabalhistas, tributárias e outras em andamento na esfera administrativa e judicial. As provisões para as perdas decorrentes dessas ações são estimadas e atualizadas pela Companhia, amparadas pela opinião de consultores legais.

As provisões para litígios estão apresentadas a seguir:

	Cíveis (1)	Trabalhistas (2)	Fiscais (3)	Regulatórias	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2023	68.652	88.651	12.711	102	170.116
Adições e reversões, líquido	33.752	9.140	1.378	-	44.270
Pagamentos	(37.463)	(20.852)	(66)	-	(58.381)
Atualizações monetárias	21.903	7.698	1.030	-	30.631
Saldos em 31 de Dezembro de 2024	86.844	84.637	15.053	102	186.636
Circulante					35.998
Não circulante					150.638
Saldos em 31 de Dezembro de 2022	77.762	82.371	12.037	102	172.272
Adições e reversões, líquido	14.991	7.463	83	-	22.537
Pagamentos	(34.833)	(12.272)	(72)	-	(47.177)
Atualizações monetárias	10.732	11.089	663	-	22.484
Saldos em 31 de Dezembro de 2023	68.652	88.651	12.711	102	170.116
Circulante					28.000
Não circulante					142.116

Dentre as provisões constituídas para processos com expectativa de desembolso futuro provável, destacamos:

(1) Processos cíveis: Do total reconhecido, destaca-se:

- Ações de natureza comercial e indenizatória, movidas por pessoas físicas e jurídicas, envolvendo repetição de indébito, danos materiais e/ou danos morais, envolvendo também questionamentos diversos de clientes atinentes ao fornecimento de energia, entre outros, perfazendo o valor provisionado de R\$ 58.496 (R\$ 53.831 em 31 de dezembro de 2023).

(2) Processos trabalhistas: Do total reconhecido, destacam-se:

- Ações movidas por empregados e ex-empregados contra a Companhia, envolvendo a cobrança de horas-extras, adicional de periculosidade, equiparação/reenquadramento salarial, discussão sobre plano de cargos e salários e outras, cujo valor provisionado é de R\$ 75.382 (R\$ 77.890 em 31 de dezembro de 2023); e

- Ações movidas por ex-empregados de empreiteiros (responsabilidade subsidiária e/ou solidária) envolvendo cobrança de parcelas indenizatórias e outras, cujo valor estimado é de R\$ 9.254 (R\$ 10.759 em 31 de dezembro de 2023).

(3) Processos fiscais: Do total reconhecido, destacam-se:

- Execução fiscal decorrente de auto de infração relativo a crédito de ICMS supostamente indevido no período compreendido entre janeiro de 2004 a novembro de 2007, que se encontra pendente de decisão nos Tribunais Superiores. Em setembro de 2021, a Fazenda do Estado de São Paulo efetuou a correção da Certidão de Dívida Ativa para adequar o valor envolvido às decisões proferidas de forma favorável à Companhia até o momento, culminando na redução de R\$ 16.341 para R\$ 12.946, os quais encontram-se atualmente provisionados.

b) Passivos contingentes

Os passivos contingentes correspondem a processos judiciais não provisionados, uma vez que constituem obrigações presentes cuja saída de recursos não é provável ou para os quais não seja possível fazer uma estimativa suficientemente confiável do valor da obrigação, baseado nos pareceres jurídicos. Os passivos contingentes são apresentados a seguir:

	2024	2023
Processos cíveis (1)	830.701	679.862
Processos trabalhistas (2)	92.516	102.579
Processos fiscais (3)	1.786.825	1.358.381
Total	2.710.042	2.140.822

Dentre os processos relevantes cujo risco de desembolso futuro é considerado possível, destacamos:

- (1) Processos cíveis: Referem-se às ações de natureza comercial e indenizatória, movidas por pessoas físicas e jurídicas, envolvendo repetição de indébito, danos materiais e/ou danos morais, entre outros, conforme explicados a seguir:
- Ações versando sobre eventual legitimidade da cobrança pela instalação de infraestrutura de distribuição de energia elétrica em faixas de domínio das rodovias. Como o tema ainda não está pacificado nos Tribunais, os assessores jurídicos da Companhia mantêm o prognóstico de perda como possível. O montante estimado perfaz o total de R\$ 603.694 (R\$ 539.038 em 31 de dezembro de 2023).
- (2) Processos trabalhistas: Referem-se a diversas ações movidas por seus empregados e por empregados de empresas prestadoras de serviços. Essas ações versam, de modo geral, sobre horas extras, benefícios diversos, ajustes salariais, verbas rescisórias e reflexos. Do total de R\$ 92.516 (R\$ 102.578 em 31 de dezembro de 2023) provisionados, destacam-se:
- Ações movidas por empregados e ex-empregados contra a Companhia, envolvendo a cobrança de horas-extras, adicional de periculosidade, equiparação/reenquadramento salarial, discussão sobre plano de cargos e salários e outras, cujo valor estimado é de R\$ 56.976 (R\$ 75.486 em 31 de dezembro de 2023); e

- Ações movidas por ex-empregados de empreiteiros (responsabilidade subsidiária e/ou solidária) envolvendo cobrança de parcelas indenizatórias e outras, cujo valor estimado é de R\$ 35.539 (R\$ 29.012 em 31 de dezembro de 2023).
- (3) Processos fiscais: Referem-se às ações tributárias e impugnações de cobranças, intimações e autos de infração fiscal referentes a diversos tributos, tais como ICMS, ISS, CPMF, IPTU, PIS/COFINS, entre outros, cujo(s) destaque(s) passamos a tratar a seguir:
- Autos de infração relativos a crédito de ICMS cuja escrituração no "Controle de Crédito do ICMS do Ativo Permanente" (CIAP) se deu supostamente em desacordo com regras previstas na legislação tributária, estimados em R\$ 612.397 (R\$ 568.759 em 31 de dezembro de 2023);
 - Autos de infração relativos a crédito de ICMS sobre bens destinados ao ativo imobilizado da Companhia e sobre combustíveis utilizados na frota operacional, estimados em R\$ 200.414 (R\$ 197.270 em 31 de dezembro de 2023);
 - Autos de infração relativos a contribuições sociais (INSS) sobre valores pagos a título de PLR, previdência privada, assistência médica, Programa de Alimentação do Trabalhador - PAT bem como valores pagos a título de cessão de mão-de-obra, estimados em R\$ 109.248 (R\$ 111.633 em 31 de dezembro de 2023); e
 - Autos de infração relativos a estornos de débitos de ICMS (Convênio 30) relativos à refaturamento de contas de energia elétrica, estimados em R\$ 274.375 (R\$ 256.327 em 31 de dezembro de 2023).

As provisões para processos e os passivos contingentes foram atualizados monetariamente: (i) pela variação do INPC, acrescidos de juros de 1% a.m., para as ações cíveis; (ii) pela variação do IPCA na fase pré processual e SELIC após o ajuizamento para as ações trabalhistas, conforme decisão do Supremo Tribunal Federal na ADC 58; e (iii) pela variação da taxa SELIC, para as ações fiscais.

c) Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais são apresentados de acordo com a natureza das correspondentes causas e estão correlacionados a processos provisionados e não provisionados.

	2024	2023
Processos cíveis	9.309	9.238
Processos trabalhistas	15.131	20.447
Processos fiscais	3.764	4.586
Outros Processos	7.141	7.941
Total	35.345	42.212

Os depósitos judiciais são atualizados monetariamente pela taxa SELIC, para os processos fiscais, e pela taxa TR mais 70% da taxa SELIC, para os demais processos.

15. OBRIGAÇÕES VINCULADAS À CONCESSÃO DO SERVIÇO PÚBLICO DE ENERGIA ELÉTRICA

São obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica e representam os valores da União, dos Estados, dos Municípios e dos consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador e às subvenções destinadas a investimentos no serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição. Segue a composição destas obrigações:

Obrigações Especiais	Depreciação - Taxa Média Anual	Custo Histórico	Reavaliação	Total
Em serviço	4,34%	(824.945)	(977.900)	(1.802.845)
Participação da União, Estados e Municípios		(37.932)	(52.047)	(89.979)
Participação Financeira do Consumidor		(571.867)	(704.700)	(1.276.567)
Doações e Subvenções Destinadas a Investimentos no Serviço Concedido		(207.684)	(213.891)	(421.575)
Programa de Eficiência Energética - PEE		(2.999)	(4.131)	(7.130)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		(4.462)	(3.131)	(7.593)
(-) Amortização Acumulada AIS		354.508	587.047	941.555
Participação da União, Estados e Municípios		25.486	34.984	60.470
Participação Financeira do Consumidor		207.921	402.690	610.611
Doações e Subvenções Destinadas a Investimentos no Serviço Concedido		117.353	144.919	262.272
Programa de Eficiência Energética - PEE		2.023	2.726	4.749
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		1.725	1.728	3.453
Em curso		(113.505)	-	(113.505)
Participação Financeira do Consumidor		(83.671)	-	(83.671)
Doações e Subvenções Destinadas a Investimentos no Serviço Concedido		(29.781)	-	(29.781)
Outros		(53)	-	(53)
Ultrapassagem de demanda		(71)	-	(71)
Outros		18	-	18
Total		(583.941)	(390.853)	(974.794)

A movimentação das obrigações especiais em serviço e em curso ocorrida no exercício pode assim ser resumida:

Obrigações Especiais	Saldo inicial em 31/12/2023	Adições	Transferências	Valor Bruto em 31/12/2024	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)	Amortização Acum.	Valor Líquido em 31/12/2024	Total final em 31/12/2023
Em serviço	(1.764.390)	(7.022)	(31.431)	(1.802.843)	(1.659.601)	941.555	(861.289)	(1.764.390)
Participação da União, Estados e Municípios	(111.812)	-	-	(111.812)	-	74.412	(37.400)	(111.812)
Participação Financeira do Consumidor	(1.117.606)	(6.534)	(25.974)	(1.150.113)	(1.124.140)	534.789	(615.324)	(1.117.606)
Doações e Subvenções Destinadas a Investimentos no Serviço Concedido	(516.675)	(488)	(5.457)	(522.621)	(517.164)	322.273	(200.348)	(516.675)
Programa de Eficiência Energética - PEE	(8.860)	-	-	(8.860)	(8.860)	5.858	(3.002)	(8.860)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(9.437)	-	-	(9.437)	(9.437)	4.222	(5.215)	(9.437)
	-	-	-	-	-	-	-	-
(-) Amortização Acumulada AIS	865.468	76.086	-	941.554	935.082	-	941.554	865.468
Participação da União, Estados e Municípios	70.001	4.411	-	74.412	74.005	-	74.412	70.001
Participação Financeira do Consumidor	484.746	50.042	-	534.788	530.677	-	534.788	484.746
Doações e Subvenções Destinadas a Investimentos no Serviço Concedido	301.278	20.995	-	322.273	320.386	-	322.273	301.278
Programa de Eficiência Energética - PEE	5.581	277	-	5.858	5.827	-	5.858	5.581
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	3.862	360	-	4.222	4.188	-	4.222	3.862
	-	-	-	-	-	-	-	-
Em curso	(102.665)	(42.270)	31.431	(113.505)	(144.935)	-	(113.452)	(102.665)
Participação da União, Estados e Municípios	-	-	-	-	-	-	-	-
Participação Financeira do Consumidor	(77.326)	(32.532)	26.187	(83.671)	(109.858)	-	(83.671)	(77.326)
Doações e Subvenções Destinadas a Investimentos no Serviço Concedido	(25.211)	(9.813)	5.243	(29.781)	(35.024)	-	(29.781)	(25.211)
Outros	(128)	75	-	(53)	(53)	-	-	(128)
Ultrapassagem de demanda	(146)	75	-	(71)	(71)	-	-	(146)
Outros	18	-	-	18	18	-	-	18
	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	(1.001.588)	26.793	-	(974.794)	(869.453)	941.555	(33.187)	(1.001.588)

As principais adições (pelo critério de valor) de obrigações especiais no exercício foram:

Descrição do bem	em R\$ mil
1. CABO ALUM XLPE DUPLA CAM 240MM2 15KV	(932)
2. CABO ALUM XLPE/PROT 185MM2 1F 35KV	(509)
3. CABO ALUM XLPE DUPLA CAM 240MM2 15KV	(356)
4. CABO ALUM XLPE DUPLA CAM 70MM2 15KV	(329)
5. POSTE CIRCULAR CONC 14000MM 1500DAN	(304)
6. CABO ALUM XLPE DUPLA CAM 240MM2 15KV	(273)
7. POSTE CIRCULAR CONC 12000MM 400DAN	(237)
8. POSTE CIRCULAR CONC 12000MM 400DAN	(226)
9. POSTE CIRCULAR CONC 12000MM 400DAN	(211)
10. CABO MLP ALUM XLPE 3X1X35/35MM2 N ISO	(179)

16. RESSARCIMENTO A CONSUMIDORES – TRIBUTOS FEDERAIS

De acordo com decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal (“STF”) em março de 2017, o valor do ICMS destacado na nota fiscal não deve integrar a base de cálculo do PIS e da COFINS. Considerando as ações ajuizadas e a modulação dos efeitos da decisão do STF, a Companhia constituiu um ativo a recuperar de PIS e de COFINS e um passivo correspondente, que está sendo repassado aos consumidores através dos processos tarifários anuais, conforme determina a Lei nº 14.385/22.

O saldo dos valores passivos constituídos na Companhia, atualizados pela taxa SELIC e descontados dos repasses já realizados, bem como a movimentação, estão demonstrados a seguir:

	2024	2023
Saldo inicial do exercício	11.274	70.239
Constituição	-	-
Atualização monetária	800	1.116
Compensação	-	(60.081)
Saldo final do exercício	12.074	11.274
Não circulante	12.074	11.274

17. OUTROS PASSIVOS

	2024	2023
Caução em garantia (1)	44.702	43.919
Devoluções a consumidores (2)	76.976	28.712
Contribuição para custeio do serviço de iluminação pública - COSIP	16.179	20.177
Repasse a terceiros	7.004	4.964
Bônus estratégico	-	9.574
Devolução MMGD (3)	68.787	-
Outros	96.347	53.481
Total	309.995	160.827
Circulante	272.723	127.588
Não circulante	37.272	33.239

- (1) Garantia constituída para assegurar o cumprimento dos contratos, acrescidas de correção monetária com base nos índices previstos contratualmente (IPCA ou CDI), para fazer face tanto às suas cláusulas operacionais, quanto à obrigatoriedade do pagamento dos encargos dos empregados das empresas fornecedoras de serviços.
- (2) Refere-se ao Bônus Itaipu, direcionados as classes residenciais e rurais que será pago de acordo com os meses de 2023 em que o consumo de energia de unidades consumidoras foi menor que 350 kWh, conforme a REH ANEEL nº 3.420/2024.
- (3) Corresponde ao saldo acumulado de energia injetada e ainda não compensada, pertencente aos clientes possuidores de usinas de geração fotovoltaica.

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social

O capital social está representado por ações ordinárias (ON) e preferenciais (PN), todas sem valor nominal. O Conselho de Administração estabelecerá as condições de emissão de ações da Companhia, inclusive preço e prazo de integralização, até o limite do capital autorizado.

O capital social autorizado da Companhia em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é de R\$ 2.000 e o integralizado até a data do balanço é de R\$ 952.492 (R\$ 952.492 em 31 de dezembro de 2023).

A composição do capital social realizado por classe de ações (sem valor nominal) e principais acionistas em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é a seguinte (por unidade de ações):

Acionistas/ Qtde Ações vs R\$ mil	Ordinárias	R\$ mil	Preferenciais	R\$ mil	Total	
					Ações	R\$ mil
Neoenergia S.A.	91.855.825	451.550	101.279.596	497.875	193.135.421	949.425
Outros	25.147	124	598.697	2.943	623.844	3.067
Total	91.880.972	451.674	101.878.293	500.818	193.759.265	952.492

Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. As ações preferenciais, não possuem direito de voto, ficando assegurada prioridade na distribuição de dividendos, no caso de existir lucro a distribuir, que serão no mínimo 10% (dez por cento) superiores aos atribuídos às ações ordinárias, conforme artigo 5º do Estatuto Social da Companhia.

Reservas de capital

a) Reserva Especial de Ágio

Reserva no montante de R\$ 689.440 gerada em função da reestruturação societária da Companhia, que resultou no reconhecimento do benefício fiscal diretamente no patrimônio líquido, quando o ágio foi transferido para a Companhia através da incorporação.

Outros resultados abrangentes

A Companhia reconhece, em 31 de dezembro de 2024, em outros resultados abrangentes os ganhos (perdas), líquidos dos tributos, de: (i) obrigações atuariais de benefícios a empregados no montante de R\$ 33.972 (R\$ (62.270) em 31 de dezembro de 2023); e (ii) valor justo de instrumentos financeiros utilizados em uma estratégia de *hedge accounting* de fluxo de caixa no montante de R\$ (5.252) (R\$ 10.389 em 31 de dezembro de 2023).

Reserva de lucros

a) Reserva legal

Constitui exigência legal para retenção de 5% do lucro líquido anual apurado até o limite de 20% do capital social. A Lei nº 6.404/76, § 1º, artigo 182, estabelece que a Companhia poderá deixar de constituir a reserva legal no exercício, se a reserva legal somada à reserva de capital, exceder o limite de 30% do capital social. A reserva só pode ser utilizada para absorver prejuízos ou para aumento de capital. O saldo em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é de R\$ 171.421.

b) Reserva de retenção de Lucros

Possui como finalidade assegurar a manutenção e o desenvolvimento para as atividades principais que compõem o objeto social da Companhia, constituída mediante proposta de orçamento de capital pela Administração, no limite máximo do capital social integralizado. O saldo em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 0 (R\$ 270.376 em 31 de dezembro de 2023).

Dividendos e juros sobre capital próprio

Os valores deliberados aos acionistas, por natureza de remuneração, estão apresentados como segue:

Deliberação	Natureza de remuneração	Valor deliberado	Valor por ação	
			ON	PN
2024				
RCA de 20 de março de 2024	Juros sobre capital próprio	37.771	0,1852000	0,2037200
AGOE de 12 de abril de 2024	Dividendos - 2023	419.265	2,0557559	2,2613315
AGOE de 12 de abril de 2024	Dividendos relativos à reserva de lucros de exercícios anteriores	500.000	2,4516162	2,6967778
RCA de 24 de abril de 2024	Dividendos a partir da reserva de lucros de exercícios anteriores	270.376	1,3257141	1,4582855
RCA de 20 de junho de 2024	Juros sobre capital próprio	22.657	0,1110925	0,1222018
RCA de 22 de julho de 2024	Dividendos intermediários	430.000	2,1083899	2,3192289
RCA de 25 de setembro de 2024	Juros sobre capital próprio	19.416	0,0952012	0,1047213
RCA de 21 de outubro de 2024	Dividendos intermediários	209.000	1,0247756	1,1272531
RCA de 18 de dezembro de 2024	Juros sobre capital próprio	20.890	0,1024285	0,1126714
		1.929.375		
2023				
AGOE de 24 de abril de 2023	Dividendos	234.340	1,1490256	1,2639282
RCA de 28 de junho de 2023	Juros sobre capital próprio	101.746	0,4988843	0,5487727
RCA de 26 de julho de 2023	Dividendos intermediários	360.000	1,7651637	1,9416800
RCA de 13 de dezembro de 2023	Juros sobre capital próprio	90.113	0,4418450	0,4860295
		786.199		

A remuneração a pagar aos acionistas está apresentada como segue:

	2024	2023
Saldos iniciais	76.653	41.917
Dividendos e juros sobre capital próprio:		
Declarados	1.929.384	786.200
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	(15.110)	(28.781)
Pagos no exercício	(1.973.078)	(722.683)
Saldos finais	17.849	76.653

19. RECEITA OPERACIONAL BRUTA

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia, podendo ser confiavelmente mensurados. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber.

A receita operacional é composta pela receita de fornecimento de energia elétrica (faturada ou não faturada) e outras receitas relacionadas a outros serviços prestados pela Companhia.

O faturamento e respectivo reconhecimento da receita dos serviços de distribuição de energia elétrica é efetuado de acordo com o calendário de leitura estabelecido pela Companhia. A receita não faturada corresponde à energia elétrica entregue e não faturada ao consumidor, e é calculada em base estimada, até a data do balanço.

Os registros das operações de compra e venda de energia na CCEE estão reconhecidos pelo regime de competência de acordo com informações divulgadas por aquela entidade ou por estimativa da Administração.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)



Segue a composição da Receita Bruta por natureza:

Receita Bruta	Ref	N° Consumidores		MWh Mil		R\$ Mil	
		2024	2023	2024	2023	2024	2023
Fornecimento - Faturado		2.979.146	2.928.445	10.342.716	10.368.110	4.732.291	4.275.187
Residencial		2.589.298	2.540.622	5.564.269	5.275.608	2.535.305	2.197.798
Industrial		19.447	19.578	713.642	960.493	284.159	321.312
Comercial		211.039	209.342	1.974.811	2.051.846	1.057.932	1.002.477
Rural		125.610	126.137	865.160	812.350	321.690	267.845
Poder público		22.576	21.988	413.013	364.251	195.541	155.530
Iluminação pública		6.492	6.271	451.777	464.441	134.507	122.714
Serviço público		4.395	4.240	351.164	430.862	203.157	207.511
Consumo próprio		289	267	8.879	8.259		
Suprimento Faturado	(a)					108.958	104.386
Uso da Rede Elétrica de Distribuição Faturado	(b)					7.092.987	6.591.449
Consumidores Cativos (*)						4.670.287	4.415.774
Consumidores Livres						2.422.700	2.175.675
Fornecimento/Suprimento/Rede Elétrica - Não faturado						(109.384)	92.273
Constituição e Amortiz. - CVA Ativa e Passiva	(c)					197.212	(604.892)
Constituição e Amortiz. - Demais Ativos e Passivos Regulatórios	(c)					(524.547)	608.436
Ativos e Passivos Financeiros Setoriais							
Serviços Cobráveis						3.399	3.076
Subvenções vinculadas ao serviço concedido (**)						966.197	780.369
Total		2.979.146	2.928.445	10.342.716	10.368.110	12.467.113	11.850.284

(*) Receitas referentes a disponibilidade da infraestrutura da rede elétrica, calculadas com base na TUSD por classe de consumo, reajustadas a partir de 27 de agosto de 2024, conforme Resolução Homologatória ANEEL nº 3.377/2024; e

(**) A Lei nº 12.783/2013 determinou que os recursos relacionados à subvenção baixa renda bem como outros descontos tarifários passassem a ser subsidiados integralmente por recursos oriundos da CDE, sendo: (i) R\$ 95.282 (R\$ 105.949 em 31 de dezembro de 2023) referentes à subvenção baixa renda, (ii) R\$ 713.195 (R\$ 622.163 em 31 de dezembro 2023) referentes à subvenção CDE, (iii) R\$ 111.779 (R\$ R\$ 30.628 em 31 de dezembro de 2023) referente à subvenção CCRBT e (iv) R\$ 45.940 (R\$ 21.920 em 31 de dezembro de 2023) referente à subvenção modicidade Eletrobras.

(a) Suprimento faturado

Receita proveniente do suprimento de energia elétrica faturado, em função da comercialização de energia elétrica efetuada no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

(b) Uso da rede elétrica de distribuição faturado

A receita com Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição – TUSD refere-se basicamente à cobrança de tarifa pelo uso da rede de distribuição para consumidores livres e cativos.

(c) Ativos e passivos financeiros setoriais líquidos

	2024	2023
CVA Ativa e Passiva	(197.212)	(604.892)
Energia (1)	320.277	(377.051)
Encargo de Serviço do Sistema – ESS (2)	13.424	48.141
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE (3)	(50.401)	(247.410)
Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão – TUST (4)	(93.914)	34.203
PROINFA	7.826	(62.775)
Demais Ativos e Passivos Regulatórios	(524.547)	608.436
Neutralidade de encargos setoriais (5)	(87.724)	(37.742)
Repasse de sobrecontratação (6)	(255.513)	96.191
Risco hidrológico (7)	6.260	61.893
Ultrapassagem de demanda/ excedente reativo (8)	(116.510)	16.244
Diferimento de reajuste (9)	(64.660)	123.317
Créditos PIS/COFINS sobre ICMS (10)	5.720	241.938
Crédito consumidor reversão para modicidade	871	1.057
Modicidade Eletrobrás (11)	(5.965)	110.160
Arrecadação de encargos CDE	(12.074)	-
MMGD s/ Perdas Não Técnicas (nota 17)	5.658	-
Outros	(610)	(4.622)
Total	(327.335)	3.544

- (1) CVA ativa, decorrente da constituição das diferenças a menor entre os custos de energia incorridos em relação à cobertura tarifária ANEEL, com destaque para o aumento das despesas dos contratos regulados de compra de energia por disponibilidade, resultando em um aumento da CVA a receber neste ano, e referente a amortização dos saldos reconhecidos pela ANEEL nos processos tarifários da Companhia em 2023 e 2024;
- (2) CVA ativa, decorrente das diferenças a maior entre os custos incorridos em relação à cobertura tarifária ANEEL, e referente a amortização dos saldos reconhecidos pela ANEEL no processo tarifário da Companhia em 2023 e 2024;
- (3) CVA passiva, em função dos valores de quotas mensais das Contas de Desenvolvimento Energético – CDE, relativas às competências de janeiro a dezembro de 2024, a serem recolhidas pelas concessionárias de distribuição, resultando em um efeito de ressarcimento na tarifa;
- (4) CVA passiva, decorrente da constituição das diferenças a menor entre os custos incorridos em relação à cobertura tarifária ANEEL, em função da REH nº3.349/2024, com vigência a partir de 1º de julho de 2024 até 30 de junho de 2025, que estabeleceu os reajustes das tarifas de uso do sistema de transmissão, e referente a amortização dos saldos reconhecidos pela ANEEL no processo tarifário da Companhia em 2024;

- (5) CVA passiva referente ao Componente Financeiro previsto no submódulo 4.4 do PRORET, calculado conforme mercado faturado e os valores contemplados do reajuste tarifário de 2024;
- (6) A Companhia apurou o ajuste financeiro de sobrecontratação, sendo reconhecido um valor menor entre os períodos, decorrente da constituição destinada a anular os efeitos sobre o resultado obtido com a compra e venda do excedente de energia no mercado de curto prazo e da amortização dos saldos homologados entre os processos de reajuste tarifário;
- (7) CVA ativa referente ao Componente Financeiro estabelecido pela ANEEL através do PRORET, como previsão para cobertura dos riscos hidrológicos associados às usinas comprometidas com contratos de Cotas de Garantia Física (CCGF), à usina de Itaipu e às usinas hidrelétricas;
- (8) Constituição passiva referente a Ultrapassagem de Demanda e Excedente de Reativos, conforme Submódulo 2.1 do PRORET;
- (9) Recomposição de recurso oriundo da Conta de Comercialização de Itaipu como redutor no reajuste tarifário de 27 de agosto de 2022, de acordo com Artigo 16 do Decreto nº 11.027/2022, sendo revertido na tarifa pela concessionária no reajuste tarifário de 27 de Agosto de 2024;
- (10) Reconhecimento da antecipação da reversão dos valores oriundos de créditos decorrentes da exclusão do ICMS da base de cálculo PIS/COFINS, como componente financeiro negativo extraordinário, a ser compensado com base no recolhimento dos tributos pelo montante total habilitado pela Receita Federal do Brasil – RFB. A ANEEL reconheceu, no reajuste tarifário de 2022, R\$ (347.494) a título de antecipação de Crédito PIS/COFINS sobre ICMS, sendo constituído pela concessionária no período de janeiro até dezembro de 2024, o valor ativo de R\$ 5.720 em contrapartida da redução da receita do período; e
- (11) Referente ao aporte à CDE realizado pela Eletrobras com repasse às distribuidoras e destinado a modicidade tarifária, conforme a Lei nº 14.182/2021 e o Despacho ANEEL nº 1.239/2024, e referente a amortização dos saldos reconhecidos pela ANEEL no processo tarifário de 2024, sendo contabilizado pela Companhia o passivo de R\$ 5.965 em 31 de dezembro de 2024.

20. COMPRA DE ENERGIA ELÉTRICA DE CURTO PRAZO NO ÂMBITO DA CÂMARA DE COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA – CCEE

Nos exercícios de 2024 e 2023, a Companhia efetuou a comercialização de energia de curto prazo no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, conforme a seguir demonstrado:

	2024		2023	
	MWh	R\$ Mil	MWh	R\$ Mil
Compra	20.128	4.604	-	14.738
Compra estimada	-	(99)	-	20.258
	20.128	4.505	-	34.996

	2024		2023	
	MWh	R\$ Mil	MWh	R\$ Mil
Venda	1.012.640	93.509	1.385.886	104.387
Venda estimada	62.745	2.785	211.676	222
	1.075.385	96.294	1.597.562	104.609

• **Situação normal:** Os montantes de receitas/despesas faturados e/ou pagos pelas Outorgadas que tiveram excedente/falta de energia comercializada no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE foram determinados pela CCEE e referendados pela Companhia, como ocorreu com as contabilizações de janeiro a outubro de 2024.

• **Situação excepcional:** Os montantes de receitas/despesas faturados e/ou pagos pelas Outorgadas que tiveram excedente/falta de energia comercializada no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE são normalmente determinados pela CCEE. Como até a data de encerramento das demonstrações contábeis a CCEE ainda não havia disponibilizado as informações necessárias referentes ao período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2023, para os meses de novembro e dezembro de 2024 os referidos montantes foram estimados pela Outorgada, com base em seus controles mantidos para essas operações e cuja contabilização ocorreram no fechamento de janeiro e fevereiro de 2025.

21. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS DO SERVIÇO

a) Custos não gerenciáveis - parcela A

	2024	MWh 2023	2024	R\$ Mil 2023
Compra para revenda				
Energia adquirida no ambiente de contratação regulado – ACR (1)	8.111.414	8.388.227	(1.839.730)	(1.676.021)
Custos Variáveis do Mercado de Curto Prazo – MCP (2)	-	-	(321.714)	(197.536)
Energia curto prazo – PLD e MRE (3)	20.128	-	4.505	34.996
Contratos por cotas de garantia física (4)	2.211.942	2.521.166	(388.280)	(399.975)
Energia Itaipu (5)	2.347.377	2.406.758	(535.041)	(523.181)
Cotas das Usinas Angra I e Angra II	463.208	460.849	(160.228)	(156.360)
Energia MMGD (nota 17)			(68.787)	
Outros	228.683	240.151	(102.990)	119.114
Subtotal	13.382.752	14.017.151	(3.412.265)	(3.037.191)
Créditos PIS e COFINS			299.090	275.714
Total	13.382.752	14.017.151	(3.113.175)	(2.761.477)
Encargos de uso dos sistemas de distribuição e transmissão				
Encargos de rede básica			(1.514.421)	(1.485.440)
Encargos de transporte Itaipú			(86.397)	(88.435)
Encargos de conexão			(100.106)	(98.876)
Encargo de uso do sistema de distribuição			(40.265)	(41.200)
Encargo de serviço do sistema – ESS (6)			(48.720)	(36.601)
Encargo de energia de reserva – EER (7)			(239.516)	(260.548)
Outros encargos			(1.320)	-
Subtotal			(2.030.745)	(2.011.100)
Créditos PIS e COFINS			197.367	184.778
Total			(1.833.378)	(1.826.322)
Total dos custos com energia elétrica	13.382.752	14.017.151	(4.946.553)	(4.587.799)

PLD – Preço de Liquidação de Diferenças

MRE – Mecanismo de Realocação de Energia

- 1) O aumento do custo de energia adquirida no ACR é decorrente do menor volume de cessão de MCSD EN (o mecanismo atua como redução de despesa) e dos reajustes das tarifas (R\$/MWh) dos geradores a partir de 27 de agosto de 2024;
- 2) A variação é decorrente do aumento do PLD médio do SE de 2024 (127,86 R\$/MWh), comparado com o mesmo período de 2023 (72,36 R\$/MWh), impactando no risco hidrológico e custos com disponibilidade (condomínio virtual);
- 3) A variação é decorrente da compra de energia no MCP (*Déficit*) e ajustes financeiros de recontabilizações de meses anteriores;
- 4) Redução decorrente da descotização da Eletrobras, conforme PRT n° 544/GM/MME, de 30 de agosto de 2021 e redução no Fator de Cotas de 2024 (REH n° 2.996, 14 de dezembro de 2021);
- 5) Redução da demanda (REH ANEEL 3.296, de 12.12.2023) e da Tarifa US\$/kW (REH ANEEL 3.303/2023, de 19.12.2023);
- 6) Aumento do custo com ESS Brasil decorrente de restrições operativas que ocasionaram o aumento do despacho térmico para atendimento da elevação da carga influenciada pelos picos de temperatura e atendimento no horário de ponta; e
- 7) Redução no custo de Encargo de Energia de Reserva em função do término de vigência de leilões de energia de reserva e do aumento do PLD em 2024, se comparado a 2023.

b) Pessoal e administradores

	2024	2023
Pessoal	(463.058)	(439.111)
Remuneração	(125.453)	(113.962)
Encargos	(44.959)	(33.219)
Previdência privada - Corrente	(62.772)	(61.558)
Benefício Pós-emprego - Previdência Privada - Déficit ou superávit atuarial	3.602	1.582
Despesas rescisórias	(8.883)	(9.088)
Participação nos Lucros e Resultados - PLR	(71.782)	(54.177)
Outros benefícios - Corrente	(137.062)	(140.291)
Outros	(15.749)	(28.273)
Administradores	(4.293)	(3.508)
Honorários e encargos (Diretoria e Conselho)	(3.153)	(2.695)
Benefícios dos administradores	(1.140)	(813)
Total	(467.351)	(442.619)

c) Depreciação e amortização

	2024	2023
Quota de depreciação e amortização no exercício	(482.599)	(397.657)
(-) Crédito PIS/COFINS	4.799	5.200
Total	(477.800)	(392.457)

22. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	2024	2023
Receitas Financeiras		
Renda de aplicações financeiras	95.682	82.323
(-) Tributos sobre receita financeira	(13.808)	(11.839)
Juros e encargos contas a receber de clientes e outros títulos	86.986	86.797
Atualização de depósitos judiciais	1.108	1.592
Atualização do ativo financeiro setorial (1)	151.857	74.550
Benefícios pós-emprego e outros benefícios	808	
Multa contratual do consumidor	70.079	59.009
Ganhos com variações cambiais e marcação a mercado – Dívida (3)	80.604	214.323
Ganhos com instrumentos financeiros derivativos (3)	358.147	180.782
Ganhos com variações cambiais e monetárias	1.483	4.423
Outras receitas financeiras	8.319	11.296
Total	841.265	703.256
Despesas Financeiras		
Encargos sobre instrumentos de dívida (2)	(657.913)	(557.549)
Benefícios pós emprego e outros benefícios	(9.132)	(10.105)
Atualização do passivo financeiro setorial (1)	(181.897)	(107.924)
Atualização de provisões para processos judiciais	(21.522)	(20.978)
IOF	(494)	(523)
Perdas com variações cambiais e marcação a mercado - Dívida (3)	(323.952)	(144.114)
Perdas com instrumentos financeiros derivativos (3)	(164.097)	(324.063)
Perdas com variações cambiais e monetárias	(2.337)	(2.990)
Outras despesas financeiras	(106.601)	(93.752)
Total	(1.467.945)	(1.261.998)
Resultado financeiro líquido	(626.680)	(558.742)

- 1) Refere-se, principalmente, a remuneração dos itens da CVA de ENERGIA e CVA de ESS, com base nos saldos homologados pela ANEEL nos processos tarifários de 2023 e 2024;
- 2) Inclui os encargos incorridos sobre as operações de empréstimos, financiamentos e debêntures e foi impactado pelo aumento do volume da dívida; e
- 3) Aumento cambial em comparação aos doze meses do ano passado, período que houve redução cambial, gerando despesa nas variações cambiais dos empréstimos e financiamentos e, consequentemente receita nos derivativos.

23. SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As partes relacionadas da Companhia são acionistas e suas empresas ligadas e o pessoal-chave da Administração da Companhia.

As principais transações comerciais com partes relacionadas reconhecidas como contas a receber e/ou contas a pagar e respectivas receitas e/ou custos/despesas estão relacionadas aos: (i) contratos de compra e venda de energia elétrica; (ii) contratos de uso do sistema de distribuição de energia ou no sistema de transmissão; (iii) prestação de serviços de operação e manutenção; e (iv) contratos de serviços administrativos.

As transações com os fundos de pensão responsáveis pela gestão dos benefícios de curto e longo prazo concedidos aos empregados da Companhia estão classificadas como “Acionistas e outros” nesta nota explicativa.

As informações sobre transações com partes relacionadas e os efeitos nas demonstrações contábeis regulatórias são apresentados abaixo:

23.1 Saldos em aberto com partes relacionadas

				2024
	Subsidiárias da Neoenergia	Controladora	Acionistas e outros	Total
Ativo				
Outros ativos (c)	24	33.367	-	33.367
	24	33.367	-	33.391
Passivo				
Fornecedores e contas a pagar (a)	6.535	-	24.181	30.176
Benefícios a empregados			26	26
Dividendos e Juros sobre capital próprio a pagar (e)	-	17.697	152	17.849
Outros passivos (d)	(1.988)	-	-	(1.988)
	4.547	17.697	24.359	46.603

				2023
	Subsidiárias da Neoenergia	Controladora	Acionistas e outros	Total
Ativo				
Outros ativos (c)/(d)	147	19.160	-	19.307
	147	19.160	-	19.307
Passivo				
Fornecedores e contas a pagar (a)	6.269	-	24.674	30.943
Dividendos e Juros sobre capital próprio a pagar (e)	-	76.339	-	76.653
Outros passivos (d)	(3.182)	-	314	(3.182)
	3.087	76.339	28.988	104.414

23.2 Transações com partes relacionadas

				2024
	Subsidiárias da Neoenergia	Controladora	Acionistas coligadas, joint ventures e outros	Total
Resultado do período				
Receita operacional líquida	2.597	-	-	2.597
Custos dos serviços (a)	(55.641)	-	(209.797)	(265.438)
Despesas gerais e administrativas (b)/(d)	17.223	(850)	(3.264)	13.109
Resultado financeiro líquido (d)	-	(62.086)	-	(62.086)
	(35.821)	(62.936)	(213.061)	(311.818)

				2023
	Subsidiárias da Neoenergia	Controladora	Acionistas coligadas, joint ventures e outros	Total
Resultado do período				
Receita operacional líquida	2.907	-	-	2.907
Custos dos serviços (a)	(51.385)	-	(192.608)	(243.993)
Despesas gerais e administrativas (b)/(d)	40.083	(656)	(6.722)	32.705
Resultado financeiro líquido (d)	-	(46.473)	-	(46.473)
	(8.395)	(47.129)	(199.330)	(254.854)

23.3 Principais transações com Partes relacionadas

As principais transações com partes relacionadas nos itens 23.1 e 23.2 referem-se a:

Subsidiárias da Neoenergia

Item	Empresa relacionada	Tipo de transação	Índice de correção / remuneração contratual	Prazo	Vencimento	2024		2023	
						Ativo / (Passivo)	Resultado do exercício	Ativo / (Passivo)	Resultado do exercício
d	Neoenergia Distribuição de Brasília	Compartilhamento de pessoal	N/A	1 ano	2025	194	2.020	500	4.742
d	Neoenergia Pernambuco	Compartilhamento de pessoal	N/A	1 ano	2025	405	1.692	945	4.574
a	Ceu Azul	Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR	IPCA	30 anos	2042	(723)	(6.259)	(768)	(5.995)
d	Neoenergia Coelba	Compartilhamento de pessoal	N/A	1 ano	2025	1.154	9.952	2.129	20.810
a	Neoserv	Bônus solar	IPCA	1 ano	2025	(38)	(647)	(1.452)	(4.375)
a	Energética Águas da Pedra, S.A. (EAPSA)	Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR	IPCA	30 anos	2040	(2.333)	(20.187)	(2.477)	(6.978)

Controladora

Item	Empresa relacionada	Tipo de transação	Índice de correção / remuneração contratual	Prazo	Vencimento	2024		2023	
						Ativo / (Passivo)	Resultado do exercício	Ativo / (Passivo)	Resultado do exercício
c	Neoenergia, S.A.	Contrato de FEE por Aval	N/A	2 anos	2026	33.367	(62.086)	19.160	(46.473)
e	Neoenergia, S.A.	Pagamento de Dividendos e JCP	N/A	N/A	Indeterminado	(17.697)	-	(76.339)	-

Acionistas e outros

Item	Empresa relacionada	Tipo de transação	Índice de correção / remuneração contratual	Prazo	Vencimento	2024		2023	
						Ativo / (Passivo)	Resultado do exercício	Ativo / (Passivo)	Resultado do exercício
a	Norte Energia	Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR	IPCA	30 anos	2044	(23.236)	(201.069)	(24.674)	(192.608)
b	Funcesp	Previdência Privada	N/A	N/A	Indeterminado	-	(1.965)	-	(5.402)
a	Neoenergia Jalapão de Energia S.A.	Contrato de Uso do Sistema de Transmissão - CUST	IGPM	20 anos	2044	(396)	(3.599)	(317)	(3.623)

23.4 Remunerações da administração

A remuneração da Administração reconhecida no resultado do exercício pelo regime de competência é como segue:

	2024	2023
Salários e benefícios recorrentes	2.457	1.934
Outros benefícios de curto prazo	920	709
Benefícios de longo prazo	916	777
Rescisões contratuais	-	88
Total	4.293	3.508

Os honorários e benefícios dos diretores executivos são pagos e reconhecidos pelo acionista controlador Neoenergia S.A.

24. GESTÃO DE RISCOS FINANCEIROS E OPERACIONAIS

As Políticas de Gestão de Riscos, aprovadas pelo Conselho de Administração em 18 de abril de 2024, compostas pelas políticas de riscos corporativos e pelas políticas de riscos específicas para cada negócio, que estabelecem os princípios básicos e o marco geral de atuação para o controle e gerenciamento dos riscos aos quais está exposto o grupo Neoenergia e que devem ser aplicados de acordo com o disposto no Propósito e Valores do grupo.

O processo de gestão de riscos adota como fonte as principais boas práticas de mercado e diretrizes do COSO ERM e ISO 31000. Bem como, boas práticas e/ou premissas regulatórias e de órgãos que abrangem o setor de Energia, como as regulamentações vigentes na ANEEL.

A estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado da Companhia é composta pelo Conselho de Administração, Diretoria Executiva Colegiada, Diretoria Financeira, Auditoria Interna e Gestão de Risco, Comitê de Auditoria, além das estruturas de Governança e de Controles Internos. Este sistema de gerenciamento de riscos está aderente ao modelo do acionista controlador e sua política global de riscos.

24.1 Gestão de riscos financeiros e mercado

A Política de Riscos Financeiros se aplica a todos os negócios que integram o Grupo Neoenergia, dentro dos limites previstos aplicáveis às atividades que geram exposição a riscos financeiros, devendo ser reproduzida por suas controladas, observando seus respectivos estatutos sociais e a legislação aplicável. Estão incluídas diretrizes e limites específicos para gerenciamento de risco cambial e de *commodities*, risco de taxas de juros e índices de preços, risco de liquidez e risco de solvência, assim como a utilização de instrumentos derivativos para fins de proteção, cuja utilização para fins especulativos é expressamente proibida.

A aprovação de operações envolvendo derivativos é realizada por alçada competente conforme Política de Limites e Alçadas do Grupo Neoenergia e estatutos das controladas da Companhia.

As principais diretrizes em relação a estratégias de *hedge*, são:

- Todo instrumento de dívida denominado ou indexado à moeda estrangeira deverá ter sua exposição cambial protegida (convertida para Reais) por meio de operações de *hedge*;
- O risco de câmbio e de *commodities* deverá ser controlado e mitigado para todos os projetos de investimento, independentemente do valor;
- Instrumentos não-dívida com desembolsos sujeitos a exposição cambial deverão ser avaliados e, se considerado necessário, deverão ser realizadas operações de *hedge* para mitigar o risco cambial;
- Avaliar o risco das dívidas em moeda local e, se considerado necessário, contratar operações de *hedge* para mitigar o risco de taxa de juros, de acordo com o perfil desejado das dívidas pré-fixadas e flutuantes e considerando tanto a indexação natural a índices de preços nas receitas e custos quanto à composição de índices de juros que remuneram carteira de aplicações; e
- A contratação de derivativos é dedicada única e exclusivamente para fins de *hedge*, assim como não é permitida a contratação de derivativos ‘exóticos’ nem ‘alavancados’.

A estratégia da Companhia foi desenvolvida através da visão integrada dos riscos aos quais está exposta, considerando não apenas o risco de mercado, gerado pelas possíveis mudanças nos preços e cotações das variáveis ativas e passivas nas quais mantém posições, e o risco de liquidez, mas também o risco de crédito, proveniente de obrigações assumidas por terceiros para com a Companhia, entre outros.

Riscos	Origem da exposição	Gestão
Risco de taxa de câmbio	Empréstimos e financiamentos e outros instrumentos financeiros que não são denominados em BRL.	Operações de <i>swap</i> e a termo.
Risco de taxa de juros (incluindo índices inflacionários)	Passivos atuariais, empréstimos e financiamentos indexados a diferentes taxas de juros incluindo, mas não se limitando, a SOFR e CDI.	Operações de <i>swap</i> , gestão de limite de exposição de ativos e passivos por componente de taxa de juros e índices inflacionários.
Risco de preços de produtos e insumos	Volatilidade dos preços de <i>commodities</i> metálicas e energia elétrica, e outros produtos.	Contratos de longo prazo com fixação de preços aderentes as projeções internas; ou operações a termo.

Riscos	Origem da exposição	Gestão
Risco de crédito	Recebíveis, transações com derivativos, garantias, adiantamentos a fornecedores e investimentos financeiros.	Diversificação da carteira e políticas para monitoramento de indicadores de solvência e liquidez das contrapartes.
Risco de liquidez	Obrigações contratuais ou assumidas.	Disponibilidade de linhas de crédito rotativo.
Risco de solvência	Passivos financeiros, obrigações contratuais ou assumidas.	Monitoramento dos <i>covenants</i> financeiros e da situação econômico-financeira da Companhia.

A Administração entende que está adequada e alinhada às melhores práticas de mercado quanto a estrutura operacional e de controles internos da Companhia para garantir o cumprimento das diretrizes da Política de Riscos Financeiros e Política de Risco de Crédito.

a) Gestão de risco de mercado

(i) Risco de taxa de câmbio

A Companhia, visando assegurar que oscilações nas taxas de câmbio não afetem seu resultado e fluxo de caixa, possuía em 31 de dezembro de 2024, operações de *hedge* cambial, para a totalidade de suas dívidas em moeda estrangeira e para seus principais desembolsos e investimentos previstos em moeda estrangeira. As estratégias de *hedge* cambial estão descritas na nota 25.5.

(ii) Risco de taxas de juros e índices de preços

Este risco é oriundo da possibilidade de perdas financeiras causadas pela exposição à variação de taxas de juros e/ou índices de preço, tanto no mercado brasileiro quanto no mercado externo (ex: CDI, TJLP, TLP, SOFR, IPCA e IGP-M, dentre outros). O resultado desta exposição influencia o montante de encargos financeiros da dívida, rendimentos das aplicações financeiras e as receitas tarifárias das concessões que impactam o resultado e o fluxo de caixa das operações. Por consequência, a Companhia busca manter o equilíbrio entre os ativos e passivos indexados a índices de preços de alta correlação, buscando mitigar eventuais riscos decorrentes da inflação.

A Companhia monitora continuamente as taxas de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de proteção contra o risco de volatilidade dessas taxas. As estratégias de *hedge* de taxas de juros são descritas na nota 25.5.

(iii) Risco de preço de *commodities*

Este risco é oriundo da possibilidade de perdas financeiras causadas por elevação dos preços das *commodities*, que são utilizadas pela Companhia em suas atividades operacionais.

Commodities metálicas: variações nos preços de *commodities* metálicas podem impactar a rentabilidade dos projetos de investimentos, resultante no aumento de preço nos contratos dos fornecedores, implicando em maior necessidade de caixa para honrar os compromissos assumidos pela Companhia.

Commodities energéticas – Energia elétrica: os preços das *commodities* energéticas são influenciados por fatores específicos dos negócios de geração de energia elétrica como demanda e oferta, hidrologia, gás, recursos eólicos e solares, além da entrada ou atraso de novos projetos na matriz energética. As variações nos preços de *commodities* energéticas podem causar perda potencial de margem e/ou valor. A gestão do risco de preço de energia é realizada na análise da sobrecontratação de energia das distribuidoras, na cobertura de lastro da energia comercializada e na venda da energia ao cliente final.

b) Risco de liquidez

O risco de liquidez é associado à possibilidade, da Companhia não honrar seus compromissos nos respectivos vencimentos. A gestão financeira adotada pela Companhia busca constantemente a mitigação do risco de liquidez, tendo como principais pontos o alongamento de prazos dos empréstimos e financiamentos, não concentração de vencimentos, diversificação de instrumentos financeiros. O permanente monitoramento do fluxo de caixa permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes.

A Companhia gerencia o risco de liquidez alocando o excedente de caixa é alocado em aplicações financeiras de liquidez diária e mantendo adequadas reservas de recursos e linhas de crédito aprovadas com algumas das principais instituições financeiras do país (nota 15).

Adicionalmente, a Companhia acompanha mensalmente, por meio de índices de liquidez, a capacidade de geração de caixa da empresa para honrar com os compromissos assumidos principalmente, mas não se limitando, ao período de 12 (doze) meses.

A Companhia apresenta capital circulante líquido negativo em 31 de dezembro de 2024 de R\$ 131.005 (positivo R\$ 532.148 em 31 de dezembro de 2023). A Administração avaliou a capacidade de liquidação das obrigações de curto prazo e concluiu sobre a capacidade de continuidade operacional em função da geração de caixa prevista para os próximos 12 meses. Caso necessário, o acionista controlador se compromete a realizar aportes financeiros para que a Companhia cumpra com suas obrigações.

Em 31 de dezembro 2024, a Companhia mantinha recursos aplicados em caixa e equivalentes de caixa e títulos de valores mobiliários, em montante adequado a cobertura dos seus ciclos operacionais e financeiros. Os fluxos das obrigações da Companhia, por faixa de vencimento, estão sendo apresentados em suas respectivas notas explicativas. Em destaque para as informações de empréstimos e financiamentos e respectivos instrumentos derivativos (nota 15).

c) Risco de solvência

O risco de solvência está vinculado à possibilidade de deterioração da situação econômico-financeira que resulte na piora da qualidade de crédito ou na quebra de *covenants* financeiros que possam gerar o vencimento antecipado das dívidas, gerando impacto na classificação de crédito (*rating*), no custo da dívida e na liquidez.

d) Gestão de risco de crédito

O risco de crédito refere-se à possibilidade, da Companhia incorrer em perdas financeiras ou econômicas devido ao não cumprimento de obrigações financeiras ou contratuais de terceiros, como inadimplência ou 'não performance' de contrapartes.

(i) Risco de crédito de contrapartes comerciais

O risco da Companhia incorrer em perdas resultantes do não recebimento de valores faturados de suas contrapartes comerciais. Para reduzir este risco e auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora o volume das contas a receber de clientes, solicita garantias e realiza diversas ações de cobrança em conformidade com a regulamentação do setor elétrico, quando aplicável. Além disso, para as contrapartes de comercialização de energia, são adotados critérios específicos quanto à avaliação da sua capacidade de crédito e aprovação de limites.

(ii) Risco de crédito de instituições financeiras

Para as operações envolvendo caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e derivativos, a Companhia segue as disposições da sua Política de Risco de Crédito que tem como objetivo a mitigação do risco através da diversificação junto às instituições financeiras que possuam boa qualidade de crédito (*rating*). É realizado o acompanhamento da exposição com cada contraparte, sua qualidade de crédito e seus *ratings* de longo prazo publicados pelas agências de *rating*. O quadro a seguir apresenta os *ratings* de longo prazo em escala nacional publicados pelas agências Moody's, S&P ou Fitch para as principais instituições financeiras com as quais a Companhia mantinha operações em aberto em 31 de dezembro de 2024.

Ratings de longo prazo em escala nacional	Moody's	S&P	Fitch
Banco do Brasil	AAA	AAA	AAA
Banco do Nordeste	AA	AAA	AAA
Banco Pine	A	A	-
Bank of America (1)	A1	A-	AA-
BNDES	AAA	AAA	-
BNP Paribas	-	AAA	AAA
Bradesco	AAA	AAA	AAA
BRB Banco de Brasília	A	A+	BBB+
Caixa Econômica Federal	AAA	AAA	AAA
Citibank	-	AAA	AAA
Goldman Sachs	-	-	AAA
HSBC	-	AAA	-
Itaú	AAA	-	AAA
JP Morgan	-	AAA	-
Mitsubishi UFJ	-	AAA	-
Morgan Stanley	-	AAA	-
Safra	AAA	AAA	-
Santander	AAA	AAA	-
Scotiabank	AAA	-	-
Sumitomo Mitsui	-	AAA	AAA
Votorantim	AA+	AAA	AAA

(1) Bank of America - BofA possui rating somente em escala global.

24.2 Gestão de riscos operacionais

a) Riscos regulatórios

Ambiente Regulatório

A Companhia está sujeita a aplicação de penalidades regulatórias caso ocorra descumprimento das obrigações inseridas nas cláusulas do contrato de concessão e nas resoluções emitidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. Os procedimentos, parâmetros e critérios para a imposição de penalidades aos agentes do setor de energia elétrica e as diretrizes gerais da fiscalização da Agência, estão previstos na Resolução Normativa nº 846/2019, podendo a multa atingir até 2% da receita operacional líquida da Companhia, a depender da infração cometida.

Equilíbrio Econômico-Financeiro das Concessões

Conforme definido na Lei nº 8.987/1995, o equilíbrio da concessão ocorre quando atendidas as condições previstas no contrato de concessão. No contrato foram estabelecidos os mecanismos de alteração das tarifas, que são o reajuste tarifário anual, a revisão tarifária periódica e a revisão tarifária extraordinária.

Para preservar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão, a ANEEL calcula e autoriza a aplicação de novas tarifas, resultantes de revisão ou de reajuste, nas condições do respectivo contrato.

Nos processos tarifários, são apurados pela ANEEL os valores das CVA's (Conta de compensação de variação de valores de itens da Parcela A) que cobrem a parte econômica das diferenças de preços da Parcela A (energia, transporte e encargos setoriais), frente a cobertura tarifária estabelecida pela ANEEL no processo tarifário anterior.

Havendo possibilidade de desequilíbrio, está previsto também no contrato de concessão o direito à uma RTE (Revisão Tarifária Extraordinária). Porém, o reconhecimento de algum desequilíbrio e a realização da RTE depende do atendimento a uma série de requisitos previstos no PRORET (Procedimentos de Regulação Tarifária).

O serviço de distribuição é regulado pelo modelo de *Price Cap* (caracterizado pela regulação por incentivo) baseado em regras econômicas (custos operacionais eficientes, remuneração adequada, entre outras) definidas na revisão tarifária e atualizadas nos reajustes tarifários cuja finalidade é reproduzir no desempenho das empresas reguladas os resultados que seriam obtidos em mercados competitivos, onde se destaca eficiência na prestação e na gestão do serviço. Dessa forma, tais riscos relacionados à eficiência na prestação e na gestão do serviço são assumidos pelas distribuidoras. Adicionalmente, as variações de mercado também são riscos das distribuidoras.

A ANEEL, no exercício de suas funções, possui poder discricionário na definição e aferição dos parâmetros que são utilizados para a definição das tarifas, tais como: níveis regulatórios dos custos operacionais, taxa de remuneração do capital (WACC), Fator X, Base de Remuneração, Índice de Perdas, Indicadores de Qualidade e Eficiência do fornecimento, dentre outros. Esses parâmetros podem ter suas metodologias revistas ou serem definidos em patamares desfavoráveis para a Companhia, afetando negativamente as receitas originalmente previstas.

Indicadores de Sustentabilidade Econômica e Financeira

As Distribuidoras devem preservar, seja por previsão específica em seus Contratos de Concessão ou pelas disposições gerais do Anexo VIII da Resolução Normativa nº 948/2021, esta última com vigência desde 2022, as condições de Sustentabilidade Econômica e Financeira na eficiência da gestão de seus custos, endividamento, investimentos, além da responsabilidade no pagamento de tributos e na distribuição de proventos.

Tal condição é mensurada anualmente pela ANEEL por meio de indicadores baseados na Dívida Líquida regulatória, no EBITDA ajustado por parâmetros regulatórios, na quota de reintegração regulatória e no nível da taxa de juros SELIC. O descumprimento desses indicadores pode levar à regime de restrições na celebração de negócios entre partes relacionadas, limitação do pagamento de dividendos e de juros sobre o capital próprio, necessidade de aporte de capital pelos sócios controladores e, em casos de reincidência ou descumprimento de metas específicas, abertura pela ANEEL de processo administrativo punitivo voltado à aplicação da penalidade de declaração de caducidade da concessão.

Os dados econômicos e financeiros referenciados da Contabilidade Regulatória para apuração dos indicadores referentes ao ano de 2024 somente estarão disponíveis a partir de abril de 2025. Até o momento, a Companhia vem cumprindo todos os indicadores.

Indicadores de Continuidade do Fornecimento

A ANEEL acompanha a eficiência com relação à continuidade do fornecimento das concessionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica, sendo mensurado mediante a apuração, a cada ano civil, dos indicadores de continuidade coletivos DEC - Duração Equivalente de Interrupção de Origem Interna por Unidade Consumidora e FEC - Frequência Equivalente de Interrupção de Origem Interna por Unidade Consumidora. Ocorrendo descumprimento dos limites regulatórios, conforme definições da REN nº 948/2021, a ANEEL pode tornar obrigatória a apresentação de um plano de resultados, em caso de descumprimento do indicador no primeiro ano, limitar o pagamento de dividendos e de juros sobre o capital próprio, em caso de descumprimento por dois anos consecutivos ou por três anos dentro dos últimos cinco anos de apuração. Em caso de reincidência, a ANEEL pode abrir processo administrativo punitivo voltado à aplicação da penalidade de declaração de caducidade da concessão. Nos últimos cinco anos do contrato de concessão, qualquer descumprimento dos indicadores implicará na limitação de dividendos e de juros sobre o capital próprio da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, os resultados apurados em indicadores de Duração Equivalente por Cliente (DEC) e Frequência Equivalente por cliente (FEC) estão abaixo dos limites regulatórios, sendo assim a Companhia vem cumprindo os indicadores.

Postergação de Reajustes

A data do reajuste tarifário é prevista no contrato de concessão, havendo o direito da distribuidora de ter o reajuste processado na referida data. Em alguns casos de postergação de reajustes tarifários ocorridos no setor elétrico, foi reconhecido o direito econômico ao reajuste desde a data prevista. Assim, em função de decisões do governo ou da agência reguladora, há risco de postergação da data do reajuste.

Em caso de inadimplemento por parte da concessionária no recolhimento de encargos setoriais e no pagamento pela energia proveniente de Itaipu Binacional, há o risco de impedimento da aplicação das novas tarifas nos Reajustes e Revisões Tarifárias, exceto as extraordinárias, bem como de serem suspensos eventuais repasses de RGR, CDE e CCC, nos termos da Lei nº 8.631/1993.

Base de Remuneração Regulatória (BRR) e Reconhecimento de Investimentos

Os contratos de concessão estabelecem que a regulação da ANEEL deve definir a Parcela B com base em estímulos a eficiência e de forma comparativa. Assim, a metodologia de valoração da Base de Remuneração Regulatória (BRR) está baseada no reconhecimento de investimentos prudentes. Os investimentos realizados pela empresa são avaliados ao final de cada ciclo. Os investimentos prudentes integram a BRR no momento da revisão, já depreciados desde a data de imobilização.

Os riscos de reconhecimento dos investimentos da Base de Remuneração são de ordem regulatória, quanto à valoração de ativos são oriundos das imprevisibilidades do mercado, principalmente nas oscilações no valor das *commodities* (afeta mix de Indicadores apurados pela Fundação Comitê de Gestão Empresarial - FUNCOGE) que são aplicados para avaliar os equipamentos principais; alterações das premissas de valoração dos ativos durante o ciclo tarifário vigente, incluindo a atualização do Banco de Preços Referenciais; e aplicação, por parte do agente regulador, de critérios durante fiscalizações que não são preconizados pelos normativos regulatórios.

b) Risco hidrológico

A energia vendida pelo negócio de Geração Hidráulica depende das condições hidrológicas dos reservatórios, impactado por questões climáticas. A receita da venda é vinculada à garantia física, cujo volume é determinado pelo Ministério de Minas e Energia. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios dessas usinas, reduzindo a geração hidrelétrica devido a sua substituição por fontes térmicas ou à queda do consumo propiciada pela implementação de programas abrangentes de uso racional da energia elétrica.

O prolongamento da geração por meio de termelétricas pode fazer com que a Companhia necessite comprar energia no mercado de curto prazo, para fazer frente aos seus contratos de venda, a um preço de curto prazo (PLD) mais elevado. A mitigação desse risco se dá pelo MRE, que é um mecanismo financeiro de compartilhamento dos riscos hidrológicos entre as usinas participantes do Sistema Interligado Nacional - SIN.

Para reduzir a exposição a este risco de geração hidráulica, a Companhia aderiu à proposta de repactuação do risco hidrológico.

c) Seguros

A Companhia mantém coberturas de seguros, compatíveis com os riscos das atividades desenvolvidas, para salvaguardar os ativos e negócios de eventuais sinistros. A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros contratados pela Companhia estão demonstradas a seguir:

Riscos	Data da vigência	Importância segurada (R\$)
Terrorismo	31/05/2024 a 31/05/2025	506.593
Responsabilidade Civil Ambiental	31/05/2024 a 31/05/2025	36.000
Responsabilidade Civil Geral - Operações	31/05/2024 a 31/05/2025	44.000
Veículos - Executivo	31/05/2024 a 31/05/2026	100%FIPE
Risco Operacional - Subestações e Usinas	31/05/2024 a 31/05/2025	1.468.813
Responsabilidade Civil - Drones	31/05/2024 a 31/05/2025	717
Veículos - Operacional	31/05/2024 a 31/05/2026	1.000
Transporte	08/10/2024 a 08/10/2026	2.000
Transporte - Óleo	23/08/2024 a 23/08/2025	
Cibersegurança	31/05/2024 a 31/05/2025	27.513

Os seguros da Companhia são contratados conforme as respectivas políticas de gerenciamento de riscos, seguros vigentes e dada a sua natureza.

25. CLASSIFICAÇÃO E ESTIMATIVA DE VALOR JUSTO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

25.1 Classificação e mensuração dos instrumentos financeiros

A Companhia classifica os instrumentos financeiros de acordo com o seu modelo de negócio e finalidade para qual foram adquiridos. Os instrumentos financeiros estão classificados e mensurados como seguem:

	2024			2023		
	CA	VJORA	VJR	CA	VJORA	VJR
Ativos financeiros						
Caixa e equivalentes de caixa	183.542	-	561.020	415.417	-	242.046
Títulos e valores mobiliários	45	-	19.565	2.575	-	18.837
Contas a receber de clientes e outros	2.434.107	-	-	2.334.706	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	76.860	152.967	-	36.282	138.874
Ativos financeiros setoriais	735.765	-	-	904.741	-	-
Outros ativos	57.969	-	-	53.419	-	-
Total	3.411.428	76.860	733.552	3.710.858	36.282	399.757
Passivos financeiros						
Fornecedores e contas a pagar a empreiteiros	814.304	-	-	834.753	-	-
Empréstimos e financiamentos	6.967.176	-	298.765	5.151.701	-	353.347
Passivos financeiros setoriais	1.360.490	-	-	1.281.221	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	6.877	-	-	67.950	-
Passivo de arrendamento	5.770	-	-	-	-	-
Outros passivos	121.231	-	13.529	69.908	-	9.574
Total	9.268.971	6.877	312.294	7.337.583	67.950	362.921

CA – Custo Amortizado

VJORA – Valor Justo por meio dos Outros Resultados Abrangentes

VJR – Valor Justo por meio do Resultado

25.2 Estimativa do valor justo

Para a mensuração e determinação do valor justo, a Companhia utiliza vários métodos incluindo abordagens de mercado, de resultado ou de custo, de forma a estimar o valor que os participantes do mercado utilizariam para precificar o ativo ou passivo. Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo são classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir:

Nível 1 – Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;

Nível 2 – Preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos; e

Nível 3 – Ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou ilíquido.

A análise do impacto caso os resultados reais sejam diferentes da estimativa da Administração está apresentada na nota 25.6 (análise de sensibilidade).

25.3 Instrumentos financeiros reconhecidos pelo valor justo (“VJR” ou “VJORA”)

O nível de mensuração dos ativos e passivos financeiros reconhecidos pelo valor justo está demonstrado como segue:

	2023 Nível 2	2023 Nível 2
Caixa e equivalentes de caixa	561.020	242.046
Investimentos temporários	19.565	18.837
Instrumentos financeiros derivativos	229.827	175.156
Ativos financeiros	810.412	436.039
Empréstimos e financiamentos	298.765	353.347
Instrumentos financeiros derivativos	6.877	67.950
Outros passivos	69.908	9.574
Passivos financeiros	375.550	430.871

Não houve transferência de instrumentos financeiros entre os níveis de mensuração de valor justo.

25.4 Instrumentos financeiros reconhecidos pelo custo amortizado (“CA”)

Os instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado que em virtude do ciclo de longo prazo para realização, podem possuir o valor justo diferente do saldo contábil. Abaixo demonstramos o valor justo dos ativos e passivos financeiros reconhecidos a custo amortizado.

	2024 Saldo contábil	2024 Estimativa de valor justo - Nível 2	2023 Saldo contábil	2023 Estimativa de valor justo - Nível 2
Empréstimos e financiamentos	6.967.176	7.113.471	5.153.723	5.149.669

Devido ao ciclo de curto prazo, pressupõe-se que o valor justo dos saldos de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e ativos e passivos financeiros setoriais se aproximam de seu valor contábil.

25.5 Informações complementares sobre os instrumentos derivativos

A Companhia possui instrumentos financeiros derivativos com objetivo de proteção econômica e financeira contra o risco de alteração nas taxas de câmbio e de juros. Os principais instrumentos utilizados são *swaps* e *Non-Deliverable Forwards* (NDF).

Todas as operações de derivativos dos programas de *hedge* estão detalhadas em quadros a seguir, que incluem informações sobre tipo de instrumento, valor de referência, vencimento e valor justo incluindo risco de crédito.

Com o objetivo de avaliar a relação econômica entre o item protegido e o instrumento de *hedge*, a Companhia adota metodologia de teste de efetividade prospectivo através dos termos críticos do objeto e dos derivativos contratados com o intuito de concluir se há a expectativa de que mudanças nos fluxos de caixa do item objeto de *hedge* e do instrumento de *hedge* possam ser compensados mutuamente.

Programa de *hedge* dos empréstimos e financiamentos em Dólar

Com o objetivo de proteção econômica e financeira, a Companhia contrata operações de *swap* para converter para R\$ as dívidas e empréstimos denominados em US\$. Nestes *swaps*, a Companhia assume posição passiva em R\$ atrelado ao CDI e posição ativa em US\$ atrelado a taxas fixas ou flutuantes.

Os programas abaixo são classificados de acordo com os critérios contábeis de *hedge* mensurados a valor justo por meio do resultado:

Swap US\$ pós vs R\$ pós	Valor de referência		Vencimento	Valor justo	
	2024	2023		(Ano)	2024
Ativo	US\$ 19.312	US\$ 25.768	2027	118.828	124.809
Passivo	R\$ 62.484	R\$ 83.774		(60.216)	(80.595)
Líquido				58.612	44.214

Swap US\$ pré vs R\$ pós	Valor de referência		Vencimento	Valor justo	
	2024	2023		(Ano)	2024
Ativo	US\$ 30.083	US\$ 48.748	2025-2027	179.949	228.523
Passivo	R\$ 86.942	R\$ 135.563		(85.593)	(133.864)
Líquido				94.659	94.659

Os programas abaixo são classificados de acordo com os critérios contábeis de *hedge* mensurados a fluxo de caixa, portanto mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:

Swap US\$ pré vs R\$ pós	Valor de referência		Vencimento (Ano)	Valor justo	
	2024	2023		2024	2023
Ativo	US\$ 148.639	US\$ 75.497	2025-2027	905.670	359.764
Passivo	R\$ 823.251	R\$ 417.388		(837.141)	(426.228)
Líquido				(66.464)	(66.464)

Programa de *hedge* dos empréstimos e financiamentos em Euro

Com o objetivo de proteção econômica e financeira, a Companhia contrata operações de *swap* para converter para R\$ as dívidas e empréstimos denominados em EUR. Nestes *swaps*, a Companhia assume posição passiva em R\$ atrelado ao CDI e posição ativa em EUR atrelado a taxas fixas ou flutuantes.

O programa a seguir é designado para contabilidade de *hedge* e classificado como *hedge* de fluxo de caixa, portanto mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:

Swap EUR \$ pré vs R\$ pós	Valor de referência		Vencimento (Ano)	Valor justo	
	2024	2023		2024	2023
Ativo	-	-	2024	-	240.047
Passivo	-	-		-	(203.765)
Líquido				-	36.282

Programa de *hedge* para desembolsos em Dólar

Com o objetivo de reduzir a volatilidade do fluxo de caixa, a Companhia pode contratar operações via NDF para mitigar a exposição cambial originada por desembolsos denominados ou indexados ao Dólar.

O programa é designado para contabilidade de *hedge* e classificado como *hedge* de fluxo de caixa, portanto mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:

NDF Desembolso USD	Valor de referência		Vencimento (Ano)	Valor justo	
	2024	2023		2024	2023
Termo	US\$ 736	US\$ 616	2025-2027	512	(880)
Líquido				512	(880)

Programa de *hedge* para desembolsos em Euro

Com o objetivo de reduzir a volatilidade do fluxo de caixa, a Companhia pode contratar operações via NDF para mitigar a exposição cambial originada por desembolsos denominados ou indexados ao Euro.

O programa é designado para contabilidade de *hedge* e classificado como *hedge* de fluxo de caixa, portanto mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:

NDF	Valor de referência		Vencimento (Ano)	Valor justo	
	2024	2023		2024	2023
Desembolso EUR					
Termo	€ 1.236	€ 1.581	2025	941	(605)
Líquido				841	(605)

25.6 Análise sensibilidade

A análise de sensibilidade estima o valor potencial dos instrumentos financeiros e respectivas exposições objetos de proteção, em cenários probabilísticos dos principais fatores de risco de mercado aos quais estão expostos, considerando a volatilidade histórica observada e mantendo-se todas as demais variáveis constantes. A estimativa do valor potencial em risco considera o horizonte projetado para os próximos 68 dias úteis (ou 89 dias corridos) a partir de 31 de dezembro de 2024.

- **Cenário Provável:** Foram projetados os fluxos de caixa futuros na data de análise, considerando os saldos e eventuais encargos e juros, estimados com base nas taxas de câmbio e/ou taxas de juros vigentes no mercado em 31 de dezembro de 2024.

- **Cenário II:** Estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 15% nas variáveis de risco associadas em relação ao cenário provável.


- **Cenário III:** Estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 30% nas variáveis de risco associadas em relação ao cenário provável.

Para fins de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos, a Companhia entende que há necessidade de considerar os passivos objetos de proteção, com exposição à flutuação das taxas de câmbio ou índice de preços e que se encontram registrados no balanço patrimonial.

Como 100% das dívidas em moeda estrangeira estão protegidas por *swaps*, o risco de variação da taxa de câmbio é irrelevante, conforme demonstrado no quadro a seguir:

Operação	Moeda	Risco	Cotação	Exposição (Saldo/ Nocional)	Cenário Provável	Impacto Cenário (II)	Impacto Cenário (III)
Dívida em Dólar	Dólar	Alta do Dólar	6.1923	(1.217.985)	(1.235.985)	(185.398)	(370.795)
Swap Ponta Ativa em Dólar	(US\$)			1.204.447	1.222.311	183.346	366.693
Exposição Líquida				(13.538)	(13.674)	(2.052)	(4.102)

Para os desembolsos em moeda estrangeira em contratos não dívida são adotadas as estratégias de proteção a seguir, sendo apresentados na tabela os impactos relativos aos cenários reproduzidos para a variação cambial sobre o derivativo e correspondente impacto em cada cenário para o item protegido.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 
(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado em Euro)

Desta forma, observamos o efeito de eliminação e/ou redução da exposição cambial líquida através da estratégia de *hedge*:

Operação	Moeda	Risco	Cotação	Exposição (Saldo/ Nocial)	Impacto Cenário (II)	Impacto Cenário (III)
Item protegido:						
parte de desembolsos em USD NDF	Dólar (US\$)	Alta do Dólar	6,1923	(4.740)	655	1.311
				4.740	(655)	(1.311)
Exposição Líquida				-	-	-
Item protegido:						
parte de desembolsos em EUR NDF	Euro (€)	Alta do Euro	6,4363	(8. 209)	1. 175	2.349
				8. 209	(1. 175)	(2.349)
Exposição Líquida				-	-	-

A tabela abaixo demonstra a perda (ganho) devido a variação das taxas de juros que poderá ser reconhecida no resultado a Companhia no exercício seguinte, caso ocorra um dos cenários apresentados abaixo:

Operação	Indexador	Risco	Taxa no período	Exposição (Saldo/ Nocial)	Cenário Provável	Impacto Cenário (II)	Impacto Cenário (III)
ATIVOS FINANCEIROS							
Aplicações financeiras em CDI	CDI	Queda do CDI	12,15%	695.355	84.706	(12.706)	(25.412)
PASSIVOS FINANCEIROS							
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures							
Dívidas em CDI Swaps Dólar x CDI (Ponta Passiva)	CDI	Alta do CDI	12,15%	(4.257.780)	(664.033)	(99.605)	(199.210)
Dívida em IPCA	IPCA	Alta do IPCA	4,87%	(1.828.454)	(192.186)	(14.103)	(28.206)
Dívida em SOFR Swap Ponta Ativa em SOFR	SOFR	Alta da SOFR 6M	4,49%	(118.828)	(6.441)	(736)	(1.472)
	SOFR	Alta da SOFR 6M	4,49%	118.828	6.441	736	1.472

26. COMPROMISSOS

Os compromissos relacionados a contratos de longo prazo com a compra de energia são como segue:

	Compra de Energia (1)	Construção de Infraestrutura
2026	3.242.233	1.003.867
2027	3.497.538	1.096.518
2028	3.735.009	1.132.157
2029	3.955.315	1.168.661
2030	4.244.094	1.202.591
Entre 2031 e 2035	25.142.338	6.718.207

- (1) Os valores relativos aos contratos de compra de energia, cuja vigência varia de 1 a 30 anos, representam o volume total contratado e foram homologados pela ANEEL, que atendem os compromissos impostos pela legislação.

27. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS E BENEFÍCIO PÓS-EMPREGO

Como parte de sua estratégia de remuneração a Companhia concede a seus empregados benefícios de curto e de longo prazo, além dos salários, férias e outros benefícios legais, bem como os respectivos encargos trabalhistas incidentes sobre estes benefícios.

Os benefícios de curto e longo prazo – pós-emprego compreendem: (i) plano de previdência complementar (“Plano de pensão - Benefício Definido”) e (ii) plano de previdência complementar (“Plano de pensão - Contribuição Definida”).

Demonstramos a seguir os valores reconhecidos no balanço patrimonial:

	2024	2023
Obrigações trabalhistas e PLR	140.268	132.919
Benefícios pós-emprego	70.978	122.692
	211.246	255.611
Passivo circulante	151.546	139.316
Passivo não circulante	59.700	116.295

27.1 Benefícios pós-emprego

A Companhia contribui, como patrocinadora, para planos de aposentadoria que fornecem aos seus colaboradores benefícios em eventos de aposentadoria, morte e invalidez. A Companhia possui planos no formato de benefício definido e contribuição definida. Os planos de benefícios estão abertos para novas adesões.

O plano estruturado na modalidade de contribuição definida não incorre no risco de desequilíbrio atuarial, dado que o valor é permanentemente ajustado de acordo com os recursos mantidos em favor do participante (modelo de poupança individual).


A gestão do plano de benefício é realizada por gestores externos à Administração da Companhia (“Curadores”). Os Curadores dos planos são responsáveis pela governança e possuem a obrigação legal de agir exclusivamente no melhor interesse dos beneficiários do plano. Os Curadores têm as seguintes funções: (i) administração dos planos e pagamento aos beneficiários dos ativos do plano, quando exigido de acordo com as regras do plano; (ii) gestão e investimento dos ativos do plano; e (iii) conformidade com outros regulamentos, quando aplicável. Os Curadores dos planos da Companhia são entidades fechadas de previdência complementar ou seguridade social, sem fins lucrativos e com autonomia administrativa e financeira.

Abaixo segue a relação dos Curadores e outras informações dos planos:

	Quantidade Beneficiários Ativos	Quantidade Beneficiários Assistidos	Situação	2024 Condição financeira
Planos de benefício definido				
Vivest - PSAP/Elektro	3.040	1.804	Aberto	Deficitário
Planos de contribuição definida				
Néos - Plano CD Néos	1.198	-	Aberto	N/A
Total	4.238	1.804		

Conforme exposto acima, em 31 de dezembro de 2024, o passivo atuarial da Companhia passou a incluir um contrato de obrigação financeira para reequilíbrio atuarial do plano, informados abaixo. Este contrato gera uma obrigação extraordinária para a Companhia, atualizado pelo mesmo índice inflacionário aplicado no respectivo mês para atualização do plano, acrescido da taxa de juros anual utilizada na última avaliação atuarial realizada para definição do valor a ser equacionado, com amortização mensal. Anualmente o Valor Principal da Dívida poderá ser revisto em decorrência de eventual Equilíbrio Técnico Ajustado (o “ETA”) positivo apurado nas reavaliações atuariais.

	2024	2023	Vencimento
Planos de benefícios definido			
Vivest - PSAP/Elektro	71	-	Maio/2039
Total	71	-	

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 
(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

a) Movimentação dos ativos e passivos dos planos

	Benefício definido			
	Obrigações atuariais	Valor justo dos ativos	Efeito do teto	Ativo (passivo) líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(1.957.423)	1.834.732	-	(122.691)
Efeitos dos juros	(161.684)	157.576	(4.216)	(8.324)
Contribuições pagas pelos participantes	(4.531)	4.531	-	-
Contribuições pagas pelo patrocinador	-	8.783	-	8.783
Benefícios pagos pelo plano	137.272	(137.272)	-	-
Redimensionamento	416.323	(9.490)	(355.360)	51.473
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(1.570.043)	1.858.860	(359.576)	(70.759)
Planos deficitários	(1.570.043)	1.858.860	(359.576)	(70.759)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(1.833.851)	1.814.032	-	(19.819)
Custo do serviço	(2.490)	-	-	(2.490)
Efeitos dos juros	(166.290)	156.185	-	(10.105)
Contribuições pagas pelos participantes	(4.772)	4.772	-	-
Contribuições pagas pelo patrocinador	-	4.072	-	4.072
Benefícios pagos pelo plano	146.817	(146.817)	-	-
Redimensionamento	(96.837)	2.488	-	(94.349)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(1.957.423)	1.834.732	-	(122.691)
Planos deficitários	(1.957.423)	1.834.732	-	(122.691)

b) Valores reconhecidos no resultado do exercício

	Benefício definido	
	2024	2023
Custo do serviço	3.818	1.582
Despesa com juros de passivos	(165.900)	(166.290)
Receita com juros de ativos	157.576	156.185
Total	(4.506)	(8.523)

Alocação dos custos do serviço:

Resultado do exercício	3.818	1.582
------------------------	-------	-------

c) Valores reconhecidos nos outros resultados abrangentes

	Benefício definido	
	2024	2023
Saldo no início do exercício	(68.471)	(6.201)
Redimensionamento:		
Mudança nas premissas	416.323	(96.837)
Retorno sobre ativos do plano (exclui receita de juros)	(9.490)	2.488
Efeito bruto	(94.349)	(94.349)
Tributos sobre o lucro	32.079	32.079
Efeito líquido em outros resultados abrangentes	(62.270)	(62.270)
Saldo no final do exercício	(68.471)	(68.471)

d) Valores reconhecidos no balanço patrimonial

	Benefício definido	
	2024	2023
Valor presente das obrigações atuariais	(1.570.043)	(1.957.423)
Valor justo dos ativos	1.858.860	1.834.732
Efeito do limite do ativo (teto)	(359.576)	-
Total passivo líquido	(70.759)	(122.691)
Passivo circulante	(11,278)	(6.396)
Passivo não circulante	(59.481)	(116.295)

e) Outras informações dos planos de benefício definido

(i) Ativos dos planos por categoria

	2024			2023		
	Preços cotados em mercado ativo	Preços não cotados em mercado ativo	Valor justo total	Preços cotados em mercado ativo	Preços não cotados em mercado ativo	Valor justo total
Investimento direto:						
Fundo de investimento imobiliário	-	53.619	53.619	-	48.786	48.786
Outros	-	29.495	29.495	-	34.093	34.093
Investimento através de fundos:						
Fundo de investimento – Ações/ Quotas	188.695	-	188.695	192.729	-	192.729
Fundo de investimento – Multimercado	1.567.469	-	1.567.469	1.547.321	-	1.547.321
Fundo de investimento – Renda fixa	1.429	-	1.429	1.423	-	1.423
Fundo de investimento – Imobiliário	18.153	-	18.153	10.380	-	10.380
Total	1.775.746	83.114	1.858.860	1.751.853	82.879	1.834.732

(ii) Expectativa de pagamentos futuros

As expectativas de pagamentos de benefícios que refletem serviços futuros pelo plano são as seguintes:

	Benefício definido	
	2024	2023
2025	143.960	142.886
2026	142.886	142.102
2027	142.102	140.938
2028	140.938	139.752
2029	139.752	687.688
Entre 2030 e 2034	687.688	649.307
Entre 2035 e 2039	649.307	1.976.061
2040 em diante	1.976.061	
Total	4.022.694	

Para fins de capitalização do plano, a Companhia espera desembolsar R\$ 9.068 no exercício de 2025.


(iii) Análise de sensibilidade e hipóteses atuariais/econômicas

Para a análise de sensibilidade, a Companhia considera o efeito de alteração na taxa nominal de desconto no valor presente da obrigação atuarial da Companhia, conforme apresentado abaixo:

	Benefício definido	
	2024	2023
Taxa nominal de desconto - Redução de 0,5%		
Valor presente da obrigação atuarial	1.639.475	2.064.887
Impacto % no valor presente da obrigação atuarial	4,41%	5,49%
Impacto no <i>duration</i> da obrigação atuarial	9,63	11,41
Taxa nominal de desconto - Aumento de 0,5%		
Valor presente da obrigação atuarial	1.506.271	1.859.449
Impacto % no valor presente da obrigação atuarial	(4,08)%	-5,01%
Impacto no <i>duration</i> da obrigação atuarial	9,03	10,65

Em 03 de dezembro de 2024 houve a aprovação pelo órgão regulador (PREVIC) do processo de transferência de gerenciamento do Plano PSAP/Elektro da Vivest para a Néos. O plano PSAP/Elektro administrado pela Vivest passará a ser administrado pela Néos a partir da data efetiva de transferência, prevista para ocorrer em 31/12/2025, sem qualquer tipo de interrupção ou prejuízo para os seus participantes.

As hipóteses atuariais e econômicas adotadas foram formuladas considerando-se o longo prazo previsto para sua maturação, devendo, por isso, serem analisadas sob essa ótica. No curto prazo elas podem não ser necessariamente realizadas. Nas avaliações foram adotadas as seguintes hipóteses econômicas:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 
(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

	Benefício definido	
	2024	2023
Taxa média nominal de desconto	8,62%	8,62%
Taxa média nominal de crescimento do custo salarial	4,42%	4,42%
Taxa real de inflação dos custos médicos	N/A	N/A
Taxa média de inflação estimada no longo prazo	3,25%	3,25%
<i>Duration</i> (em anos)	11,02	11,02
Tábua de mortalidade	AT-2000 masculina, suavizada em 10%	AT-2000 masculina, suavizada em 10%
Tábua de entrada em invalidez	Mercer Disability Masculina, suavizada em 50%	Mercer Disability Masculina, suavizada em 50%
Tábua de mortalidade de inválidos	AT-1949 Masculina, agravada em 10%	AT-1949 Masculina, agravada em 10%
Composição familiar	Ativos e BPD: ExpCF_2014 Assistidos: Família Real	Ativos e BPD: ExpCF_2014 Assistidos: Família Real

(iv) Principais riscos relacionados aos planos de benefícios definidos

Risco geral - O retorno dos ativos do fundo não sendo suficiente para cobrir o aumento no passivo e nos pagamentos de benefícios ao longo dos anos, a Companhia será requerida a financiar o *déficit* com contribuições extraordinárias, a menos que o fundo tenha patrimônio suficiente.

Mudanças na taxa de desconto - A taxa de juros que é usada para calcular a obrigação de benefício definido (de acordo com o IFRS) depende do valor dos rendimentos dos títulos governamentais (ou títulos corporativos da Companhia) na data de relatório. Uma diminuição nos rendimentos aumenta a obrigação de benefício que é, em parte, mitigada pelo ajuste a mercado que aumenta o valor dos investimentos em renda fixa.

Investimentos e volatilidade - O conselho de Curadores aceita anualmente um Plano de Investimento, que se baseia em uma análise externa dos ativos e passivos do plano (ALM). Os ativos estão alocados em ações e fundos de investimentos, instrumentos de renda fixa e imóveis. Os investimentos são diversificados em diferentes classes de ativos e para diferentes gestores de ativos tendo em conta a política de alocação de investimentos dos planos e os limites autorizados pela autoridade brasileira de supervisão de fundos de previdência complementar (PREVIC).

Hipóteses atuariais e econômicas - Os cálculos atuariais envolvem projeções futuras acerca de alguns parâmetros, tais como: salários, taxa de juros, inflação, mortalidade e invalidez. O resultado real diferente dessas premissas levará a um aumento/redução no valor presente das obrigações do plano.

28. RECONCILIAÇÃO DAS TAXAS EFETIVAS E NOMINAIS DA PROVISÃO PARA O IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A reconciliação das taxas efetivas e nominais, utilizadas para cálculo das provisões para o imposto de renda e a contribuição social é demonstrada a seguir:

	2024	2023
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	911.079	1.087.894
Imposto de renda e contribuição social calculados (25% e 9%)	(309.767)	(369.884)
Efeitos fiscais sobre:		
Contribuições e doações	(378)	-
Multas Indedutíveis	(257)	(1.117)
Depreciação veículos executivos	(218)	(227)
P&D	3.950	4.062
Juros sobre o capital próprio	34.250	65.232
Incentivos fiscais	9.090	8.832
Outros	(7.388)	(534)
Imposto de renda e contribuição social no resultado	(270.318)	(293.636)
Alíquota efetiva	30%	27%

29. REVISÃO TARIFÁRIA

29.1 Revisão Tarifária Periódica – RTP 2024

A diretoria da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) homologou em 27 de agosto de 2024, o Reajuste Tarifário Anual da Elektro Redes S.A – NEOENERGIA ELEKTRO, com vigência a partir de 27 de agosto de 2024, conforme a Resolução Homologatória ANEEL nº 3.377/2024. O reajuste tarifário da Companhia trouxe um efeito médio para os consumidores de -5,64%, sendo que para os consumidores da alta tensão, o reajuste ficou em -5,72%, enquanto para os da baixa tensão, ficou em -5,60%.

A variação da Parcela A foi de -4,87%, totalizando R\$ 6.628 milhões, impactada pelas reduções de -12,73% nos encargos setoriais, -11,54% nos custos de transmissão e pelo aumento de 4,88% nos custos com compra de energia. O preço médio de repasse dos contratos de compra de energia foi definido em R\$ 240,99/MWh. Já a variação da Parcela B foi de 0,69%, totalizando R\$ 2.977 milhões, reflexo da inflação acumulada (IGP-M) desde o último reajuste, de 3,82%, deduzida do Fator X, de 3,13%.

29.2 Composição da Base de Remuneração Regulatória

Para a avaliação dos ativos das concessionárias vinculados à concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica, visando à definição da base de remuneração no Ciclo de Revisão Tarifária Periódica - CRTP vigente, devem ser observadas as seguintes diretrizes:

(a) A base de remuneração aprovada no CRTP anterior deve ser “blindada”. Entende-se como base blindada os valores aprovados por laudo de avaliação ajustados, incluindo as movimentações ocorridas (adições, baixas, depreciação) e as respectivas atualizações;

(b) As inclusões entre as datas-bases do CRTP vigente e anterior, desde que ainda em operação, compõem a Base Incremental e são avaliadas no processo de revisão tarifária do CRTP vigente;

(c) Os valores finais da avaliação são obtidos somando-se os valores atualizados da base de remuneração blindada (item a) com os valores das inclusões ocorridas entre as datas-bases da revisão tarifária anterior e da atual – base incremental (item b);

(d) Considera-se como data-base do laudo de avaliação o último dia do sexto mês anterior ao mês da revisão tarifária do CRTP vigente; e

(e) A base de remuneração deverá ser atualizada pela variação do IPCA, entre a data-base do laudo de avaliação e a data da revisão tarifária.

Os ativos vinculados à concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica somente são elegíveis a compor a Base de Remuneração Regulatória quando efetivamente utilizados no serviço público de distribuição de energia elétrica. São desconsiderados da base de remuneração aqueles ativos que compõe a Base de Anuidade Regulatória – BAR.

A tabela a seguir resume o cálculo da Base de Remuneração Regulatória, bem como o resultado do cálculo da remuneração do capital e quota de reintegração:

Descrição	Valores (*)
(1) Ativo Imobilizado em Serviço (Valor Novo de Reposição)	15.846.765
(2) Índice de Aproveitamento Integral	121.408
(3) Obrigações Especiais Bruta	1.780.112
(4) Bens Totalmente Depreciados	4.489.549
(5) Base de Remuneração Bruta = (1)-(2)-(3)-(4)	9.455.696
(6) Depreciação Acumulada	8.673.138
(7) AIS Líquido (Valor de Mercado em Uso)	7.173.627
(8) Índice de Aproveitamento Depreciado	76.827
(9) Base de Remuneração Líquida Total = (1)-(6)-(8)	7.096.800
(10) Almojarifado em Operação	44.762
(11) Ativo Diferido	-
(12) Obrigações Especiais Líquida	965.249
(13) Terrenos e Servidões	344.987
(14) Base de Remuneração Líquida Total = (1)-(6)-(8)+(10)+(11)-(12)+(13)	6.521.300
(15) Base de Remuneração Ativos Concessionária	6.521.300
(16) WACC	11,25%
(17) Remuneração Ativos Concessionária	733.666
(18) Base Obrigações Especiais	1.780.112
(19) Taxa de Remuneração das Obrigações Especiais	1,78%
(20) Remuneração de Obrigações Especiais	31.672
(21) Remuneração do Capital = (17)+(20)	765.338
(22) Taxa de Depreciação	4,34%
(23) Quota de Reintegração Regulatória = (5)*(22)	410.377

29.3 Custo Anual das Instalações Móveis e Imóveis - CAIMI

O Custo Anual das Instalações Móveis e Imóveis, também denominado Anuidades, refere-se aos investimentos de curto período de recuperação, tais como os realizados em hardware, software, veículos, e em toda a infraestrutura de edifícios de uso administrativo.

Os ativos que compõem a Base de Anuidade Regulatória (BAR) não são considerados no Ativo Imobilizado em Serviço (AIS) que comporá a base de remuneração. Esses ativos são determinados como uma relação do AIS.


A tabela a seguir resume os valores relativos ao CAIMI:

Descrição	Valores (*)
(1) Base de Anuidade Regulatória (BAR)	919.745
(2) Base de Anuidade - Infraestrutura de imóveis e móveis administrativos (BARA)	413.885
(3) Base de Anuidade - Veículos (BARV)	110.369
(4) Base de Anuidade - Sistemas de Informática (BARI)	395.490
(5) Anuidade - Infraestrutura de imóveis e móveis administrativos (CAL)	44.507
(6) Anuidade - Veículos (CAV)	21.975
(7) Anuidade - Sistemas de Informática (CAI)	96.868
(8) CAIMI = (5)+(6)+(7)	163.350

(Pág. 12 da Nota Técnica no 87/2023-STR/ANEEL, de 18/08/2023).

29.4 Resumo da Revisão Tarifária


Aplicando-se as metodologias definidas no Módulo 3 do PRORET, que trata do reajuste tarifário das concessionárias de distribuição de energia elétrica, o reajuste tarifário da Outorgada é sintetizado na tabela a seguir, onde são apresentados todos os itens da receita requerida da concessionária, os componentes financeiros e a receita verificada. A tabela apresenta também o quanto cada item de receita contribui para o reposicionamento tarifário apresentado.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 
(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

Descrição	Receita Último IRT (R\$ mil)	Receita Verificada (R\$ mil)	Reajuste (R\$ Mil)	Var Projetado (%)	Impacto no Reajuste Tarifário (%)	Part. Receita (%)
1. PARCELA A (1.1 + 1.2 + 1.3)	6.617.069	6.966.801	6.627.745	-4,87%	-3,42%	69,01%
1.1. Encargos Setoriais	2.117.780	2.290.946	1.999.314	-12,73%	-2,94%	20,82%
TFSEE	12.652	13.612	14.405	5,82%	0,01%	0,15%
CDE	1.593.028	1.726.320	1.514.699	-12,26%	-2,13%	15,77%
PROINFA	210.352	227.588	186.503	-18,05%	-0,41%	1,94%
P&D (Eficiência Energética)	78.045	84.600	82.318	-2,70%	-0,02%	0,86%
NOS	290	313	290	-7,35%	0,00%	0,00%
ESS	223.415	238.513	201.100	-15,69%	-0,38%	2,09%
1.2. Transmissão	1.672.077	1.677.745	1.484.050	-11,54%	-1,95%	15,45%
Rede Básica	759.394	763.476	713.115	-6,60%	-0,51%	7,42%
Rede Básica Fronteira	628.504	635.188	537.079	-15,45%	-0,99%	5,59%
Itaipu	144.491	139.023	106.726	-23,23%	-0,33%	1,11%
Conexão	92.949	92.949	76.822	-17,35%	-0,16%	0,80%
CUSD	38.122	38.493	41.663	8,24%	0,03%	0,43%
Outros	8.616	8.616	8.646	0,34%	0,00%	0,09%
1.3. Compra de Energia	2.827.212	2.998.111	3.144.380	4,88%	1,47%	32,74%
CCEAR Existente	53.928	57.188	87.581	53,14%	0,31%	0,91%
CCCEAR Nova	1.443.588	1.530.850	1.634.208	6,75%	1,04%	17,01%
Contratos Bilaterais	-	-	-	0,00%	0,00%	0,00%
Itaipu/Outros	1.329.695	1.410.072	1.422.592	0,89%	0,13%	14,81%
2. PARCELA B (2.1 + 2.2 + 2.3 + 2.4 + 2.5)	2.599.170	2.956.349	2.976.817	0,69%	0,21%	30,99%
2.1. Custos Operacionais + Anuidades	1.434.558	1.631.696	1.642.992	-	-	-
2.2. Remuneração	776.469	883.171	889.286	-	-	-
2.3. Depreciação	416.346	473.560	476.839	-	-	-
2.4. Receitas Irrecuperáveis	68.240	77.618	78.155	-	-	-
2.5. Outras Receitas	(96.442)	(109.696)	(110.455)	-	-	-
3. Reposicionamento Econômico	3,24%		-3,21%			
4. Componentes Financeiros	3,13%		0,78%			
5. Reposicionamento com Financeiros	6,36%		-2,43%			
6. Financeiros Retirados do IRT anterior	0,81%		-3,21%			
7. Efeito para Consumidor	7,17%		-5,64%			


30. CONCILIAÇÃO DO BALANÇO PATRIMONIAL REGULATÓRIO E SOCIETÁRIO

Para fins estatutários, a Companhia seguiu as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS Accounting Standards emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), para a contabilização e elaboração das Demonstrações Financeiras Societárias, sendo que para fins regulatórios, a Companhia seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador e apresentada no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 605, de 11 de março de 2014. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil, as IFRS Accounting Standards e as regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas regulatórias com as informações contábeis apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS Accounting Standards.


NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 
(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

30.1 Conciliação do balanço regulatório e societário

	Ref,	2024			2023		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Ativos							
Ativo circulante		4.117.260	(723.046)	3.394.214	4.009.972	(877.568)	3.132.404
Caixa e equivalentes de caixa		744.562	-	744.562	657.463	-	657.463
Consumidores	(a)/(b)	1.089.846	117.520	1.207.366	1.098.157	96.906	1.195.063
Concessionárias e permissionárias		1.048.515	(7)	1.048.508	958.625	(7)	958.618
Serviços em curso	(b)	208.895	(180.157)	28.738	215.418	(186.344)	29.074
Tributos sobre o lucro a recuperar	(b)	-	3.582	3.582	-	2.253	2.253
Tributos compensáveis	(b)	67,512	(3.582)	63.930	58.653	(2.254)	56.399
Depósitos judiciais e cauções		-	-	-	-	-	-
Almoxarifado operacional		13.326	-	13.326	12.864	-	12.864
Investimentos temporários		19.580	-	19.580	21.385	-	21.385
Ativos financeiros setoriais	(c)	541.074	(541.074)	-	672.736	(672.736)	-
Despesas pagas antecipadamente		61.690	-	61.690	50.149	-	50.149
Instrumentos financeiros derivativos		127.646	-	127.646	87.000	-	87.000
Outros ativos circulantes	(a)/(b)	194.614	(119.328)	75.286	177.522	(115.386)	62.136
Ativo não circulante		9.436.196	(819.528)	8.616.668	9.240.554	(1.511.363)	7.729.191
Consumidores	(a)/(b)	15.393	-	15.393	13.407	16.567	29.974
Concessionárias e permissionárias		17.966	-	17.966	17.966	-	17.966
Tributos compensáveis		92.349	-	92.349	90.110	-	90.110
Depósitos judiciais e cauções		35.345	-	35.345	42.212	-	42.212
Investimentos temporários		30	-	30	27	-	27
Tributos diferidos	(d)	-	-	-	214.481	(214.481)	-
Ativos financeiros setoriais	(c)	194.691	(194.691)	-	232.005	(232.005)	-
Instrumentos financeiros derivativos		102.181	-	102.181	88.156	-	88.156
Bens e atividades não vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica		4.228	(4.228)	-	4.228	(4.228)	-
Concessão de serviço - Ativo Financeiro da Concessão	(e)	-	6.304.123	6.304.123	-	5.307.946	5.307.946
Concessão do serviço público (ativo contratual)	(f)	-	627.036	627.036	-	582.666	582.666
Outros ativos não circulantes	(a)/(b)	36.170	4.240	40.410	36.013	4.241	40.254
Direito de uso	(g)	4.949	38.076	43.025	-	21.973	21.973
Imobilizado	(e)/(f)/(h)	8.497.535	(8.497.535)	-	8.064.384	(8.064.384)	-
Intangível	(f)	435.539	903.451	1.338.810	437.565	1.070.342	1.507.907
Total do ativo		13.553.456	(1.542.574)	12.010.882	13.250.256	(2.388.931)	10.861.595

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 
(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

	Ref.	2024			2023		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Passivo							
Passivo circulante		4.248.265	(712.495)	3.535.770	3.477.824	(849.613)	2.244.436
Fornecedores		814.304	-	814.304	834.753	-	754.649
Empréstimos, financiamentos e debêntures		1.361.749	-	1.361.749	913.619	-	753.977
Passivo de arrendamento	(g)	4.828	8.736	13.564	-	9.467	8.809
Obrigações sociais e trabalhistas		140.268	-	140.268	132.919	-	114.681
Benefício pós-emprego		11,278	-	11,278	6.397	-	5.063
Tributos		242.913	-	242.913	227.940	-	223.832
Provisão para litígios		35.998	-	35.998	28.000	-	40.161
Dividendos declarados e juros sobre capital próprio		17.849	-	17.849	76.653	-	41.917
Encargos setoriais	(b)	212.394	(180.157)	32.237	276.573	(186.344)	55.308
Passivos financeiros setoriais	(c)	1.127.084	(541.074)	586.010	838.823	(672.736)	33.570
Instrumentos financeiros derivativos		6.877	-	6.877	14.559	-	16.372
Ressarcimento à consumidores – Tributos federais		-	-	-	-	-	70.239
Outros passivos circulantes		272.723	-	272.723	127.588	-	125.858
Passivo não circulante		7.494.662	(1.032.824)	6.461.838	6.701.879	(1.467.039)	5.234.840
Empréstimos, financiamentos e debêntures		5.904.192	-	5.904.192	4.591.429	-	4.591.429
Passivo de arrendamento	(g)	942	34.813	35.755	-	17.681	17.681
Benefício pós-emprego		59.700	-	59.700	116.295	-	116.295
Tributos		2.118	-	2.118	2.118	-	2.118
Provisão para litígios		150.638	-	150.638	142.116	-	142.116
Encargos setoriais		39.785	-	39.785	664	-	664
Tributos diferidos	(d)	79.740	101.849	181.589	307.367	(251.127)	56.240
Passivos financeiros setoriais	(c)	233.406	(194.691)	38.715	442.398	(232.005)	210.393
Instrumentos financeiros derivativos		-	-	-	53.391	-	53.391
Ressarcimento à consumidores – Tributos federais		12.074	-	12.074	11.274	-	11.274
Outros passivos não circulantes		37.272	-	37.272	33.239	-	33.239
Obrigações vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica	(b)/(f)	974.795	(974.795)	-	1.001.588	(1.001.588)	-
Total do passivo		11.742.927	(1.745.319)	9.997.608	10.179.703	(2.316.652)	7.863.051
Patrimônio líquido							
Capital social		952.492	-	952.492	952.492	-	952.492
Reservas de capital		765.882	-	765.882	765.882	-	765.882
Outros resultados abrangentes	(d)/(h)	846.430	(898.602)	(52.172)	913.062	(993.954)	(80.892)
Reservas de lucros		171.421	-	171.421	441.797	-	441.797
Lucros ou Prejuízos Acumulados	(i)	(1.101.347)	1.101.347	-	(921.675)	921.675	-
Proposta para distribuição de dividendos adicionais		175.651	-	175.651	919.265	-	919.265
Total do patrimônio líquido		1.810.529	202.745	2.013.274	3.070.823	(72.279)	2.998.544
Total do passivo e do patrimônio líquido		13.553.456	(1.542.574)	12.010.882	13.250.526	(2.388.931)	10.861.595

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 
(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

30.2 Conciliação das demonstrações do resultado regulatória e societária

Nota	2024			2023		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Operações em Continuidade						
Receita / Ingresso	12.467.113	1.498.091	13.965.204	11.850.284	1.246.121	13.096.405
Fornecimento de energia elétrica	(a)/(b) 4.635.571	(3.255)	4.632.316	4.367.238	(2.292)	4.364.946
Suprimento de energia elétrica	96.294	-	96.294	104.608	-	104.608
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição	(a)/(b) 7.092.987	(15)	7.092.982	6.591.449	516	6.591.965
Ativos e Passivos Financeiros Setoriais	(327.335)	-	(327.335)	3.544	-	3.544
Serviços cobráveis	(a)/(b) 3.399	2.129	5.528	3.076	1.791	4.867
Doações, contribuições e subvenções vinculadas ao serviço concedido	966.197	-	966.197	949.805	-	949.805
Outras receitas vinculadas	(b)/(e) -	483.419	483.419	-	376.858	376.858
Receita de Construção	(i) -	1.015.813	1.015.813	-	869.248	869.248
Tributos	(2.913.918)	-	(2.913.918)	(2.662.720)	-	(2.662.720)
ICMS	(1.952.334)	-	(1.952.334)	(1.733.492)	-	(1.733.492)
PIS-PASEP	(171.336)	-	(171.336)	(165.627)	-	(165.627)
Cofins	(789.262)	-	(789.262)	(762.889)	-	(762.889)
ISS	(886)	-	(886)	(712)	-	(712)
Encargos - Parcela "A"	(1.723.350)	-	(1.723.350)	(1.730.541)	-	(1.730.541)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(36.356)	-	(36.356)	(37.541)	-	(37.541)
Conta de Desenvolvimento Econômico - CDE	(1.547.705)	-	(1.547.705)	(1.552.187)	-	(1.552.187)
Programa de Eficiência Energética - PEE	(39.536)	-	(39.536)	(37.541)	-	(37.541)
Taxa de fiscalização	(13.382)	-	(13.382)	(11.999)	-	(11.999)
Outros encargos	(83.551)	-	(83.551)	(91.273)	-	(91.273)
Receita líquida / Ingresso líquido	7.829.845	1.498.091	9.327.936	7.457.023	1.246.121	8.703.144
Custos Não Gerenciáveis - Parcela "A"	(4.946.553)	-	(4.946.553)	(4.587.799)	-	(4.587.799)
Energia elétrica comprada para revenda	(3.113.175)	-	(3.113.175)	(2.761.477)	-	(2.761.477)
Encargo de uso do sistema de transmissão e distribuição	(1.833.378)	-	(1.833.378)	(1.826.322)	-	(1.826.322)
Resultado Antes dos Custos Gerenciáveis	2.883.292	1.498.091	4.381.383	2.869.224	1.246.121	4.115.345
Custos Gerenciáveis - Parcela "B"	(1.345.533)	(1.011.541)	(2.357.074)	(1.222.588)	(907.984)	(2.130.572)
Pessoal e administradores	(470.953)	-	(470.953)	(444.201)	-	(444.201)
Entidade de previdência privada	3.602	-	3.602	1.582	-	1.582
Material	(69.051)	-	(69.051)	(67.405)	-	(67.405)
Serviços de terceiros	(236.548)	-	(236.548)	(212.778)	-	(212.778)
Arrendamento e aluguéis	(g) (11.521)	11.251	(270)	(17.311)	16.877	(434)
Seguros	(4.487)	-	(4.487)	(4.886)	-	(4.886)
Doações, contribuições e subvenções	(1.111)	-	(1.111)	(1.307)	-	(1.307)
Provisões	(150.618)	-	(150.618)	(135.699)	(1.851)	(137.550)
Perdas na alienação de bens e direitos	(h) (81.071)	35.657	(45.414)	(96.309)	36.554	(59.755)
(-) Recuperação de despesas	8.092	-	8.092	8.581	-	8.581
Tributos	(10.020)	-	(10.020)	(9.451)	-	(9.451)
Depreciação e amortização	(g)/(k) (477.965)	90.030	(387.935)	(392.457)	30.007	(362.450)
Gastos diversos da atividade vinculada	(a)/(b) (59.624)	65.868	6.244	(55.706)	64.368	8.662
Outras Receitas Operacionais	(b) 221.579	(204.371)	17.208	209.103	(189.035)	20.068
Outras Despesas Operacionais	(g) (5.837)	5.837	-	(4.344)	4.344	-
Custo de Construção	(i) -	(1.015.813)	(1.015.813)	-	(869.248)	(869.248)
Resultado da Atividade	1.537.759	486.550	2.024.309	1.646.636	338.137	1.984.773
Resultado Financeiro	(626.680)	(73.028)	(699.708)	(558.742)	(66.945)	(625.687)
Despesas financeiras	(1.467.945)	639.295	(828.650)	(1.261.998)	542.011	(719.987)
Receitas financeiras	841.265	(662.171)	179.094	703.256	(537.316)	165.940
Outros resultados financeiros, líquidos	-	(50.152)	(50.152)	-	(71.640)	(71.640)
Resultado Antes dos Impostos sobre os Lucros	911.079	413.552	1.324.601	1.087.894	271.192	1.359.086
Despesa com impostos sobre os lucros	(270.718)	(138.498)	(409.216)	(293.636)	(94.326)	(387.962)
Despesa com impostos sobre os lucros	(d) (270.718)	(138.498)	(409.216)	(293.636)	(94.326)	(387.962)
Resultado líquido das operações em continuidade	640.361	275.024	915.385	794.258	176.866	971.124
Resultado Líquido do Exercício	640.361	275.024	915.385	794.258	176.866	971.124

30.3 Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório

	Ref.	2024	2023
Patrimônio líquido conforme contabilidade societária		2.013.274	2.998.544
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória		(202.745)	72.279
Reavaliação regulatória compulsória	(h)	1.361.519	1.505.991
Prejuízos Acumulados	(i)	(1.101.347)	(921.675)
Tributos sobre as diferenças de práticas contábeis	(d)	(462.917)	(512.037)
Patrimônio líquido conforme contabilidade regulatória		1.810.529	3.070.823

30.4 Conciliação do lucro líquido societário e regulatório

	Ref.	2024	2023
Lucro líquido conforme contabilidade societária		915.385	971.124
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória		(275.024)	(176.866)
Atualização do ativo financeiro da concessão (ICPC 01/IFRIC 12)	(e)	(276.832)	(195.572)
Perda desativação bem ou direito - reavaliação	(h)	(35.822)	(36.553)
Depreciação/amortização	(k)	(101.057)	(44.122)
IFRS 15 / CPC 47	(a)	(108)	(1.972)
IFRS 16 / CPC 06 (R2)	(g)	297	5.176
IFRS 9 / CPC 48	(b)	-	1.851
Tributos sobre as diferenças de práticas contábeis	(c)	138.498	94.326
Lucro líquido regulatório		640.361	794.258

A seguir são detalhadas a natureza e explicação dos ajustes apresentados entre a contabilidade societária e a regulatória:

(a) Consumidores

Os ajustes são decorrentes da classificação como contas a receber para fins societários dos valores pendentes de recebimento para participação financeira de consumidores referente a obras vinculadas à concessão e subvenções a receber do poder concedente que de acordo com o MCSE são apresentadas como outros ativos, respectivamente. Além disso, estão apresentados os ajustes do CPC 47 / IFRS 15 não adotados na contabilidade regulatória.

(b) Reclassificações entre ativos e passivos, receitas e despesas

Diferenças de classificação e apresentação de determinados ativos e passivos, despesas e receitas entre as demonstrações contábeis regulatórias e societárias para atendimento ao CPC 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis e ao OCPC 07 - Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral. Dentre as reclassificações destacam-se a apresentação no societário de: despesas e receitas financeiras setoriais líquidas, reclassificações de saldos de P&D e PEE entre taxas regulamentares e serviços em curso, apresentação de multas por inadimplência como receita financeira na contabilidade regulatória, dentre outras.

(c) Ativos e passivos financeiros setoriais

Os ajustes são decorrentes da apresentação dos ativos e passivos setoriais pelo líquido, para fins societários, enquanto que para fins regulatórios, são apresentados segregados conforme requer o MCSE (nota 3).

(d) Tributos diferidos

Os ajustes são decorrentes do registro de tributos e contribuições sociais diferidos sobre as diferenças temporárias entre as contabilizações societárias e regulatórias, cujos efeitos financeiros ocorrerão no momento da realização dos valores que deram origem as bases de cálculos. O IR é calculado à alíquota de 15%, considerando o adicional de 10%, e a CSLL está constituída a alíquota de 9%.

(e) Ativos financeiros da concessão

Para fins societários, o ativo financeiro é atualizado a valor justo utilizando a Base de Remuneração Regulatória (BRR) estabelecida a cada revisão tarifária. Adicionalmente, as variações anuais dessa atualização a valor justo nos anos em que não há revisão tarifária é capturada através da aplicação ao ativo financeiro da variação do IPCA, mesmo índice utilizado pelo regulador para atualização da BRR nas revisões tarifárias anuais, considerado pela Companhia como a melhor estimativa dessa variação, cuja contrapartida é registrada no resultado do exercício societário e cujo valor total em 31 de dezembro de 2024 foi de R\$ 276.832 (R\$ 195.572 em 31 de dezembro de 2023). No regulatório, é reconhecido no imobilizado e é reavaliado conforme laudo homologado pela ANEEL.

(f) Imobilizado / Intangível / Obrigações vinculadas à concessão

Os ajustes são decorrentes das diferenças identificadas entre o ativo imobilizado societário e regulatório da aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01/IFRIC12 e OCPC 05 – Contratos de Concessão na contabilidade societária. Estas normas orientam os concessionários sobre a forma de contabilização de concessões de serviços públicos a entidades privadas e define os princípios gerais de reconhecimento e mensuração das obrigações e direitos relacionados aos contratos de concessão de serviços. A partir da adoção desse procedimento, o ativo imobilizado, intangível e obrigações especiais foram bifurcados em ativo intangível e financeiro para o societário.

(g) Direito de Uso / Passivo de Arrendamento

Os ajustes são decorrentes do reconhecimento de ativo direito de uso e passivo de arrendamento, no societário, em aderência às disposições contidas no CPC 06 (R2)/IFRS 16, através da substituição da despesa linear de arrendamento operacional pelo custo de depreciação de ativos e pela despesa de juros sobre as obrigações de arrendamento às taxas efetivas de captação; enquanto no regulatório exclui os contratos diretamente vinculados às instalações de energia elétrica, que são reconhecidos como despesa de aluguel.

(h) Reavaliação compulsória

O ativo imobilizado está registrado com base na reavaliação regulatória compulsória, conforme definido nos artigos 3º e 6º da Resolução Normativa ANEEL nº 396, de 23 de fevereiro de 2010, com vigência para o exercício de 2011, apurada pelo Valor Novo de Reposição (VNR) na data-base abril de 2018, em contrapartida à rubrica de reserva de avaliação patrimonial. As aquisições posteriores a data-base da reavaliação, estão registradas ao custo de aquisição, formação ou construção, deduzido da depreciação acumulada, calculada pelo método linear, conforme Resolução Normativa ANEEL nº 367/2009, e, quando aplicável, pelas perdas de redução ao valor de recuperação. Incluem ainda quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessária para que estes estejam em condição de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis. A realização da reserva de reavaliação compulsória se dá pela depreciação e/ou venda/baixa dos bens reavaliados.

(i) Prejuízos acumulados

Efeito das diferenças acumuladas entre os resultados societários e regulatórios e as destinações de lucro na contabilidade societária para constituição de reservas, aumento de capital, distribuição de dividendos ou juros sobre capital próprio.

(j) Receita e custo de construção

Os ajustes são decorrentes de receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a zero, considerando que: (i) a atividade fim da Companhia é a distribuição de energia elétrica; (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim, ou seja, a distribuição de energia elétrica; e (iii) a Companhia terceiriza a construção da infraestrutura com partes não relacionadas. Mensalmente, para fins societários, a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é transferida para o resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais.

(k) Depreciação e amortização

A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados nas respectivas Unidades de Cadastro – UC, conforme determina Resolução ANEEL n.º 367/2009. As taxas anuais estão determinadas na tabela anexa às Resoluções ANEEL n.º 02, de 24 de dezembro de 1997, e n.º 44, de 17 de março de 1999, e art. 9.º da Resolução ANEEL n.º 367, de 2 de junho de 2009.

Os ajustes são decorrentes das formas de reconhecimento nos saldos societários pela aplicação do ICPC 01 como Direito de Uso da Concessão/Ativo Financeiro e regulatório pela Resolução Normativa ANEEL n.º 396, como Ativo Imobilizado, Intangível e Obrigações Especiais Vinculadas à Concessão.

(l) Agrupamento entre receitas e despesas financeiras líquidas

Para fins societários, a variação cambial, marcação a mercado e instrumentos derivativos são apresentados pelo líquido em outros resultados financeiros. No regulatório, a apresentação é segregada entre receitas e despesas financeiras, conforme MCSE.

31. EVENTOS SUBSEQUENTES

JCP

O Conselho de Administração aprovou, em 27 de março de 2025, a título de remuneração antecipada do exercício de 2025 a remuneração aos acionistas, o montante de R\$ 25.895, na forma de juros sobre capital próprio, a serem pagos até 31 de dezembro de 2025.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da
Elektro Redes S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da Elektro Redes S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas pela Diretoria da Companhia com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 933 de 18 de maio de 2021.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Elektro Redes S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as disposições para elaboração de demonstrações contábeis regulatórias contidas no MCSE, aprovado pela ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 933 de 18 de maio de 2021.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Base contábil de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Sem modificar a nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis regulatórias, as quais foram elaboradas para auxiliar a Companhia a cumprir os requisitos da ANEEL. Consequentemente, as demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outros fins.

Outros assuntos

Demonstrações financeiras societárias

A Companhia preparou um conjunto de demonstrações financeiras societárias para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as “IFRS Accounting Standards”, emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”, sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, sem modificação, com data de 17 de fevereiro de 2025.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about para saber mais.

A Deloitte é líder global de auditoria, consultoria empresarial, assessoria financeira, gestão de riscos, consultoria tributária e serviços correlatos. Nossa rede global de firmas-membro e entidades relacionadas, presente em mais de 150 países e territórios (coletivamente, a “organização Deloitte”), atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®. Saiba como os cerca de 460.000 profissionais da Deloitte impactam positivamente seus clientes em www.deloitte.com.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis regulatórias e o relatório do auditor

A Diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração Regulatório.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis regulatórias não abrange o Relatório da Administração Regulatório, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis regulatórias, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração Regulatório e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis regulatórias ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração Regulatório, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis regulatórias

A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o MCSE, aprovado pela ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 933, de 18 de maio de 2021, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis regulatórias ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis regulatórias representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 16 de abril de 2025

Deloitte Touche Tohmatsu
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" RJ

Fernando de S. Leite
Fernando de Souza Leite
Contador
CRC nº 1 PR 050422/O-3